

**OS DESERDADOS DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DA
IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL
DO AÇU E SEUS IMPACTOS SOCIO-TERRITORIAIS**

FELIPE MEDEIROS ALVARENGA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO –UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
JUNHO 2013

**OS DESERDADOS DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DA
IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL
DO AÇU E SEUS IMPACTOS SOCIO-TERRITORIAIS**

FELIPE MEDEIROS ALVARENGA

Dissertação de mestrado apresentado
ao programa de pós-graduação em
Políticas Sociais da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como exigência para obtenção
do título de Mestre em Políticas
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO –UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
JUNHO 2013

OS DESERDADOS DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL DO AÇU E SEUS IMPACTOS SOCIO-TERRITORIAIS

FFELIPE MEDEIROS ALVARENGA

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como exigência para obtenção do título de Mestre em Políticas”.

Aprovado em: 19/06/2013

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Rezende

Doutor em Ciências
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof.Dr. José Luis Vianna da Cruz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal Fluminense

Prf.^a Dr.^a Lílian Ságio Cezar

Doutora em Antropologia
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

Doutor em Planejamento Ambiental
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Orientador

AGRADECIMENTOS

Queria deixar registrada aqui minha gratidão não só para aqueles que diretamente contribuíram para a realização deste trabalho, mas para todos que estiveram comigo nesse período, me ajudando e apoiando nos diversos momentos e de diversas formas possíveis em meio as dificuldades do caminho

Sendo assim, primeiramente agradeço a meus pais, Ester e Cristiano, e aos membros da minha família que sempre estiveram prontos para me incentivar e aconselhar quando eu precisava de orientação. Incentivando-me a ir adiante, mas sempre me fazendo lembrar que eu tinha um lugar seguro para onde voltar.

Agradeço a meu orientador. Dr. Marcos A. Pedlowski pela dedicação empenho e paciência em todo processo de pesquisa e em todos esse anos de convivência e trabalho.

Da mesma forma, agradeço aos membros da banca examinadora. Prof^a.Dr^a. Lílian Ságio César, Prof. Dr. Carlos Eduardo Rezende e Pr. Dr. José Luiz Vianna da Cruz por terem aceitado o convite e por cada sugestão, apontamento e crítica pertinentes e úteis para a melhoria do trabalho.

Aos companheiros de trabalho SESMA, fica meu agradecimento pelos momentos de estudo e descontração: Diego, Cynara, Vinícius e em especial a Kíssila Neves que dividiu comigo de maneira mais direta as dificuldades, alegrias e estresses nesses dois anos de trabalho.

Agradeço ainda a minha turma de mestrado pelos momentos sempre prazerosos que passamos juntos: Alda, André, Andreza, Bárbara, Fabiana, Sandra, Sheila, Eliane, Manoela e John.

Agradeço aos meus amigos “de fé” da ABU e da “Família Missão” pela amizade e suporte emocional e espiritual. Obrigado por terem caminhado comigo e muito me ajudado esse tempo. Vocês são Preciosos!

Agradeço ainda aos amigos Nathally, Wallace, Mariana, Andreia, Fernanda e Fabrício pela presença e apoio dados sempre que necessário e em meio a minhas crises acadêmicas.

Por fim, e não menos importante, muito pelo contrário, fica minha gratidão a cada família e pessoa entrevistada que foram essenciais na realização deste trabalho. Obrigado por abrirem suas casas e suas vidas em um momento um pouco difícil para alguns de vocês.

Agradeço também a Bolsa concedida pela UENF sem a qual esse trabalho não teria como ser feito.

E para Aquele que através de tudo e de todos, de cada situação boa ou ruim, me permitiu crescer e chegar até aqui, fica meu reconhecimento:

“Porque Dele e por Ele e para Ele são todas as coisas. Glória, pois, a Ele, eternamente, Amém!”

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.0 CONSTRUINDO O OBJETO DA PESQUISA	1
1.1: CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.2: JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	3
1.3: ESTRUTURA DO TRABALHO	6
CAPÍTULO 2.0 REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1 DEBATES SOBRE O CONCEITO E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ...	8
<i>2.1.1: Desenvolvimento Econômico: uma ideologia a serviço do capital</i>	<i>8</i>
<i>2.1.2: Desenvolvimento econômico e suas peculiaridades nos contextos latino-americano e brasileiro.....</i>	<i>11</i>
<i>2.1.3: Getúlio Vargas: Desenvolvimentismo e nacionalismo: Brasil voltando-se para dentro</i>	<i>13</i>
<i>2.1.4: : Juscelino Kubistchek: Plano de Metas e Economia interdependente ...</i>	<i>15</i>
<i>2.1.5: A Ditadura Militar de 1964: Intolerância e aprofundamento da relação de dependência com o exterior.....</i>	<i>18</i>
<i>2.1.6: Transição para o Modelo Neoliberal</i>	<i>20</i>
<i>2.1.7: O PAC do governo Lula-Dilma e “novo” desenvolvimentismo.....</i>	<i>23</i>
2.2 ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NATUREZA.....	27
<i>2.2.1 Megaempreendimentos como instrumentos de desenvolvimento e a questão da adequação ambiental</i>	<i>27</i>
<i>2.2.2 A busca pelo desenvolvimento e a “adequação” da Natureza e dos atingidos</i>	<i>30</i>
2.3 DEBATES SOBRE O TERRITÓRIO E SUA DINÂMICA.....	32
<i>2.3.1 Território: da construção de um conceito ao projeto político.....</i>	<i>32</i>
<i>2.3.2 Território E Desenvolvimento: A Dinâmica da Territorialidade, Desterritorialidade, Multiterritorialidade.....</i>	<i>36</i>
CAPÍTULO 3.0 METODOLOGIA	41
3.1: DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	42
3.2: DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO CLIPA	44
<i>3.2.1: Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB).....</i>	<i>46</i>
<i>3.2.2: Linha de Transmissão 345 kV UTE Porto do Açu</i>	<i>47</i>
<i>3.2.3: Usina Termelétrica à Gás Natural do Porto do Açu (UTE II).....</i>	<i>47</i>
<i>3.2.4: Unidade de Tratamento de Petróleo (UTP).....</i>	<i>48</i>
<i>3.2.5: Usina Termelétrica a carvão mineral (UTE 1).....</i>	<i>48</i>

3.5.6: Unidade de Construção Naval (UCN)	48
3.3: A “VILA DA TERRA” E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	49
3.4: ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS.....	50
3.5: TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	52
CAPÍTULO 5.0 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	53
5.1 O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES DO V DISTRITO.....	53
5.1.1: Caracterização da População do V Distrito	53
5.1.2: Os Impactos gerados na comunidade pela construção do CLIPA	59
5.1.2: O processo de desapropriação a partir da ótica dos agricultores	63
5.1.3: Participação dos agricultores nas discussões e debates sobre a construção do CLIPA	68
5.1.4: Alegações para a vontade de permanecer nas localidades	71
5.2: REASSENTADOS NO CONDOMÍNIO RURAL VILA DA TERRA.....	74
5.2.1 Caracterização demográfica dos reassentados da Vila da Terra	75
5.2.2: O papel das promessas e o seu descumprimento no estado de ânimo dos reassentados	79
5.2.3: A saída das propriedades e a nova relação com a Vila da Terra	83
CONCLUSÕES	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO 1	97
ANEXO 2	100
ANEXO 3: FOTOGRAFIAS	104

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Distrito Industrial de SJB. Fonte: www.superportodoacu.com	1
Figura 2: Agricultor preparando a terra para cultivo em Água Preta.....	8
Figura 3: Presença policial em Desapropriação de pequena propriedade no V Distrito de São João da Barra	27
Figura 4: Agricultor em sua lavoura de abacaxi em Água Preta	32
Figura 5: Localização de São João da Barra e do DISJB, com destaque para as áreas estudadas.....	41
Figura 6: Detalhamento da Planta do Distrito Industrial e Portuário do Açú.....	45
Figura 7: Traçado do Mineroduto Minas-rio desde Serra (MG) até São João da Barra (Fonte AGB, 2011)	46
Figura 8: Parte da produção de um dos entrevistados	53
Figura 9: Faixa etária dos moradores pesquisados no V Distrito.....	54
Figura 10: Número de membros das famílias (%)	55
Figura 11: Origem dos moradores do V Distrito (%).....	56
Figura 12: Principais Ocupações dos moradores (%).....	57
Figura 13: Culturas cultivadas no V Distrito (%).....	Erro! Indicador não definido.
Figura 14: Principais impactos à natureza causados pelo CIPA (%).....	59
Figura 15: Principais Impactos provocados pela construção do CLIPA na comunidade do V Distrito (%).....	61
Figura 16: Principais temas associados à descrição das desapropriações (%)	65
Figura 17: Matéria publicada no Jornal Folha da Manhã em dia 08/01/2012.....	68
Figura 18: Responsabilidade pela organização dos debates em que os agricultores declararam ter participado(%)	69
Figura 19: Condições de indenização consideradas satisfatórias pelos agricultores	71
Figura 20: Razões de permanecer em sua terra atual (%).....	72
Figura 21: Vista da entrada da Vila da Terra	74
Figura 22: Faixa etária dos reassentados na Vila da Terra (%)	76
Figura 23: Principais ocupações dos reassentados (%).....	77
Figura 24: Renda dos reassentados em número de salários mínimos mensais (%).	78
Figura 25: Moradores da Vila da Terra visitaram o CLIPA.....	79
Figura 26: Tamanho da área anterior ao reassentamento (%).....	86
Figura 27: Caminhão de Mudança chegando à Vila da Terra	104
Figura 28: Lavoura de abacaxi.....	104
Figura 29: Placa fixada pela CODIN em uma propriedade desapropriada.....	105
Figura 30: Lavoura de Quiabo.....	105
Figura 31: "Declaração" recebida por um agricultor de um técnico da CODIN sobre os valores que deveriam ser pagos por sua terra.....	106
Figura 32: Lavoura de Abóbora	106
Figura 33: Lavoura de aimpim.....	107
Figura 34: Lavrador cuidando de seu gado	107
Figura 35: Residência visitada em Água Preta	108

Figura 36: Reportagem sobre polêmicas envolvendo o reassentamento	108
Figura 37: Placa fixada pelo Grupo EBX em terra desapropriada	109
Figura 38: Pequeno pomar a frente de residência de um agricultor	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da aplicação dos questionários segundo as localidades estudadas	52
Tabela 2. Valores pagos como indenização pelas propriedades desapropriadas no V Distrito de São João da Barra	87

OS DESERDADOS DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL DO AÇU E SEUS IMPACTOS SOCIO-TERRITORIAIS

Felipe Medeiros Alvarenga

Orientador: Marcos A. Pedlowski

Resumo: A partir da adoção do chamado modelo Neodesenvolvimentista, cuja expressão maior é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se tornou comum a implantação de megaempreendimentos portuários e industriais. A execução de muitos desses projetos vem sendo associada ao aprofundamento de um modelo de crescimento econômico com intensa dependência em capital e energia que tem causado degradação ambiental e social. Neste contexto, os principais atingidos por seus efeitos são os membros de comunidades que originalmente habitavam os territórios onde os megaempreendimentos estão sendo inseridos. Um exemplo desta situação é a instalação do Complexo Industrial-Portuário do Açúcar (CLIPA). Para permitir sua construção, o governo estado do Rio de Janeiro desapropriou cerca de 7.200 ha de terras agrícolas no V Distrito do município de São João da Barra. Entretanto, apesar de criar uma forte expectativa de progresso econômico e desenvolvimento da região Norte Fluminense, a instalação do CLIPA se deu em meio a um contexto conflituoso, marcado por protestos contra as desapropriações de pequenos agricultores e pescadores artesanais. O presente estudo teve por objetivo, analisar os impactos trazidos pelo CLIPA sobre as comunidades que estão sendo desterritorializadas. O objetivo principal desta pesquisa foi verificar como se deu o processo de desapropriação e como os atingidos se organizam para enfrentar o novo contexto social, econômico e político criado pela instalação da CLIPA. Os resultados da pesquisa mostram que existe de fato um conflito entre dois tipos de racionalidade e formas de apropriação da terra e de constituição de identidades territoriais. Além disso, fica demonstrado que no âmbito do Neodesenvolvimentismo, o Estado tende a adotar uma postura que privilegia as necessidades dos empreendedores privados em detrimento dos interesses e direitos das comunidades afetadas pela construção de megaempreendimentos.

Palavras Chave: Neodesenvolvimentismo, Megaempreendimentos, Desapropriações, Degradação, Reassentamento

DISINHIRITED OF DEVELOPMENT: THE CASE OF THE AÇU PORT-INDUSTRIAL COMPLEX AND ITS SOCIAL-TERRITORIAL IMPACTS

Felipe Medeiros Alvarenga

Advisor: Marcos A. Pedlowski

Abstract: Since the adoption of the so-called Neodevelopment model whose main expression is the Growth Acceleration Program (PAC), the construction of large port and industrial complexes became common. The construction of large industrial and logistical complexes is being associated to the deepening of a development paradigm that depends at a great extent of high levels of capital and energy consumption. In this context, the most impacted by the negative consequences of this development model are the communities that live in territories targeted for the installation of these large complexes. An example of this situation is construction of the Açú Port and Industrial Complex (CLIPA). To allow the construction of CLIPA, the government of Rio de Janeiro state expropriated 7,200 ha of rural land in the Fifth District of the São João da Barra municipality. However, despite creating a strong expectative towards economic growth and social development in the North Fluminense region, the construction of CLIPA is occurring in a context of marked by conflicts. The goal of this study was to verify how the expropriation process was conducted and how the affected communities reacted to the new social, economic and political context created by the construction of CLIPA. Our results indicated is the existence of a conflict between two types of rationalities and forms of land appropriation land. In addition, the results of this study demonstrate that in the context of Neodevelopmentism, the State tends to adopt a position that supports the interests of corporations against the interests and rights of communities living inside territories targated for development.

Keywords: Neodevelopmentism, mega industrial complexes, land expropriation, degradation, resettlement.

CAPÍTULO 1.0 CONSTRUINDO O OBJETO DA PESQUISA



Figura 1: Distrito Industrial de SJB. Fonte: www.superportodoacu.com

1.1: CONTEXTUALIZAÇÃO

Os conceitos de progresso e desenvolvimento tem norteado as políticas econômicas aplicadas no Brasil desde meados do Século XX. A supremacia destes conceitos começou a ser construída na adoção dos planos desenvolvimentistas criados durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, e se firmou numa sucessão de esforços similares, que incluíram o Plano de Metas adotado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek; o ciclo de planos elaborados pelo regime militar de 1964; o Programa Avança Brasil adotado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e chegou até o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) adotado no segundo mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Em todos os estes planos, o objetivo manifesto foi busca da superação do atraso, e a ascensão do Brasil ao grupo dos países desenvolvidos. (Ianni, 1979; Boschi e Diniz, 2007; Zhouri ,2011)

Na última década, que foi marcada pela implementação do PAC, a implantação dos chamados projetos estruturantes (e.g. Complexo Petroquímico em Itaboraí, Complexo Industrial na Baía de Sepetiba, o

conjunto de hidrelétricas na bacia Amazônica, o Complexo Portuário e Industrial do Açúcar na região Norte Fluminense), faz parte da retomada de um discurso de desenvolvimento econômico e social (Zhourri, 2011; AGB, 2011). Entretanto, a execução desses projetos já causa uma série de negativas em função da percepção de que se está, na verdade, buscando o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que, de fato, acaba gerando poucos empregos, enquanto causa grande nível de degradação ambiental e fortes impactos sobre as populações que originalmente habitavam os locais onde os empreendimentos escolhidos para a instalação de megaempreendimentos portuário-industriais (AGB, 2011)

No caso particular da instalação do Complexo Industrial-Portuário do Açúcar (CLIPA), no V Distrito do município de São João da Barra, este fato foi inicialmente saudado efusivamente pelos governantes e elites locais, enquanto criou na população uma forte esperança de progresso econômico e desenvolvimento da região Norte Fluminense (Pires, 2009). Por outro lado, a instalação do CLIPA tem sido feita em meio a um contexto de conflitos, principalmente pela forma que se deram as desapropriações dos moradores e agricultores das áreas destinadas às obras (Pedlowski, 2012). Além disso, um aspecto bastante pertinente à discussão do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico se refere a problemática decorrente da transformação de uma região tipicamente rural, numa área industrial que foi, assim, artificialmente supervalorizada e transformada a partir de uma série de intervenções que alteraram a fisionomia natural. Ao lado destas questões mais afins à área selecionada para instalação do CLIPA, também existem questões sobre a qualidade das mudanças e efeitos que o empreendimento trará sobre a vida da população e nos ecossistemas existentes.

Dentre os principais impactos do CLIPA, e que está na raiz de uma série de protestos e questionamentos, está a situação dos moradores tradicionais do V Distrito que estão sendo compulsoriamente desalojados de suas propriedades pelo governo do estado do Rio de Janeiro para dar lugar ao Distrito Industrial de São João da Barra. Esse modelo de desenvolvimento, centrado nos interesses econômicos, coloca num campo

conflituoso os interesses dos diferentes atores sociais envolvidos no processo.

Neste sentido, a presente dissertação visou estudar as peculiaridades do modelo de desenvolvimento ensejado pela instalação do CLIPA com relação às suas consequências para as populações que mais recebem seus ônus, tendo como foco a relação entre os diferentes interesses envolvidos em sua construção e os indivíduos e comunidades que estão sendo desalojados. Deste modo, o objetivo principal da presente dissertação foi verificar como se dá na prática a relação entre o discurso oficial em torno deste megaempreendimento, que o apresenta como solução dos problemas de estagnação econômica da região Norte Fluminense, e a execução dos mecanismos de desapropriações e de reassentamento utilizados pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Um segundo objetivo foi verificar como os atingidos pelo processo de desapropriação se organizaram para construir relações sociais e políticas entre si frente ao novo contexto social e econômico criado a partir da instalação da CLIPA. Portanto, as questões que orientam esse estudo são:

- Até que ponto o modelo de desenvolvimento baseado na construção de megaempreendimento resulta em conflitos sociais e degradação ambiental?
- Os mecanismos adotados pelo Estado para reparar os impactos impostos sobre as populações habitando tradicionalmente o V Distrito de São João da Barra leva em conta o ponto de vista e necessidade dos atingidos?

1.2: JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A construção tem estado sob constante polêmica desde o seu processo de licenciamento. Os vultosos investimentos, as grandes promessas de desenvolvimento e o clamor de urgência de crescimento econômico acabaram sendo usados como armas para a legitimação de tudo o que pudesse ser associada ao “progresso”. Nesse contexto, também não foram poucas as vezes em que ocorreram ações que poderiam ser consideradas desrespeitosas com relação aos direitos das comunidades que

viviam nas áreas do V Distrito de São João da Barra, que foram desapropriadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB).

Nesse processo também se deu um rápido processo de licenciamento ambiental para a instalação das diferentes unidades que deveriam compor o CLIPA, bem como a disponibilização de forças policiais para cumprir os mandados de desapropriações de terras que foram possibilitados pela promulgação de quatro decretos pelo governo do Rio de Janeiro para viabilizar a construção do DISJB e do chamador Corredor Logístico do Açu (CLA). Em função dessa combinação de flexibilização da legislação e uso de forças policiais contra centenas de famílias de agricultores familiares, houve um inevitável aumento de tensões e conflitos, que passaram a inspirar uma série de questionamento sobre qual modelo de desenvolvimento o CLIPA representa, e quais consequências a sua construção pode provocar sobre as comunidades por ele impactadas.

De maneira adicional, o Brasil é hoje palco de conflitos semelhantes ao ocorrendo no V Distrito de São João da Barra, como no caso de implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira e na implantação de outros megaempreendimentos em diferentes partes do território nacional. Neste sentido, é interessante atentar para o argumento apresentado por Cavalcanti (2004) que sugere existir no Brasil um descompasso entre o planejado e o vivido, entre o idealismo dos arranjos institucionais, normas e leis no campo ambiental e o atraso em suas formas de implementação. Para Cavalcanti, esta situação decorre da hegemonia de uma visão reduzida e fortemente centrada na ideia de desenvolvimento como crescimento econômico. De forma complementar, Zhouri, Laschefski e Pereira (2011) argumentam que conquistas ambientais consideráveis obtidas nas últimas décadas têm sido negligenciadas em favor de uma política de ajuste econômico que trata meio ambiente e justiça social como barreiras ao desenvolvimento. Para esses autores, uma prática comum é a dicotomização entre meio ambiente e desenvolvimento, visível na mídia e no discurso político.

Por outro lado, Zhouri (2007) argumenta que os desafios de uma gestão da Natureza para uma sociedade sustentável vão além das

particularidades locais, pois fazem parte de uma dinâmica global que tem repercussões nos contextos locais (por ex: a perpetuação da injustiça ambiental, o desrespeito a diversidade cultural e uma crise da democracia), que ampliam a expropriação dos recursos naturais. Para Zhourri, essa governança global tem por intenção o controle político sobre os espaços, pessoas e processos decisórios e são expressões das influências internacionais em países como o Brasil, tanto economicamente como no trato com ecossistemas naturais e com as populações que deles dependem mais diretamente.

Em um estudo realizado com moradores de localidades que seriam afetadas pela implantação do CLIPA, Pires (2009) buscou investigar a percepção entre a população sobre as consequências socioeconômicas e ambientais que acompanhariam a sua construção e funcionamento. Pires realizou esse estudo num período anterior a implantação mais efetiva do empreendimento, quando ainda não havia sido iniciado o processo de desapropriação de terras, mas já pode investigar as posições adotadas pelo poder público municipal de São João da Barra acerca de mitigação das possíveis mudanças provenientes na região. Dentre os resultados obtidos por Pires, está a constatação de que as populações tradicionais já estavam, em 2008, sendo afetadas pelo início da construção do CLIPA, de forma que os aspectos negativos superavam os positivos para os moradores do V Distrito de São João da Barra que participaram da pesquisa. Pires (2009) ainda indicou que a falta de organização social aliada à ausência de políticas públicas de desenvolvimento local poderiam resultar num processo de degradação socioambiental da região.

Neste sentido, a presente dissertação pretende, apoiada inicialmente nos resultados obtidos por Pires, ampliar o debate sobre a influência que a construção do CLIPA tem provocado às populações diretamente atingidas. No momento atual, quando o empreendimento está em uma fase de construção mais adiantada, viabilizado também pelos processos de desapropriação das terras onde se instala, este estudo procurar identificar dentre a população habitando o V Distrito de São João da Barra, quais seriam os principais impactos sociais associados à construção do CLIPA,

quais tem sido suas alternativas para adaptação a nova realidade em que essa população foi inserida.

1.3: ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos com objetivo de facilitar o processo de entendimento teórico e metodológico da problemática associada à construção de megaempreendimentos estruturais em diferentes partes do território brasileiro, e de seus impactos sobre populações que ocupam as áreas selecionados para sediar tais iniciativas. Nesse sentido, o primeiro capítulo serve para localizar a problemática e apontar as opções feitas para estudar a questão que moveu a realização do presente estudo.

O segundo capítulo se refere a um esforço de revisão da literatura que permita uma abordagem sobre o conceito de desenvolvimento, suas aplicações práticas e consequências objetivas sobre os habitantes de determinados territórios. Assim, este capítulo está dividido em três seções, a primeira referente ao debate acerca da busca pelo desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos. Nesta seção, é apresentado as principais controvérsias em torno do conceito de “desenvolvimento” até as estratégias mais expressivas adotadas pelo Estado brasileiro com vistas à elevação do Brasil ao conjunto dos países desenvolvidos, chegando ao atual PAC, programa no qual o Complexo Industrial e Portuário do Açúcar insere-se ainda que seja uma iniciativa privada. A segunda seção apresenta uma série de questões sobre os impactos das políticas de desenvolvimento sobre a Natureza e as populações que dependem mais diretamente da convivência com os recursos e serviços que são oferecidos por ecossistemas naturais. Finalmente, a terceira seção deste capítulo aborda o debate sobre a dinâmica dos territórios e os diferentes atores envolvidos em disputas pelo seu controle.

O capítulo 3 apresenta a *Metodologia* utilizada para a realização deste estudo, descrevendo os processos de amostragem e análise dos dados apreendidos no campo. Além disso, uma descrição das localidades

estudadas e do empreendimento em si é feita, incluindo um detalhamento dos diferentes projetos que compõe o CLIPA.

Finalmente, no capítulo referente à *Análise e Descrição dos Dados* são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo, de uma forma que fiquem claras os principais aspectos referentes aos conflitos criados a partir do processo de desapropriação de terras realizado pelo governo do estado do Rio de Janeiro para a instalação do CIPA.

CAPÍTULO 2.0 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DEBATES SOBRE O CONCEITO E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO



Figura 2: Agricultor preparando a terra para cultivo em Água Preta

2.1.1: Desenvolvimento Econômico: uma ideologia a serviço do capital

A busca pelo desenvolvimento é algo comum a todo e qualquer Estado-Nação, tanto é que eles historicamente têm sido separados entre os que conseguiram alcançar esse feito e os que ainda estão na corrida (Rostow, 1974). Entretanto, apesar de sua importância, desenvolvimento é um termo polissêmico, e o seu entendimento passa pela intencionalidade de quem o busca. Nesse sentido, Esteva (2000) afirma que tanto o desenvolvimento quando o subdesenvolvimento são categorias inventadas, criadas pelos países desenvolvidos com intenções claras: a expansão e manutenção de sua hegemonia sobre os demais países do mundo. Esteva acrescenta que a criação oficial dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pode ser à posse do presidente norte-americano Harry Truman, quando em seu discurso de posse em 1949 esse mandatário teria

afirmado que os EUA e seus aliados tomariam para si a responsabilidade de construir um programa ousado e moderno para levar aos países pobres os avanços científicos e o progresso industrial necessários para seu crescimento e progresso.

A aceitação e disseminação da ideologia do desenvolvimento foram tamanhas que os economistas passaram a se ocupar da formulação de teorias que permitisse a chegada ao desenvolvimento de uma maneira mais eficaz. Uma das mais famosas era a proposta por Walt Whitman Rostow, que defendia uma visão etapista do processo de desenvolvimento, com um fim único para todas as economias desenvolvidas: a sociedade do consumo em massa. Segundo o modelo de Rostow, as Nações deveriam atravessar quatro etapas para alcançar o estágio máximo de desenvolvimento: 1) a das condições para o arranco, 2) a do arranco, 3) a da marcha para a maturidade e 4) a do consumo em massa. (Rostow, 1974)

Entretanto, a teoria do desenvolvimento proposta por Rostow foi muito criticada por não atender as necessidades de desenvolvimento das ex-colônias imperialistas em independência desde a Segunda Guerra. Em virtude da grande dependência econômica e política internacional, mesmo os países que alcançavam altas taxas de crescimento, como as economias latino-americanas, tinham sua economia e crescimento limitados, o que impedia de trilhar as quatro etapas identificadas por Rostow; ou seja, as sociedades tradicionais, subdesenvolvidas, não alcançavam as condições necessárias para a decolagem rumo ao desenvolvimento. (Silva, 2011)

A Teoria da dependência, por sua vez surge na América Latina na década de 1960 com o objetivo de explicar o capitalismo instalado de maneira dependente nos países subdesenvolvidos. Desta forma, em contraposição a teoria rostowiana, os chamados teóricos da dependência não entendiam o subdesenvolvimento como um estado ou o desenvolvimento como um caminho a ser percorrido, mas sim como uma condição, uma posição do país dentro de um sistema global. Segundo os teóricos dependentistas, cada país ocuparia uma determinada posição na estrutura econômica mundial e seu desenvolvimento não poderia ser isolado de seu contexto global. (Silva, 2000). De maneira geral os princípios básicos que orientam essa corrente seriam: 1) o subdesenvolvimento ligado de

maneira estreita à expansão dos países industrializados, 2) o desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos diferentes e complementares do mesmo processo, 3) o subdesenvolvimento não pode ser considerado uma condição primeira para um processo de evolução e 4) a dependência não é só um fenômeno externo, como se manifesta sob diferentes formas na estrutura na estrutura interna social ideológica e política. (Santos, 1997)

De forma semelhante, a teoria linear proposta por Rostow foi rebatida pelos teóricos da CEPAL, para quem a situação dos países subdesenvolvidos não era um atraso a ser superado simplesmente, mas sim uma situação com traços estruturais bem específicos: uma especialização maior da estrutura econômica mundial. Tal heterogeneidade impediria a difusão do progresso técnico, a criação de um mercado mais amplo, implicando numa situação de desemprego estrutural. Para a CEPAL, seriam esses traços diferenciavam os países ricos dos pobres, impedindo que o segundo grupo pudesse seguir a trajetória proposta por Rostow (Mattedi, 2002).

Furtado (1996), um crítico contundente da teoria linear de Rostow, considerava que a possibilidade da universalização do modelo de desenvolvimento econômico vigente nos Estados-Nação que encabeçaram a Revolução Industrial era irreal, chegando a atribuir à ideia de desenvolvimento proposta por Rostow a nomenclatura de mito. Nesse sentido, Furtado rebatia a ideia de que os padrões de consumo das populações dos países desenvolvidos poderiam se tornar acessíveis à maioria das populações dos Estados-Nação que se encontravam na periferia do sistema capitalista. Entretanto, apesar de considerada mitológica, é esse mito que tem guiado o pensamento dos economistas no esforço de formulação de modelos de acumulação de capital que, em tese, levariam a uma superação tecnológica, mesmo que desconectada do contexto social e desconsiderando os impactos no meio cultural e físico dos países que adotassem esses passos. O desenvolvimento econômico seriam assim algo linear e com um fim determinado: chegar ao mesmo patamar em que se encontram as Nações desenvolvidas. (Esteve, 2000; Furtado, 1996)

Por outro lado, Furtado (1996) levanta uma questão chave no debate sobre a questão do desenvolvimento econômico: O que aconteceria se todos os povos da Terra chegassem ao desenvolvimento econômico universalizado às formas de vida dos países ricos? O próprio Furtado respondeu: provavelmente a um colapso do sistema econômico mundial e à escassez dos recursos não renováveis, e à poluição da Natureza. Um problema dessa visão de desenvolvimento, segundo Furtado, seria, portanto, que a mesma seria setorializada, e centrada apenas nos aspectos econômicos, tratando como externalidades os problemas ocasionados pelo processo de crescimento.

Por fim, Esteva (2000) conclui que a construção social do desenvolvimento teve um objetivo muito direto. Esse objetivo consistia em isolar a esfera econômica da sociedade, construir a partir dela um modelo ideal de desenvolvimento que não levava em conta também os eixos da política e da ética. Neste sentido, a Economia vem sendo usada pelos detentores do capital para submeter a seu controle todas as outras formas de interação social existentes em todas as sociedades, de forma a subordiná-las aos ditames econômicos. Essa valorização da Economia pressupõe e exige a desvalorização de todas outras formas sociais, transformando habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, e autonomia em dependência (Esteva, 2000).

2.1.2: Desenvolvimento econômico e suas peculiaridades nos contextos latino-americano e brasileiro

Nesta seção é feita uma análise do chamado “desenvolvimentismo brasileiro” a partir do início do século XX, uma vez que é necessário refletir sobre esse período e suas características principais para, posteriormente, realizar uma comparação com o atual momento político e social brasileiro marcado pela implantação do PAC. Apesar das comparações e semelhanças com outras fases associadas à aplicação do conceito de desenvolvimento nas políticas públicas voltadas para o crescimento da economia brasileira, diferentes autores (Sampaio Jr (2012); Gonçalves e

Santos et. al., 2010) têm classificado esse período apenas como um aprofundamento dos princípios do Neoliberalismo que marcaram a América Latina ao longo da década de 1990. Neste sentido, discorrerei sobre o “Desenvolvimentismo” ou “Nacional Desenvolvimentismo”, e apresentarei posteriormente as críticas à sua comparação com o PAC.

Esteva (2000) argumenta que a difusão do conceito de “Desenvolvimento”, concebido como o padrão econômico, tecnológico e social (de fato o padrão de consumo) dos países ricos, tinha por objetivo específico consolidar sua hegemonia em todo o planeta, e de rotular os países localizados na periferia da economia capitalista como sendo subdesenvolvidos, ignorando propositalmente toda a diversidade existente, lançando sobre eles a obrigação de que escapassem dessa condição supostamente indigna, de modo a evoluir para serem capazes de alcançar a completude de suas capacidades de crescimento econômico, tecnológico e de consumo, nos moldes dos países mais “desenvolvidos”. Por outro lado, Gonçalves (2012) considera o desenvolvimentismo como uma espécie de nacionalismo econômico, que seria cercado pela ideologia do desenvolvimento econômico baseado na industrialização e soberania dos países da América Latina, que ficou claramente manifesto nas ações tomadas pelo Estado no período 1930 a 1980.

O Desenvolvimentismo teria surgido como uma proposta crítica frente os dilemas e desafios da economia Latino Americana, historicamente marcada pela dependência em relação ao funcionamento das economias centrais (Gonçalves, 2012; Sampaio Jr, 2012). Assim sendo, a busca pelo crescimento econômico estaria baseada na mudança da estrutura produtiva, e na redução da vulnerabilidade externa estrutural, de modo a promover, através da integração entre industrialização e formação da economia nacional, a criação de bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional que fosse capaz de sustentar e controlar o desenvolvimento capitalista em um ritmo e sentido próprios de cada Estado-Nação. Nesse sentido, Sampaio (2012) pontua que a submissão ao Imperialismo global e a segregação social no país, alimentada pelos grandes latifúndios, privilégios da classe burguesa nacional e miséria de parte expressiva da população, constituíam entraves ao desenvolvimento autossustentados, e por isso

deveriam ser superados, a fim de que se conciliasse capitalismo, democracia e, claro, soberania nacional. Sobre o assunto, Gonçalves (2012) chama atenção para o papel de protagonista que o capital nacional industrial e o investimento estatal deveriam ter na economia, mesmo com a presença dos investimentos do capital externo.

Tal desenvolvimento deveria, então, priorizar antes a integração da população aos benefícios do progresso técnico que a acumulação capitalista teoricamente possibilita. O desenvolvimentismo, portanto, evocava a identidade e soberania nacional, ao clamar pela necessidade de uma classe capitalista burguesa nacional que tivesse uma reflexão crítica sobre a natureza dos problemas nacionais para enfrentar e romper com as amarras da dependência e do subdesenvolvimento. (Gonçalves, 2012). No Brasil, o Governo Vargas é considerado o que inicialmente potencializou o chamado período “desenvolvimentista brasileiro”.

2.1.3: Getúlio Vargas: Desenvolvimentismo e nacionalismo: Brasil voltando-se para dentro

Leopoldi (2003) pontua que o Governo de Getúlio Vargas é considerado como o que potencializou o desenvolvimento industrial do país, instaurado em meio a um contexto de turbulências internas e externas e face à Grande Crise de 1929. O governo provisório foi iniciado em 1930 e inaugurou um período de mudanças econômicas tendo o Estado como principal condutor dessas mudanças. Neste sentido, Pandolfi (2003) argumenta que o governo de Vargas marcou uma nova etapa na economia brasileira, desencadeando o processo de industrialização como meio de superação do atraso, onde o Governo exerceu maior controle sobre a produção e comercialização.

O Governo Vargas foi economicamente marcado pela atenção dada ao mercado interno, com a abolição de impostos interestaduais, padronização do sistema tributário, e o estímulo ao desenvolvimento de indústrias através do sistema de substituição de importações. Deste modo, Capelato (2003) afirma que foi posto em prática um projeto que preconizava o Estado como sujeito da política econômica, dadas as necessidades do poder público no suprimento das deficiências da iniciativa individual e

controle dos fatores de produção. Assim sendo, o Governo Vargas tinha a superação do atraso e a transformação do Brasil em um país de economia desenvolvida como suas prioridades, destacando-se o tema da modernização nas políticas do governo. Neste sentido, a necessidade de produzir mudanças que colocassem o país num patamar de progresso material equivalente às nações desenvolvidas foi uma das razões para a popularidade varguista. (Ianni, 1979)

Deste modo, muitas transformações políticas, sociais e econômicas, ocorreram principalmente em função do novo rumo das políticas públicas. A população urbana cresceu em relação à agrária, a importância da indústria na economia nacional se ampliou, e o poder dos empresários urbanos aumentou, em comparação com poder que, predominantemente, estava anteriormente concentrado nas mãos dos grandes proprietários rurais. Os setores médios urbanos (pequenos empresários, profissionais liberais, etc.) e o operariado cresceram não só em número, mas também em relevância na vida política do país. (Leopoldi, 2003)

Por outro lado, desde o período do governo do General Eurico Gaspar Dutra reelaborações econômicas, políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos foram concedidas e aprofundadas, com a participação do Brasil no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947, na elaboração da Carta da Organização dos Estados Americanos, em 1948, além da realização de estudos e formulação de projetos fomentados técnica e financeiramente pelos Estados Unidos. (Ianni, 1979)

Com a finalidade de acelerar o desenvolvimento industrial do Brasil, o governo Vargas criou órgãos responsáveis por estudos e programas de desenvolvimento, impulsionando a industrialização e resolvendo problemas econômicos e administrativos. Para atender a esta expectativa, houve a formulação do Plano Lafér - Plano Nacional de Reparcelamento Econômico que focalizava investimentos em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. Para tanto, foi criado também o fundo de reparcelamento econômico, administrado pelo BDNE, ambos em 1952 (Ianni, 1979). Durante o período do primeiro Governo Vargas entre 1930 e 1945, as políticas implantadas resultaram na ampliação da industrialização e do setor de serviços. Entretanto, se por um lado, as

mudanças econômicas e políticas provocadas no período podem ser consideradas como importantes; por outro lado, tais mudanças suscitaram transformações sociais e acirramento de classes, delineando-se mais claramente as classes sociais e os interesses econômicos particulares de cada uma.

Da mesma forma, o discurso Getulista se preocupava também com a superação da dependência econômica histórica do Brasil com os países desenvolvidos. O foco do discurso getulista era desenvolver um sistema capitalista em função dos brasileiros, em contraposição dos interesses de empresas e governos dos países centrais. Um exemplo desta preocupação foi a Lei sobre Atos Contrários à Economia, de 1945. Esta lei objetivava controlar grandes empresas internacionais, para que se garantisse ao governo brasileiro a autonomia nas decisões econômicas. Por outro lado, as preocupações nacionalistas de Vargas e as tendências estatizantes na América Latina preocuparam os Estados Unidos durante as décadas de 1930 e 1940, o que levou os investidores americanos a associarem seus capitais aos investidores nacionais para fazer frente ao que consideravam excesso de nacionalismo. Esta prática de associação e absorção de capitais desenvolveu-se de maneira mais crescente nos anos posteriores à Segunda Guerra, buscando contornar o nacionalismo local e preservar a hegemonia americana, o que poderia anular as estratégias de nacionalização empreendidas pelo Estado brasileiro. (Ianni, 1979)

2.1.4: Juscelino Kubistchek: Plano de Metas e Economia interdependente

No interregno entre o suicídio de Vargas ocorrido em 1952 e a posse de Juscelino Kubistchek em 1956, o cenário político e social brasileiro foi marcado por um período de crise, com o agravamento dos antagonismos que vinham crescendo desde os anos 1940. Neste sentido, Lessa (1982) assinala que neste período a economia brasileira era marcada pelo declínio das receitas de exportação associado a um aprofundamento das substituições de importações; além do aumento dos gastos com pagamentos ao exterior e um setor industrial dependente de matérias primas e demais produtos importados.

Entretanto, a chegada de Juscelino Kubistchek (JK) ao poder com a proposta de desenvolver o país de maneira nunca vista antes, marca um período histórico dos mais representativos para a economia brasileira. O Plano de Metas que veio então a ser elaborado pelo governo JK, com forte influência dos pensadores da CEPAL, tinha como objetivo fazer com que o Brasil crescesse em 5 anos o que não havia crescido nos últimos 50, e deixava ainda mais claro o papel preponderante e incisivo do governo federal na condução do sistema econômico nacional. O objetivo do Plano de Metas era acelerar a industrialização e impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro a partir dos recursos e determinações do sistema econômico pré-existentes internamente, nas relações de dependência e complementaridade estruturais na economia brasileira à época.

O governo JK passou a investir nas áreas e setores carentes de investimentos externos, completando o setor externo e não estrangulando-o (Ianni, 1979). Neste sentido, apesar da industrialização planejada pretender a longo prazo uma não dependência do setor externo para o crescimento econômico, de início demandou grandes importações de recursos e equipamentos para o setor industrial (Campos, 2007)

Por outro lado, O Programa de Metas foi adotado em um período quando os Estados Unidos, já satisfeitos com o sucesso de sua “ajuda” à Europa devastada pela II Guerra Mundial, buscava aprofundar o seu desenvolvimento nas áreas do mundo onde já estava instalado, ou abrir novas fronteiras de expansão. Por outro lado, no contexto da Guerra Fria, e possível expansão do Comunismo, essas medidas expansionistas do governo norte americano tinham como base a Doutrina Truman, a qual buscava levar o desenvolvimento e progresso no estilo proposto pelos norte-americanos aos elos mais frágeis do sistema Capitalista, consolidando assim o domínio norte-americano que se iniciou após o final da Segunda Guerra. (Ianni, 1979).

Neste sentido, as metas americanas de “apoio” e “direcionamento” das economias podem ser entendidas como um meio de substituir os velhos imperialismos desestabilizados, principalmente depois de duas guerras mundiais, pela nova supremacia dos Estados Unidos. Este era, portanto, o contexto em que se deu a adoção do Plano de Metas do Governo JK. De um

lado as exigências da reprodução capitalista em escala mundial, onde as empresas americanas reformulavam suas relações com os povos dependentes, e internamente a industrialização do país deixava de ser induzida pelo estrangulamento do setor externo. De outro lado, o planejamento da economia já era bem aceito tanto pela opinião pública, como pelos governantes e empresários. A esta altura, o Estado brasileiro, atento às experiências anteriores, já sabia lidar com os elementos básicos de produção e gestão de um modelo de planejamento econômico. Assim, a adoção da técnica, teoricamente neutra e eficaz independente da realidade econômica ou em diferentes momentos de desenvolvimento, era propagada como o meio mais satisfatório de crescimento econômico. (Ianni, 1979)

Deste modo, o Plano de Metas de JK pode ser considerado como o marco de uma reformulação importante da relação entre o Estado e o sistema econômico, com a adoção de estratégias que por fim expandiram o Capitalismo dependente, ou associado. Assim, enquanto Getúlio Vargas priorizava uma política com foco na criação de um sistema capitalista nacional, o tipo de Capitalismo que JK propunha estava orientado para o desenvolvimento econômico pautado na reformulação das condições de dependência com o Capitalismo mundial. (Ianni, 1979)

Apesar das mudanças proporcionadas pelo governo Juscelino Kubistchek na economia e no sistema político, os anos posteriores ao seu governo foram de crise e instabilidade. Desta forma, entre 1961 e 1964, o nível dos investimentos estrangeiros, assim como a entrada de capitais externo e a taxa de lucros, caíram vertiginosamente, e esta situação agravou a inflação - agora o principal problema econômico brasileiro - e suscitou um novo debate sobre novos modelos de desenvolvimento, terminando de fato, a fase de substituição de importações. Neste sentido, Campos (2007) considera que a grande entrada de capitais estrangeiros no Brasil, apesar de ter sido o grande financiador do programa de desenvolvimento de JK, alimentou, juntamente com os vultosos gastos públicos, o crescimento inflacionário do período.

2.1.5: A Ditadura Militar de 1964: Intolerância e aprofundamento da relação de dependência com o exterior

A crise iniciada ao final do governo de JK resultou numa série de novas crises envolvendo os presidentes Jânio Quadros e João Goulart, e culminaram na realização de um golpe militar em 1964. Ao tomar o poder, tendo à frente da presidência o General Castelo Branco, os militares se propunham a eliminar as distorções do desenvolvimento econômico brasileiro, e desencadear um novo surto de progresso. Para isto, os militares argumentavam que seria necessário realizar uma restauração da ordem e da autoridade nas instituições brasileiras, de modo a viabilizar a construção de uma nova sociedade. Ianni (1979) destaca dentre os objetivos principais da ação do regime militar na economia no período entre 1964 e 1970: a redução da inflação, a criação de estímulos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros, a modernização das estruturas urbanas, a criação de indústrias petroquímicas, a dinamização da economia da Amazônia, e a formulação de uma política brasileira de energia nuclear.

O Plano de ação Econômica (PAEG), formulado entre 1964 e 1966, estabelecia as linhas gerais da política econômica para aquele período, e incluía entre seus objetivos a aceleração do desenvolvimento econômico, a contenção da inflação, a atenuação das diferenças econômicas regionais, e a geração de oportunidades de emprego produtivo. Macarini (2000) argumenta que essa política se baseava na capacidade do controle inflacionário para suprimir as deficiências da atividade econômica decadente, e garantir a criação das condições para que potencial de crescimento da economia e a livre iniciativa fossem construídas de maneira plena.

Por outro lado, também foram promovidas reformas importantes como a criação do Banco Central (BACEN), e as reformas tributárias, com concentração dos impostos e a correção dos salários abaixo do índice da inflação, e uma busca constante acerto da balança de pagamentos. As reformas financeiras promovidas no período entre 1964 e 1974 foram responsáveis pelo conhecido “Milagre Econômico”, que foi marcado pela estabilidade financeira e elevação da produção e consumo interno do Brasil (Singer, 1987).

Já no período da ocupação da presidência pelo General Ernesto Geisel, os militares buscavam não só continuar o processo de crescimento econômico, mas também buscavam eliminar os gargalos que atrapalhavam o desenvolvimento dependente, dando continuidade ao projeto de elevar o Brasil a uma condição de potência. Assim, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde as prioridades foram centradas em torno dos investimentos no setor energético, incluindo petróleo e energia Nuclear; os setores siderúrgico e petroquímico, e a indústria de bens de capital, tudo isto marcado pela realização de projetos de grandes empresas estatais para sustentar o programa. (Macarini, 2000; Kerecki e Santos, 2009). Neste sentido, fica claro que os militares estavam cientes dos limites do modelo dependente, e estavam preocupados em superá-lo a partir do desenvolvimento tecnológico e da ampliação da matriz energética.

Por este motivo, Sampaio Jr (2012) argumenta que a necessidade de mudanças de grande envergadura nas bases estruturais do desenvolvimentismo era a expressão utópica do modelo desenvolvimentista. Assim sendo, a capacidade de enfrentar a concorrência externa, extremamente necessária para o crescimento capitalista autodeterminado foi comprometida devido à força do mercado externo e a desigualdade social e econômica presente no Brasil e em toda a América Latina. (Bresser-Pereira, 2006)

Diante desse contexto, novas bases para o desenvolvimento são lançadas a partir da década de 1970. Esse cenário de mudanças tem seu ápice com o declínio da política de substituição de importações, base do modelo desenvolvimentista formulado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e como consequência o descrédito pelo paradigma do desenvolvimento.

O resultado desse abandono foi um aprofundamento do Capitalismo sustentado pela segregação social e dependência externa, o que foi possível pela instalação de uma série de ditaduras militares que se encarregaram de abrir as economias nacionais para o capital estrangeiro. O Imperialismo, antes combatido, se torna essencial e o capital internacional, antes considerado empecilho para o desenvolvimento, passou a ser considerado como parte integrante e indispensável do processo de desenvolvimento da

economia brasileira. O desenvolvimento, se antes esboçava uma preocupação com a totalidade da sociedade em todas suas classes e esferas: econômica, cultural e política, passou a se restringir à Industrialização e modernização da economia, o que deixou de lado as questões de Integração e autonomia nacional. (Sampaio Jr, 2012)

2.1.6: Transição para o Modelo Neoliberal

As altas taxas de crescimento experimentadas pelo Brasil durante período de 1930 a 1970 só foram possíveis porque o Estado foi o agente principal no processo de desenvolvimento. Esta forma de implementar um modelo de desenvolvimento baseado na forte participação do Estado nas atividades produtivas foi chamada de desenvolvimentismo, primeiramente pelo objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico, e em segundo plano por ter o Estado como principal sujeito de ação coletiva no plano econômico. (Bresser-Pereira, 2006)

Entretanto, a partir da década de 1970, com a expansão ideológica neoliberal nas economias centrais, e com a eclosão da crise mundial na década de 1980, novas bases para o desenvolvimento dos países foram elaboradas, principalmente via o chamado "Consenso de Washington". Bresser-Pereira (2006) elenca os fatores responsáveis por essa mudança citando primeiramente a própria base do modelo, a substituição de importações, que criava as condições para sua superação, por levar as economias latino americanas a uma profunda distorção, e, em segundo plano, o rompimento das alianças nacionais necessárias à continuidade do modelo desenvolvimentista. Neste novo modelo globalizado, os Estados-Nacionais foram perdendo espaço para os mercados livres em escala global, que se tornaram então os novos promotores do desenvolvimento.

Assim sendo, com a volta do Governo democrático de fato em 1985, ocorreu também um rompimento com o modo de desenvolvimento que vigorando no Brasil desde 1930, o que implicou num desmonte da estrutura política e institucional que sustentava a industrialização por meio da substituição de importações entre as décadas de 1930 e 1980. Entre os fatores que desencadearam essa ruptura, Boschi e Diniz (2007) destacam

as crises internacionais da modelo na década de 1970; as limitações do processo de globalização, e o colapso do socialismo com o fim da Guerra Fria a partir do colapso da União Soviética em 1991.

Por outro lado, Esteva (2000) argumenta que nos anos 1990, um novo *ethos* desenvolvimentista apontava no horizonte: Para os países do Norte: re-desenvolvimento, o que significaria desenvolver novamente o que foi mal desenvolvido, ou estava obsoleto. Já no Sul, essa nova realidade funcionou mais na abertura de espaços para os resíduos do que sobrou do Norte, e para as empresas maquiadoras.

Assim, a década de 1990 foi marcada por uma nova agenda pública que rompia com os aspectos políticos e econômicos da ordem anterior, principalmente com a necessidade de reformas microeconômicas que possibilitassem o funcionamento do livre mercado. Entretanto, mesmo com as novas medidas trazidas também com a Constituição de 1988, o quadro social brasileiro pouco se alterou, com aumento das taxas de desigualdade social e concentração da renda e violência urbana, situação que por sua vez aumentava ainda mais o fosso entre os países desenvolvidos e nós, a margem do desenvolvimento. (Boschi e Diniz, 2007)

Desta forma, a prioridade dada às novas políticas públicas voltadas para a o mercado, através da estabilização econômica e a política de privatizações e liberalização comercial não superaram a incapacidade histórica dos governos de reduzir os graus de exclusão social e o grau de iniquidade da sociedade brasileira (Boschi e Diniz, 2007).

Para fazer frente a um contexto de crise econômica e incerteza das medidas para solucioná-la, os dois primeiros governos da chamada Nova República foram marcados pelo desastre dos planos econômicos que, ao invés de estabilidade monetária, alavancaram ainda a inflação. Entretanto, em 1994 com a adoção do Plano Real, rompeu-se a cultura inflacionária, com o foco da ação do Estado passando para o estabelecimento de uma política econômica voltada para a preservação do equilíbrio macroeconômico cuja finalidade seria permitir o crescimento econômico sustentado. Esta nova visão política, por sua vez, deu respaldo às reformas estruturais que foram feitas no Governo Fernando Henrique Cardoso. (Erber, 2011)

O primeiro governo comandado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) executou um pacote de reformas econômicas destinadas a fortalecer o mercado, além de instituir uma série de mudanças de natureza institucional. Essas reformas simbolizavam o “Desmonte da Era Vargas” e abalaram os fundamentos dos padrões de desenvolvimento ainda vigentes. Por outro lado, desfazia-se também o pacto a burguesia nacional e o Estado que nas décadas anteriores foram os suportes da industrialização via substituição de importações, em desarticulação desde o período militar. Boschi e Diniz (2007) afirmam que a profundidade e irreversibilidade das mudanças criaram um clima de segurança na estratégia neoliberal como o rumo certo para o desenvolvimento. Entretanto, a partir de 2001, como questionamento do projeto neoliberal enquanto projeto econômico e de governo, houve difusão das ideias de que as políticas orientadas pelas ideias neoliberais foram demasiado custosas para a sociedade e teriam gerado efeitos perversos impactantes, tais como desemprego, recessão, diminuição do número de empregos, e destruição do sistema de proteção ao trabalhador. Neste sentido, Boschi e Diniz (2006) sinalizam neste período uma forte demanda social pelo estabelecimento de um projeto de desenvolvimento sustentado e equitativo, em que ainda se preservasse a estabilidade financeira, mas com o incremento de políticas de combate a desigualdade e exclusão social, que poderia ser satisfeito com a ascensão de Luis Inácio Lula da Silva a presidência.

Em virtude de pertencer a um partido historicamente considerado de esquerda e radical, no momento em que Lula tomou posse, apesar da “esperança ter vencido o medo”, as incertezas quanto ao futuro econômico do país continuam em alta. O cenário econômico era de elevação da taxa de inflação e redução da taxa de crescimento, e Lula usando “mudança” como a ordem do dia, enfatizava a necessidade de reformas institucionais, visto o recuo da ideologia neoliberal em outras partes do mundo (Erber, 2011)

Por outro lado, o modelo anterior, adotado por FHC a partir de 1994, era baseado na visão de uma sociedade fundamentada na competição e no mérito individual, onde os termos de eficiência eram ditados pelo mercado: quanto mais eficientes, maiores seriam as taxas de crescimento do país. A proposta de um novo modelo, entretanto, colocava novamente o Estado no

centro do desenvolvimento, suprimindo a carência dos investimentos privados em inovação e estrutura. Neste sentido, a forma atual desta nova estratégia de desenvolvimento seria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Erber, 2011)

2.1.7: O PAC do governo Lula-Dilma e “novo” desenvolvimentismo

Criado em 2007 pelo Governo Federal, e considerado uma das iniciativas adotadas pelo presidente Lula, o PAC tinha como objetivo manifesto dar ao Brasil as condições para que houvesse crescimento econômico, aumento da oferta de empregos e melhores condições de vida para os setores mais pobres da população (Santos et al, 2010)

Os pilares fundamentais da ação dos dois mandatos de Lula, e que está tendo uma continuidade no governo da presidente Dilma Rousseff, estariam: 1) a busca pelo aumento da associação com o capital privado via investimentos em infraestrutura, focando-se em energia, logística e saneamento, com investimentos financiados pelo BNDES ou diretamente pelo Estado, com vistas à recuperação do atraso e superação das carências consideradas históricas no Brasil; 2) o combate ao déficit habitacional via investimentos incentivados pelo crédito privado e público, garantido por maiores garantias dadas pelo credor; 3) aumento do investimento em inovação, por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior que estabelecia as prioridades setoriais e tecnológicas; 4) o aumento de consumo das famílias, via programas sociais e expansão do crédito e emprego formal, e 5) uma política externa menos dependente dos EUA, que privilegiou países em estágio de desenvolvimento similar, sejam da América Latina, sejam dos BRIC's, buscando afirmar o papel de protagonista do Brasil em escala global.

Apesar da ênfase dada a seu caráter desenvolvimentista, o PAC tem sido classificado como sendo, na prática, uma forma de reforçar os postulados neoliberais que vem guiando as ações do Estado brasileiro desde o início da década de 1990. Nesse sentido, Zhouri (2011) caracteriza o PAC como sendo uma plataforma de ações que nos últimos 10 anos vem tentando colocar o Brasil numa posição de destaque na economia mundial a partir de uma estratégia de investimentos em infraestrutura e de

construção de hidrelétricas voltadas para produção de energia para diferentes tipos de empreendimentos industriais.

Em consonância com as visões que visualizam o PAC como sendo uma forma de reforço das políticas neoliberais, Santos et al (2010) situam este programa como sendo um meio termo entre “mito desenvolvimentista” e “proposta neoliberal”. Tal caracterização leva em consideração o fato de que na prática ocorreu uma manutenção das políticas de cunho neoliberal adotadas desde o governo de presidente Collor (por ex: privatização de empresas públicas, estabilização da inflação, flexibilização das relações capital e trabalho), as quais foram combinadas com elementos intrínsecos ao ideário desenvolvimentista (por ex: investimentos em infraestrutura social e urbana, e em logística) e uma constante evocação dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. (Juruá, 2007).

De maneira análoga, Sampaio Jr (2012) classifica a atual faceta desenvolvimentista da economia brasileira como sendo uma simples apologia ao poder econômico, e, na prática, uma farsa baseada na tentativa de aludir ao desenvolvimentismo do início do século XX, mas que em sua aplicação prática nega os fundamentos dos esforços realizados por Vargas e Kubitschek para industrializar o Brasil. Por essa razão, Netto e Braz (2007) chamam atenção para o papel ocupado pelo Estado brasileiro como financiador e garantidor dos processos de acumulação do capital, e que na prática dá continuidade a processos que visam ampliar o processo de privatização da economia. Nesse sentido, Juruá (2007) afirma que a divulgação do PAC simboliza um novo momento da economia brasileiro, que é marcado pela ideia de que a mão invisível de Adam Smith¹ saiu de cena para dar lugar à mão invisível do Estado.

Outra análise sobre essa “nova” postura do Estado brasileiro na economia é oferecida por Netto (2005) que aponta que as novas funções econômicas ocupadas pelo aparato estatal compreenderiam principalmente a inserção em setores básicos não rentáveis, em especial aqueles setores que fornecem monopólios a baixo custo, tais como os de energia e matérias-primas renováveis. Entretanto, Netto aponta que o Estado pode ainda

¹ Mão invisível foi um termo proposto por Adam Smith em "A Riqueza das nações" para descrever como numa economia de mercado, a relação entre a lei da oferta e da procura conseguiria proporcionar um equilíbrio, mesmo na ausência de uma entidade que reguladora, como o Estado.

controlar ou socorrer empresas em dificuldade. No final das contas, o efeito prático dessas medidas seria garantir as taxas de lucro obtidos por grandes corporações capitalistas (Netto, 2005).

Um aspecto particularmente importante, e que se relaciona às formas de legitimação política do viés neodesenvolvimentista é abordado por Santos et al (2010) quando argumentam que o apoio dado pela população a execução do PAC ocorre em virtude do discurso desenvolvimentista construído para dar suporte ideológico à sua execução. Da mesma forma, quando o Estado, através do PAC, promove melhorias na infraestrutura e oportunidades de desoneração tributárias, este se torna atrativo aos investidores que veem na participação no programa uma oportunidade de negócios garantida pela presença do capital público. Assim, o PAC acaba sendo legitimado. Para Santos e colaboradores, o uso do mito do desenvolvimento também contribui para a importância dado ao PAC, principalmente pela persistência de análises que classificam o Brasil como “muito atrasado” no processo de Globalização. Em resposta a esse tipo de caracterização é que são legitimadas as proposições de que caberia ao Estado o papel de impulsionador do crescimento econômico e de criador de postos de trabalhos, principalmente em obras de regeneração e criação de equipamentos públicos, infraestrutura, e logística.

Por outro lado, Sampaio Jr (2012) argumenta que o PAC está diretamente comprometido com a agenda neoliberal, na medida em que seus formuladores propõe uma versão mais “light” do chamado capitalismo selvagem, onde praticamente são ignoradas a forte desigualdade social existente na sociedade brasileira e o aumento da dependência da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro internacional. Por sua vez, Juruá (2007) chama atenção para o foco dado ao PAC, onde a retomada do investimento público aparece como a principal estratégia de modernização da infraestrutura e de criação das condições para expansão do investimento privado. Entretanto, Juruá sugere que, apesar de forte caráter mitológico associado ao desenvolvimento e que remonta aos planos desenvolvimentistas implementados na segunda metade do século XX, o PAC não pode se considera um plano de desenvolvimento. Pelo contrário, para Juruá, o PAC deveria ser considerado com um programa de governo,

cuja ênfase está no poder político, na retomada do crescimento e de inclusão de grandes massas. Por outro lado, os investimentos feitos pelo Estado na realização do PAC, por sua vez, por serem sancionados pelas lideranças empresariais e políticas, careceriam de uma seleção e análise mais criteriosa no tocante aos seus impactos sociais e ambientais (Juruá, 2007)

Em síntese, o conjunto dos autores analisados parece sugerir que o que ocorre dentro do PAC é uma mudança da função do Estado brasileiro, que passa a agir enquanto garantidor das condições externas necessárias ao aumento da dinâmica capitalista, viabilizando ou, mais indiretamente, financiando aquelas áreas em que as grandes corporações econômicas poderão aumentar a realização de lucros. Essa mudança atende, portanto aos interesses do grande capital, e tem como consequência o aumento das perdas sociais, com a ocorrência de uma série de reformas de caráter privatizante em áreas estratégicas, que incluem a Saúde, Previdência e Educação, acarretando ainda um aumento da precarização dos direitos sociais dos trabalhadores. (Netto, Braz, 2007; Santos et al, 2010).

2.2 ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NATUREZA



Figura 3: Presença policial em Desapropriação de pequena propriedade no V Distrito de São João da Barra

2.2.1 Megaempreendimentos como instrumentos de desenvolvimento e a questão da adequação ambiental

Fernandes (2008) afirma que a nova realidade global criada após a queda dos governos ligados à URSS permitiu o avanço das políticas neoliberais e os ajustes estruturais decorrentes dela e, desse movimento, resultaram duas mudanças mais sensíveis na sociedade: a maximização do capital e a minimização do Estado no processo de tomada de decisões acerca das políticas voltadas para garantir o crescimento econômico. Para Fernandes, após o fim da URSS, a economia capitalista globalizada passou a associar, mais que qualquer outro período de vigência do Capitalismo, a ideologia de que é necessário expandir as forças de mercado para ampliar as possibilidades de desenvolvimento econômico.

No caso brasileiro, Vainer (1992) chama atenção para os grandes projetos econômicos que o Estado, em parceria com agentes privados, tem lançado para promover o processo de “desenvolvimento”. Para Vainer, estes projetos normalmente se materializam através da construção de grandes unidades produtivas, principalmente para a viabilização de atividades ligadas

à produção de aço, extração de minérios, extração e exploração de petróleo e instalação de grandes complexos portuários. Por outro lado, Vainer sugere que essas obras, ao se implantarem numa área específica redefinem o espaço segundo uma lógica própria, e se caracterizam, na prática, como ilhas voltadas para o exterior, ignorando na prática as necessidades regionais e nacionais. O resultado deste processo seria que a região onde a estrutura está localizada acaba relegada à estagnação econômica, e sofrendo os efeitos negativos do suposto “desenvolvimento”. Desta forma, o que se verificaria seria uma dicotomia entre o discurso de modernização e progresso divulgado em torno desses empreendimentos, e os efeitos práticos de sua instalação, que implicam no aprofundamento de desigualdades, suprimindo a realidade econômica e as condições de vida das populações que eventualmente são atingidas por essas obras.

Neste sentido, é se que torna importante observar o custo social e ambiental desses megaempreendimentos que, na maioria das vezes, é arcado pelos segmentos mais pobres da população, fato que acaba mascarado pela propaganda e pela legitimidade que o discurso de superação do atraso ainda possui na sociedade brasileira. Penido et al, (2011) argumentam que em nome do discurso em prol do desenvolvimento, práticas e discursos socialmente insensíveis são legitimados e utilizados para justificar a desapropriação forçada dos habitantes das áreas escolhidas para a instalação dos empreendimentos. De acordo com Acserald e Silva (2011), a realocação das populações atingidas pela transformação de seus territórios pela construção de megaempreendimentos tem a função de imprimir novas trajetórias sociais a esses sujeitos, provocando com isso uma ruptura social tão relevante quanto mais ligada essas populações atingidas estejam ao meio ambiente físico e natural. Entretanto, apesar da violência simbólica provocada pelas práticas de desapropriação, estas são feitas mediante o apoio ou a conivência do aparelho de Estado.

Por outro lado, há que se considerar a flexibilização feita no processo de licenciamento ambiental de megaempreendimentos que estão sendo construídos. É que sob a justificativa de que os mesmos contribuirão para acelerar o crescimento da economia brasileira, houve uma aceleração da velocidade com que os processos administrativos e o aumento das

facilidades para obtenção das licenças requeridas por lei. Segundo, Laschefski (2011), essa flexibilização se tornou uma marca da ação do governo federal após o lançamento do PAC. Além disso, de acordo com a visão neoliberal, a urgência dada a execução dos empreendimentos tende a classificar a Natureza e as populações atingidas pelas obras como entraves, os quais são passíveis de adequação e compensação. Nesse sentido, Zhouri (2011) afirma que a crença na existência de um paradigma da adequação ambiental passou a fazer parte do discurso legitimador dos empreendimentos e das práticas institucionais ligadas à sua viabilização. Deste modo, um lugar central no processo de desenvolvimento é dado aos megaempreendimentos, enquanto são secundarizadas as preocupações acerca das repercussões que os mesmos criam sobre os ecossistemas naturais e as populações que ocupam anteriormente as áreas selecionadas para a construção dos mesmos. Zhouri acrescenta que, quando muito, o debate acerca sobre as repercussões dos megaempreendimentos tem sido centrado nas possibilidades de compensação e adequação dos atingidos, e não na viabilidade e real necessidade dessas estruturas no alcance de um modelo de desenvolvimento que seja social, econômica e ambientalmente sustentável.

Benvenuti (2013) argumenta que os projetos inseridos no novo “modelo” chamado de neodesenvolvimentismo têm produzido prejuízos para a população e o território em que a mesma está inserida. Esses grandes projetos com finalidade oficial de suprir a as questões de infraestrutura e movimentar a economia geral têm sido associados a impactos ambientais, sociais e à precarização das condições de trabalho, o que gera protestos e questionamentos sobre a não participação mais efetiva do Estado. Segundo Benvenuti, as críticas feitas pelos movimentos sociais são de que o Estado brasileiro não tem conseguido romper a lógica histórica de benefício dos setores historicamente privilegiados; tendo, ao contrário, aprofundado essa postura política.

Como resultado da opção pelos megaempreendimentos como instrumentos de desenvolvimento econômico, uma série de conflitos de diferentes ordens acaba sendo criada, particularmente em torno do reassentamento de populações atingidas pela construção de

megaempreendimentos. Para Laschefski (2011) estes conflitos acabam sendo de 3 ordens:

1) territoriais, no caso da remoção de populações atingidas pela construção de megaempreendimentos, sem que haja uma oferta apropriada de condições para a reprodução de suas relações com a Natureza e entre eles;

2) espaciais, quando a qualidade de vida das pessoas do local é afetada pela poluição sonora, aquática, gasosa ou residual; ou

3) distributivos no caso de diferentes apropriações dos benefícios e riscos provenientes da apropriação dos recursos e serviços ambientais.

Finalmente, Vainer (1992) postula ainda que a dominação dos grandes empreendimentos termina por mudar a perspectiva da localidade, da região, e do ambiente, que passam a ser considerados a partir da perspectiva das necessidades e interesses dos grupos econômicos que impulsionam a criação de diferentes tipos de estruturas que são neles inseridos.

2.2.2 A busca pelo desenvolvimento e a “adequação” da Natureza e dos atingidos

Um aspecto importante nos conflitos que surgem durante o processo de instalação de megaempreendimentos se dá na arena legal, principalmente no tocante ao processo de licenciamento ambiental. Nesse sentido, Laschefski (2011) pontua que depois das críticas sofridas pelos órgãos ambientais brasileiros devido a uma suposta “morosidade” nos processos de licenciamento ambiental, que era apontada como um entrave para a implantação de megaempreendimentos, o governo federal intensificou iniciativas voltadas para a flexibilização do sistema ambiental, tem como eixo discursivo a necessidade de desburocratização dos processos administrativos em torno desse assunto, principalmente após o lançamento do PAC que previa investimentos em infraestrutura logística, social e urbana, além da realização de grandes projetos energéticos. Entretanto, Laschefski chama atenção para o autoritarismo do governo nesses processos de licenciamento, ao negligenciar o direito dos atingidos pelos megaempreendimentos, que normalmente incluem povos indígenas e comunidades tradicionais.

Num campo marcado por interesses conflitos, Zhouri (2010) aponta que os atingidos pelas obras estão em condição inferior e têm sido transformados em meros legitimadores dos procedimentos formais, visto que sua condição de sujeitos ativos tem sido negada, afetando negativamente as possibilidades de que estes grupos dispõem para defender seus direitos e interesses. Nesse sentido, Laschefski (2011) sinaliza a existência de uma crença na capacidade e no dever do ambiente se adequar às obras, e não o contrário. Para justificar a lógica da adequação, medidas mitigadoras e compensatórias são apresentadas como um meio eficaz de solucionar os conflitos ambientais e sociais, como se paisagens socioambientais pudessem ser destruídas e reconstruídas através da adoção de soluções técnicas. De forma similar, Penido et al (2011) argumentam que o argumento subjacente nessa lógica é que se o empreendimento é necessário e imprescindível para o crescimento econômico, e se nesse caminho estão grupos que tradicionalmente ocupam uma determinada área, a solução do reassentamento é apontada como sendo uma benesse concedida pelo Estado e pelos grupos econômicos envolvidos para aqueles que são vistos como entraves ao desenvolvimento.

Por sua vez, Zhouri (2011) considera ainda que a crença no chamado “paradigma da adequação ambiental” faz parte do discurso desenvolvimentista que tem legitimado a construção de megaempreendimentos e as práticas necessárias para a sua viabilização. Segundo Zhouri, a obra, e não a Natureza assume o lugar central, e o ambiente passa a ser tomado como sendo uma externalidade, que é passível de modificação e adaptação aos propósitos de um determinado projeto. Dessa forma, as medidas mitigadoras e compensatórias promovem a função de adequação por meio dos arranjos e ajustes tecnológicos.

Deste modo, o foco dos debates deixa de ser, ou nem sequer tem início, em torno das adequações e as exigências legais dos megaempreendimentos, e não na sua viabilidade, necessidade e desejabilidade, que são deixadas em segundo plano. Isto parece decorrer da postura de que através do uso de um aparato tecnológico, os riscos e impactos possam ser previstos e reduzidos. Em suma, um complexo debate

sobre questões social, política, cultural e economicamente importantes é reduzido à proposição de ajustes e acomodações técnicas.

2.3 DEBATES SOBRE O TERRITÓRIO E SUA DINÂMICA



Figura 4: Agricultor em sua lavoura de abacaxi em Água Preta

2.3.1 Território: da construção de um conceito ao projeto político

Nesta seção tratarei da evolução pela qual o conceito de território tem passado em diferentes disciplinas científicas, e como essas abordagens sobre o espaço e o território têm influenciado na dinâmica dos atores sociais enquanto categoria analítica dentro de territórios que vão além do debate conceitual. O conceito de território, por estar intrinsecamente associado à existência de conflitos e relações de poder, é fundamental no esforço analítico que é realizado na presente dissertação, pois seu emprego permite um melhor entendimento acerca da dinâmica em que o CIPA se insere, bem

como as relações que os impulsionadores deste megaempreendimento (o Grupo EBX e o governo do estado do Rio de Janeiro) têm estabelecido com as comunidades que tradicionalmente habitavam a área do V Distrito do município de São João da Barra. Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de território permite o reconhecimento de quais forças atuavam no nosso campo de pesquisa, e quais relações foram estabelecidas ou destruídas neste território, e o que tem tornado legitimado ou deslegitimado as ações dos diferentes atores envolvidos.

Para Fernandes (2008), a importância do território é tão grande que em diversas ciências, desde a Sociologia, Antropologia, Direito, Política, e especialmente a Geografia, este conceito ganhou lugar central nos diferentes esforços analíticos. Com o aprofundamento do desenvolvimento destas diferentes disciplinas, o território começou a ser pensado como um condicionante da relação entre Homem e Sociedade e Espaço, interferindo na movimentação dos homens, na produção e circulação de mercadorias, na vida econômica. Entretanto, com o advento da Globalização, e consequente aumento da competitividade, quando as empresas procuram cada vez mais localizações que aumentem seus lucros e poder, as diferentes interpretações de território passaram a ter um interesse renovado (Santos, 2002)

Por sua vez, Souza (1995), também fazendo menção ao papel das ciências, critica as proposições iniciais que destituíam o território de sua capacidade política, e acabaram gerando confusões conceituais com o conceito de Espaço. Para Souza, um dos principais focos desse tipo de erro foi a Geografia Política que estava focada na capacidade do espaço de formar raízes culturais nos grupos sociais que dele se apropriavam, transformando-o em território. Assim, o espaço, quando territorializado, tornar-se-ia essencial e vital para a identificação de determinados grupos sociais, uma vez que a partir desta apropriação, os mesmos estariam ligados aos atributos concretos do espaço, sua paisagem. A abordagem feita por Souza sugere que somente a permanência do grupo naquele espaço geraria uma identidade com toda a concretude do espaço, e com o poder controlador do território. Nesse sentido, tal prerrogativa indicaria que mesmo

sendo alteráveis os seus limites (por ex: meio de conflitos), o território deveria ser território todo o tempo.

Uma crítica semelhante ao uso do território é feita por Corrêa (1998) que propõe distinções entre território e espaço e entre espacialidade e territorialidade. Corrêa argumenta que, apesar de território significar terra pertencente a alguém, o mesmo não está relacionado necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Isto, por sua vez, colocaria de um lado, o controle efetivo do espaço e, de outro, a ligação simbólico-afetiva com o território, fruto das práticas especializadas por grupos definidos. Em suma, o território também envolve a dimensão simbólica do lugar, a identidade dos grupos e afetividade espacial. Assim, a combinação das duas dimensões, espacial e simbólica, formam territórios plenamente apropriados, conceito, portanto, que excede ao espaço simplesmente.

Entretanto, uma terceira forma de abordagem é apresentada por Souza (1995), onde o território é compreendido enquanto um campo de força ou rede de relações sociais, cuja complexidade definiria os limites e alteridade desse território, definido ainda as diferenças entre os que estariam dentro ou fora dele. Entretanto, a superposição dessas classes no território não se daria de forma rígida ou permanente, uma vez que as diferentes formas de organização e redes sociais são variáveis social e temporalmente. Nesse sentido, segundo essa abordagem, o território se apresenta mais como um conjunto de relações sociais projetadas no espaço, e menos enquanto espaços concretos. O território existe sobre o espaço enquanto um campo de forças que é, entretanto, não deve ser deste modo, confundido com o substrato material, o solo em si.

De maneira sucinta, as principais abordagens em relação ao território apontam que este se assemelha ao espaço. Entretanto, é importante notar que o território possui uma diferença fundamental, e que não pode ser ignorada, que vem a ser a dimensão de poder e dos conflitos incrustados na sua construção. Por outro lado, Fernandes (2008), argumenta que a difusão da visão hegemônica de território, onde as multiterritorialidades não são consideradas, é aceita pelo Estado, agências multilaterais de desenvolvimento e corporações, para propositalmente ignorarem as conflitualidades neles existentes, em especial quando estão em questão

projetos voltados para o desenvolvimento econômico. Como consequência, temos a instrumentalização do território para atender aos interesses dos detentores do capital, explicitados como os ganhadores do jogo de poder intrínseco ao território, inoculando na prática a multidimensionalidade do território, uma vez que não se socializa (ou democratiza) o processo de tomada de decisões, e a questão multiescalar, já que não se reconhecem os territórios das diferentes classes sociais. (Fernandes, 2008) Nos casos em que eclodem conflitos por um mesmo território, cabe ao Estado o papel de garantir coerência ao território, unindo todos os homens, e classes, em torno de algo comum, a identidade nacional (Souza, 1995). Por outro lado, Haesbaert (2005) argumenta que o território deve ser entendido como um lócus de multiplicidade de poderes visto o processo contínuo de dominação e apropriação do espaço realizado por múltiplos sujeitos e classes. Haesbaert argumenta ainda que a busca por influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos são as razões que mobilizam os esforços de controle do espaço.

Dessa forma, quando as contradições e conflitos sobre o território são considerados, o seu significado se torna difícil de distinguir daquele dado ao Espaço. Para Fernandes (2005), essa postura termina por impor uma pretensa territorialidade única, do capital, do poder hegemônico, que, por sua vez, exclui do território a conflitualidade. Assim, o território desprovido de conflito torna impossível a verificação da existência de múltiplos territórios e espaços e, a partir dessa unificação o que se vê é uma apropriação conceitual da ideologia dominante, que passa a ser legitimada (Fernandes, 2005)

Deste modo, a compreensão do território passa pela ampliação do conceito de poder para além da esfera política, dando atenção a uma esfera mais simbólica: a apropriação, sua faceta simbólica e carregada das marcas de vivência e do valor de uso dado ao lugar, e à dominação, mais concreta e funcional, ligada ao valor de troca. Haesbaert (2005) sugere que esta apropriação deveria prevalecer sobre a dominação, preservando assim a diversidade de símbolos, ritmos e práticas dentro do espaço. Entretanto, Haesbaert alerta que a partir da hegemonia da lógica de acumulação capitalista, a transformação do espaço enquanto mercadoria inibiu as

possibilidades de uma reapropriação do espaço pelos grupos despossuídos de capital, o que garante a dominação do território pelo aparato empresarial e legitimado pelo Estado, que passa a então a ser tratado como território único.

Por outro lado, Fernandes (2005) pontua que no cerne do debate sobre o território está o modelo de desenvolvimento pretendido por quem se apropria do espaço e nele constrói seu território. Nesse sentido, as políticas públicas e privadas promovidas pelos governos transnacionais formam modelos de desenvolvimento que resultam em impactos socioterritoriais que, por sua vez, suscitam formas de resistências pelos impactados. Para Fernandes, esse processo tende a produzir uma situação de conflitualidade constante, não só no plano material, mas também no imaterial. Em suma, o que se disputa não é apenas a posse de um pedaço de chão, mas a significação, e a manutenção de relações sociais previamente existente.

De forma adicional, Souza (1995) estabelece uma relação entre as limitações conceituais entre “território” e “desenvolvimento”. Para Souza a ideia de território nacional, ao evocar os ideais de segurança nacional e objetivos nacionais permanentes, encarna a política desenvolvimentista e os postulados de modernização capitalista. Tais ideais de desenvolvimento não consideram o território em sua totalidade, mas sim seus recursos naturais e locais que deveriam estar à disposição dos capitalistas. Neste sentido, haveria de um lado a limitação do território, via concentração do poder pelo Estado Nacional, e de outro, a expansão do projeto de desenvolvimento de caráter apenas econômico (Souza, 1995).

2.3.2 Território E Desenvolvimento: A Dinâmica da Territorialidade, Desterritorialidade, Multiterritorialidade

Nesta seção, continuarei a tratar da questão do território. Entretanto, aqui a atenção será dada às dinâmicas sociais que são desenvolvidas no seu interior. Assim sendo, tratarei dos conceitos de territorialização e desterritorialização e a relação do território e a busca pelo desenvolvimento.

De início, Fernandes (2008) argumenta que o ponto de partida para a análise do território é compreender o que é espaço, local onde a vida humana se materializa. No espaço, Natureza e sociedade estariam unidos

de maneira indissociável, pois as relações sociais no espaço transformam a Natureza, e esse mesmo espaço é transformador das relações sociais. Nesse movimento cíclico e ininterrupto é que se formam os territórios, ou seja, o território é construído a partir do espaço, pois da necessidade de garantir sua existência, os homens fragmentam o espaço e criam seus territórios. Fernandes propõe a criação de duas categorias para distinguir os territórios: materiais e imateriais, onde os primeiros dizem respeito aos territórios formados no espaço físico, e os segundos sendo formados no espaço social. Estas duas categorias seriam indissociáveis e dependentes, uma vez que o território formado no espaço físico deveria ser sustentado pelo território material na forma do conhecimento, ideologia e teoria. De maneira análoga, Corrêa (1998) argumenta que território está submetido à organização espacial, ou seja, ao espaço. O território, portanto, seria o espaço revestido da dimensão política e/ou afetiva. Corrêa também sugere que é na ação dos agentes sociais (por ex: Estado, grupos sociais, corporações econômicas), com vista à garantia da apropriação e permanência em um dado território, que a territorialidade é constituída.

Desta maneira, o território seria, portanto, para Fernandes e Corrêa, uma totalidade e, dentro dessa totalidade, encontrar-se-iam as dimensões política, social, natural, cultural e econômica. Assim, cada sujeito ou grupo ao se apropriar-se do espaço, construiria seu território, decidindo por explorar uma ou mais de suas dimensões e, assim, outro grupo que também se apropriasse desse mesmo espaço poderia explorar as dimensões de seu próprio interesse. Assim, as ações tomadas considerando o território enquanto espaço de governança teriam que considerar o território enquanto propriedade individual e vice-versa. (Fernandes, 2008; Correa, 1998). Por outro lado, Haesbaert (2005) chama atenção ao caráter duplo do território, que, como já vimos, seria composto pelas dimensões simbólica e material, ambas ligadas à busca pelo poder. A primeira delas seria a apropriação e a dominação da terra, e a segunda, uma consequência desta, a inspiração de terror sobre os que foram dominados, e forçados a abandonar ou impedidos de entrar e/ou permanecer num dado território.

Em todas as proposições apresentadas fica clara a importância do conflito na construção e desconstrução do território. Fernandes (2008), por

exemplo, é categórico ao considerar a conflitualidade como parte integrante do processo de formação e desenvolvimento da disputa territorial. Já Haesbaert (2005) sugere que a busca por influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos são as razões que mobilizam a busca pelo controle do espaço. Assim, para Haesbaert, a territorialidade, portanto, não se restringe ao domínio de um lugar físico, à dimensão política, mas também à capacidade de através deste lugar experimentar o mundo e produzir significados, as dimensões cultural e econômica.

Assim sendo, a disputa permanente seria uma parte integrante do território, devido principalmente à impossibilidade de realização de uma classe ou grupo social em um território que já esteja sob o controle de outrem. As diferentes e até divergentes formas de organização, relações sociais, planos de desenvolvimento e finalidade de cada classe para o território impossibilitariam esta realização. Essas diferentes formas de se apropriar simbólica e materialmente do ambiente que, por sua vez, revelam diferentes modos de produção do seu espaço são o que Laschefski (2011) caracteriza como sendo “territorialidade”.

De forma semelhante, para Neves (1988), a territorialidade seria dada pelo conjunto formado por ação e poder dentro do espaço. Nessa perspectiva, o poder é entendido como a capacidade de decidir, que pode ser exercida sobre os lugares sendo adaptável às circunstâncias espaço-temporais contraditórias. Neves argumenta que a determinação da eficácia e amplitude desse poder é definida pela densidade dos fragmentos e a obstrução e construção dos canais das múltiplas redes que estão vinculadas às condições históricas dadas. Nesse contexto, redes são construídas e desconstruídas sempre por ações políticas, numa disputa entre o local e o local, mesmo que apresentadas como lutas a favor da democracia e contrárias a opressão. Essas lutas são também pela construção do território, uma vez que o que está em jogo é a soberania sobre o espaço. Assim, o exercício do poder sobre o espaço é o que o transforma em território, entretanto, não apenas o poder enquanto dimensão econômica, mas também pela força cultural do grupo, capaz de unificar os fragmentos de um território (Neves, 1988).

De forma adicional, Correa (1988) ressalta que, apesar de estar relacionado à ligação de um grupo ao espaço, um mesmo espaço pode ter diferentes territorialidades, visto que o mesmo pode ser apropriado, vivenciado e diferenciado de diferentes maneiras pelos diversos grupos. Em suma, haveria em um mesmo espaço, vários territórios com múltiplas possibilidades de arranjos. Entretanto, quando há perda desse território apropriado e vivido, o que ocorre, segundo Corrêa, seria a desterritorialidade, fomentada pelas contradições capazes de desfazer um território. Entretanto, a desterritorialidade poderia não ser seguida pela desterritorialização, que viria a ser o deslocamento espacial dos grupos derrotados de seus territórios

A partir dessas diferentes formulações sobre território, desterritorialidade e desterritorialização, Fernandes (2008) aponta a necessidade de se pensar em políticas territoriais que considerem a multiescalaridade e multidimensionalidade do território. Entretanto, contra esta sugestão pesa o fato da prática comum entender o território como sendo espaço de governança, anulando seus atributos, e considerando-o como uma entidade única. O fato é que uma vez que as múltiplas dimensões e a totalidade do território sejam reduzidas, um dado território tem de ser privilegiado para aplicação de políticas de desenvolvimento. Assim, considerando as diferentes disputas e relações de poder existentes numa dada sociedade, os grupos de maior poder político são privilegiados. Tal opção está em sintonia com os interesses de reprodução capitalista e com o processo de dominação pretendido pelas classes dominantes. Essa exploração-dominação é ainda pior quando se verifica o uso de um discurso que contraditoriamente defende formas de “empoderamento” a estes grupos socialmente marginalizados quando, na realidade, o que ocorre é o fortalecimento dos interesses das classes detentoras de capital. Por fim, Haesbaert (2005) afirma que devido à hegemonia da lógica capitalista, a reapropriação do espaço é inibida, pois o mesmo é considerado como único, e como sendo fadado a ser dominado pelo aparato empresarial e pelo Estado.

De acordo com o exposto nas duas últimas seções, é possível realizar as seguintes considerações. 1) de maneira geral, o território é considerado

como estando necessariamente relacionado aos conflitos que ocorrem dentro de uma determinada sociedade; 2) o território é considerado como uma totalidade, ou seja, está para além da esfera política, que tem sido considerada pelo Estado e pelos grupos dominantes como a mais importante ou única para a determinação do território e seu “dono”; 3) apesar de ser total, a conflitualidade intrínseca ao território é geralmente negada, para que se dê prioridade aos territórios tomados como “oficiais”, e que são justamente aqueles reconhecidos pelo Estado em benefício de alguma classe ou grupo específico. Com essa postura, é possível assumir a existência de uma territorialidade única, que vem a ser aquela que interesse aos interesses do capital.

CAPÍTULO 3.0 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em comunidades diretamente atingidas pela construção do CLIPA, no V distrito do município de São João da Barra, especificamente Água Preta, Campo da Praia e Mato Escuro, onde seus habitantes ainda resistem à desapropriação de suas terras, e entre aqueles que aceitaram ser reassentada na chamada “Vila da Terra”, local destinado pelo Grupo EBX para realizar o reassentamento dos atingidos pela construção do Distrito Industrial de São João da Barra (Figura 5).

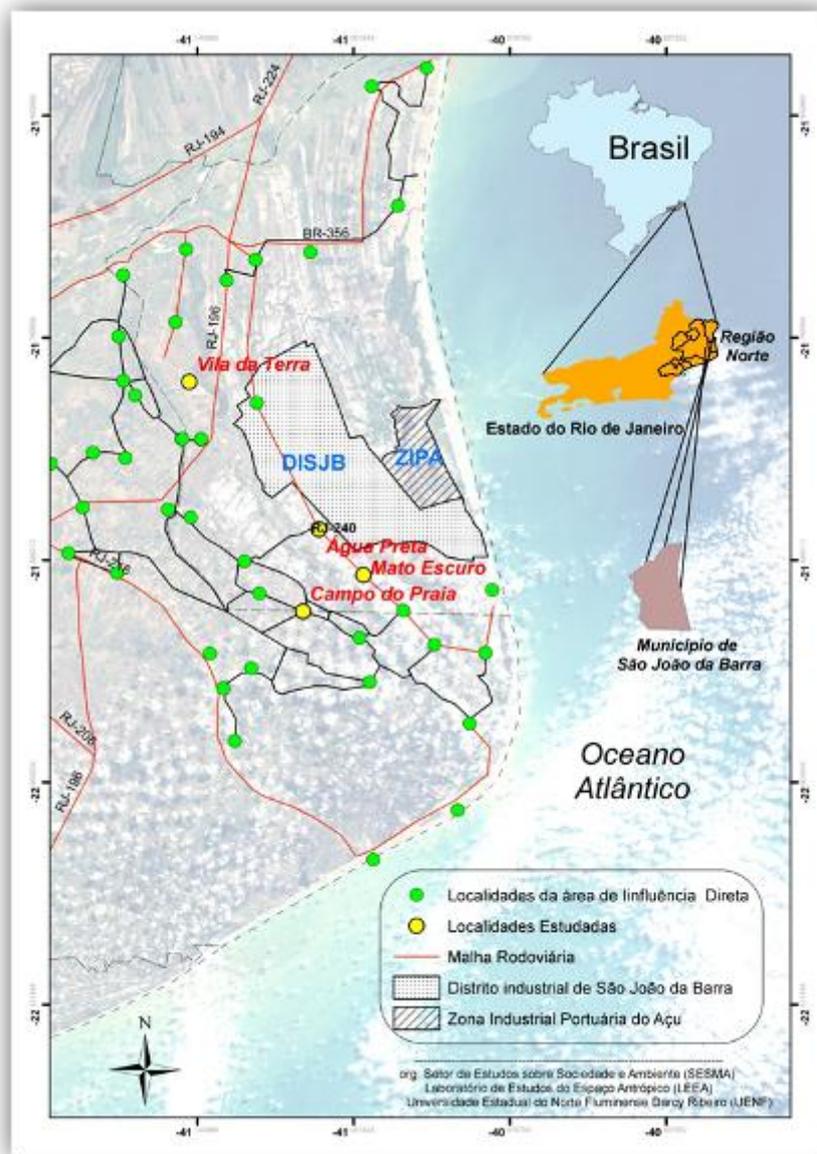


Figura 5: Localização de São João da Barra e do DISJB, com destaque para as áreas estudadas.

3.1: DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de São João da Barra está localizado na região Norte Fluminense, que compreende além deste os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana. Atualmente a área total do município é de 455 quilômetros quadrados, que corresponde a 4,7% da região onde está inserido. Seus limites municipais são no sentido horário São Francisco de Itabapoana, Oceano Atlântico e Campos dos Goytacazes. São João da Barra é o ponto de partida da BR-356, que acessa Campos dos Goytacazes e segue em direção a Minas Gerais. (TCE, 2011)

O povoamento de São João da Barra foi iniciado através de uma pequena aldeia de pescadores que, em 1622 vindos de Cabo Frio, estabeleceu-se na localidade onde hoje está igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. Dada a facilidade para o exercício da pesca, os pescadores se estabeleceram e o povoado então, foi fundado por Lourenço do Espírito Santo. Oito anos depois, devido a uma tragédia, os pescadores deslocando-se dali, estabeleceram-se no local onde hoje se encontra a Igreja matriz de São João Batista, na sede do município. E assim, em 1630 o povoado de São João Batista foi Paraíba do Sul foi fundado. (TCE, 2011)

Entretanto, devido aos constantes ataques indígenas, esse aldeamento permaneceu estagnado até a chegada dos Bandeirantes; uma pousada foi construída pra o descanso de suas tropas e no entorno delas, a população passou a aglomerar-se, edificando uma capela dedicada a São João Batista da Barra. Com o aumento do povoamento, aquele núcleo urbano inicial foi elevado à categoria de freguesia em 1644, o que contribui para o aumento do fluxo de colonizadores e permitiu o desenvolvimento para a lavoura canavieira. Já em 1677, o povoado foi elevado à categoria de Vila De São João da Barra, considera como a primeira vila formada exclusivamente por pescadores. Anexado à capitania do Espírito Santo e retornando à Provença fluminense em 1832, a Vila foi elevada à categoria de Cidade em 1950, mantendo o nome de “São João da Barra”. (TCE, 2011)

Pires (2009) indica que devido ao território de São João da Barra ser composto por terras alagáveis dunas e restingas, o acesso a esta região foi

dificultado e o desenvolvimento de atividades que dominavam a economia da região Norte e Noroeste Fluminense, como a cultura de cana de açúcar, foi dificultado. Desta forma, o desenvolvimento do município de São João da Barra esteve atrelado ao município de Campos dos Goytacazes, que desde o início do processo de ocupação da região se tornou a principal referência econômica e de serviços (Pires, 2009).

Neste sentido, durante o século XIX, o porto de São João da Barra foi o escoadouro natural da produção de açúcar e de outras mercadorias do Norte Fluminense. Entretanto, em decorrência do assoreamento da barra do Rio Paraíba do Sul, aumento do calado dos navios e em decorrência da inauguração das linhas férreas, São João da Barra foi perdendo a importância portuária que tinha e concentrando-se em seu papel de centro de comércio e serviços, devido à agricultura praticada em meio a solos arenosos e a pecuária. (TCE, 2011)

O município de São João da Barra conta atualmente com uma população de 32.747 habitantes, o que corresponde a 3,9% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 98,3 homens para cada 100 mulheres. (IBGE, 2010) A taxa de densidade demográfica municipal era então de 71,9 habitantes por km², contra 87,1 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização, por sua vez, correspondia a 78% da população. Em comparação com a década anterior, a população sanjoanense aumentou 18,3%, o 25º maior crescimento no estado. (AGB, 2011)

De maneira mais específica, a ocupação das terras onde estão as áreas estudadas deu-se principalmente por posseiros oriundos do distrito de Pipeiras, da sede do município de São João da Barra e das localidades vizinhas pertencentes ao município de Campos dos Goytacazes, como Córrego Fundo, Azeitona e Quixaba. (Pires, 2009) Apesar do início da ocupação destas terras ter ocorrido no final do século XIX, a ocupação das áreas mais próximas ao Distrito Industrial e Portuário do Açúcar remonta às décadas de 1920 a 1940 do século XX. Composta inicialmente por grandes extensões de terra pertencentes a poucos donos, com a morte de alguns donos, seus herdeiros começaram um processo de parcelamento e venda

das terras em lotes menores na região do Açú. (Pires, 2009) Entretanto, apesar desse parcelamento das terras, a concentração de terras em São João da Barra continuou acentuada, fato que Pires (2009) entende como preponderante para a escolha da região pelo Grupo EBX para a construção do CLIPA, além da localização.

3.2: DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO CLIPA

O CLIPA, apontado por seus idealizadores como a maior obra portuária industrial das Américas, prevê a construção de um terminal portuário privativo de uso misto com capacidade para receber navios de grande porte e estrutura "offshore" para atracação de produtos como minério de ferro, granéis sólidos e líquidos cargas e produtos siderúrgicos. (AGB, 2011) O CLIPA em sua versão original, e por estar incluso no PAC, deveria receber um investimento de cerca de R\$ 40 bilhões, com capital privado (nacional e estrangeiro) e público. É importante notar que somente para a construção do Distrito industrial estavam previstos investimentos de 3 bilhões de reais numa área de 7.036 há próximo à costa. (RIMA, 2010)

O CLIPA foi idealizado para ser um condomínio industrial com plantas de pelotização, indústrias cimenteiras, um polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, pátios de armazenagem inclusive para gás natural, *cluster* para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas (RIMA, 2010). Inclui também a construção de um mineroduto de mais de 500 km de extensão que levará o minério de ferro produzido pela MMX/Anglo Ferrous Mineração em Conceição de Mato Dentro/MG ao Porto, permitindo seu processamento e exportação. (Figuras 6 e 7.)



Figura 6: Detalhamento da Planta do Distrito Industrial e Portuário do Açú

O Porto do Açú foi idealizado para fazer parte de uma gama de projetos interligados e viabilizados mutuamente, e será o empreendimento maior desse conjunto, pois tem a responsabilidade de atrair as empresas principais para São João da Barra, além de viabilizar a exportação do minério extraído pela MMX Minas-Rio Mineração, em parceria com a Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A, em Conceição do Mato Dentro/MG (RIMA, 2010). O Mineroduto é o projeto mais adiantado, iniciado em 2007 com a construção de um píer para ligação terminal de cargas ao continente. (Figura 7) Essa construção já vem provocando impactos a uma das principais atividades econômicas da população local, a pesca.

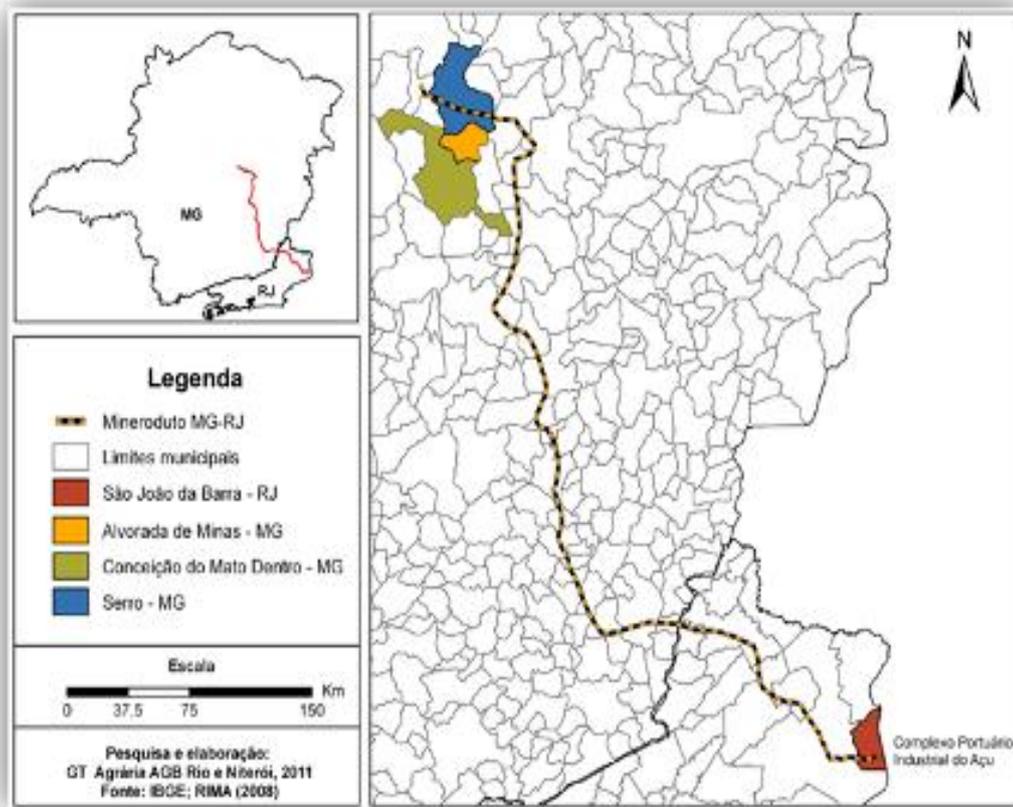


Figura 7: Traçado do Mineroduto Minas-rio desde Serra (MG) até São João da Barra (Fonte AGB, 2011)

O projeto do CLIPA prevê ainda a construção de uma usina termoeétrica no condomínio industrial na área de retaguarda do porto, que pela facilidade de formação de energia elétrica e de saída para exportação, atrairá usinas siderúrgicas e montadoras para a área. (AGB, 2011) Além dessas facilidades, o mineroduto que levará minério de ferro do interior de Minas Gerais ao norte fluminense a custos baixos por fazer seu beneficiamento no próprio porto, nas siderúrgicas ou nas unidades de pelotização, e poderá também beneficiar as siderúrgicas, ao agregar valor ao produto e permitir maiores ganhos pela exportação de ligas de metal de baixo custo e não do material bruto.

3.2.1: Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB)

O DISJB, principal empreendimento do CLIPA depois do Porto do Açú está sendo construído numa área de 7.036 ha próximos à costa, prevendo o investimento de 3 bilhões de reais e a geração de 10000 empregos diretos

na infraestrutura do Porto, através de uma parceria entre a CODIN e à LLX Logística S/A, subsidiária do Grupo EBX. (RIMA, 2010)

Dentre os empreendimentos previstos para o DISJB estão: unidade de construção naval, fábrica de automóveis, fábricas de cimento, fábricas de peças pré-moldadas de concreto, indústrias mecânicas, fábricas de máquinas e equipamentos, fábricas de autopeças e eletrodomésticos, unidades siderúrgicas, outras fabricas de serviços associados às atividades industriais e portuárias.

Para sua construção, estava previsto no licenciamento do DISJB, o loteamento em quadras e lotes entre 80 e 1300 hectares. Além do arruamento desses lotes, o projeto propõe-se a construir 132 km² de vias, 9.400.000m³ de aterro, 44 interseções e 8 viadutos numa área de restinga. Completando esse sistema de circulação, na malha viária do DISJB também serão incluídas ferrovias para acesso às indústrias cimenteiras, siderúrgicas e para as áreas dos terminais rodoviários e dos caminhões. No licenciamento do DISJB estavam previstas também a construção de uma rede de drenagem das áreas comuns e vias internas do Distrito, numa rede de canais interligando os canais de Quitinguete e Campos-Açu e o canal da unidade de construção naval (UCN).(AGB, 2011)

3.2.2: Linha de Transmissão 345 kV UTE Porto do Açu

Essa linha de transmissão de circuito duplo atenderá às futuras demandas do CLIPA e está associada às instalações da Usina Termelétrica Porto do Açu I, de potência de 2100 MW. Para sua implantação foram previstos investimentos de R\$ 1.126.119,00 por km. O traçado final de sua linha de transmissão levou em conta ajustar-se ao Corredor Logístico.

3.2.3: Usina Termelétrica à Gás Natural do Porto do Açu (UTE II)

Com origem na Bacia de Campos, a UTE Porto do Açu II é uma usina termoelétrica movida a gás natural liquefeito (GLV), com capacidade de geração de 3300MW. Essa usina ocupará 112 há da Fazenda Saco Dantas, que devido à fase de implantação teve sua vegetação de restinga retirada por um trator (AGB, 2011).

3.2.4: Unidade de Tratamento de Petróleo (UTP)

A Unidade de Tratamento de Petróleo, por sua vez, prevê obras e instalações específicas para estocagem e processamento de petróleo, e a instalação de tubulação para transferência do petróleo entre essa Unidade e os terminais marítimos Terminal de Granéis Líquidos (TELIQ) e Terminal de Cargas Múltiplas (TMULT). Há a previsão ainda de projetos de energia que, podem intensificar a gama de impactos se relacionados às outras atividades previstas do empreendimento.

3.2.5: Usina Termelétrica a carvão mineral (UTE 1)

Localizada na Antiga Fazenda Caruara, essa usina ocupará 239 ha. Sua área de construção está inserida na “Zona de Expansão Industrial”, segundo o plano diretor, é “isolada de ocupações urbanas e rurais significativas”. A Partir dessa usina serão produzidos 2100 MW para uso dos empreendimentos do CLIPA e à rede Pública. Com previsão de Vida útil de 30 anos, a previsão é de que em sua desativação ocorra grandes impactos com relação ao acúmulo de resíduos sólidos, armazenamento de matérias primas e insumos do pátio de estocagem de carvão e cinzas, contaminando provavelmente a Bacia para contenção das águas.

O Uso principal da área na Fazenda Caruara é de pastagens e áreas agrícolas, voltadas para subsistência e pequenos núcleos de povoamento. Por outro lado, a maior parte da área é ocupada por restingas preservadas. Com o objetivo de legitimar o empreendimento, o Relatório de Impactos Ambientais sustenta que o uso atual provocará degradação do ambiente de restinga da Fazenda. (AGB, 2011)

3.5.6: Unidade de Construção Naval (UCN)

A unidade de construção naval é a primeira obra construída no CLIPA, e os investimentos para sua implantação chegam a R\$ 3,5 bilhões. Esses investimentos estão distribuídos num plano de execução que envolve a unidade industrial, a formação de um canteiro de obras, a central de concreto e os canais de acesso, internos e marinhos. Para sua construção são previstos a implantação de dois grandes módulos operativos na UCN. O

Primeiro pela formação de uma unidade industrial numa área de 940 hectares, sendo 46% ocupados por área de restinga. E o segundo pela construção de canais internos e marinhos ao longo do continente e com entrada mar adentro, necessários à circulação de embarcações construídas e reparadas na UCN.

3.3: A “VILA DA TERRA” E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Com finalidade de construir o Distrito Industrial de São João da Barra (RJ), os decretos estaduais Nº 42.584 e 41.585, de 05/12/2008, 41.915 e 41.916, de 19/06/2009 e 41.998, de 19/08/2009, tornaram de utilidade pública para fins de desapropriação os imóveis destinados a abrigar o DISJB, numa área total de 7200 hectares, a serem desapropriados pela CODIN. Segundo dados levantados por pesquisadores da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2011), a área a ser desapropriada era basicamente ocupada por pequenos agricultores. Durante o processo de audiência pública, promovido pelo INEA e CODIN, questões sobre a desapropriação das famílias, e informações sobre as garantias previstas no “reassentamento” teriam sido pautas ocultas e pouco esclarecedoras (AGB, 2011).

Neste sentido, em parceria com empreendedores privados, a CODIN desenvolveu um assentamento rural na área da antiga “Fazenda Palacete”, localizada no V Distrito de São João da Barra. Esta propriedade passou a ser chamada de “Vila da Terra” com a finalidade manifesta de abrigar as famílias que atendessem a critérios estabelecidos pela CODIN conforme resultado de cadastro socioeconômico realizado na região. Dentre os critérios estabelecidos pela CODIN para os desapropriados participarem do reassentamento estão:

- 1) Ser proprietário/posseiro e residente no imóvel rural contido no polígono decretado de utilidade pública, com propriedade inferior à 10 ha
- 2) Famílias em condição de hipossuficiência social atingidas pela implantação do Distrito Industrial de São João da Barra
- 3) Ter sido cadastrado na pesquisa socioeconômica aplicada em 2009 e atualizada entre janeiro e março de 2011.

Deste modo, construída a partir da parceria entre a CODIN, a Prefeitura Municipal de São João da Barra e a LLX, a Vila da Terra foi planejada para alocar cerca de 90 famílias numa área que além das casas, contaria com uma quadra poli esportiva e um centro comercial. A Vila da Terra tem sido apresentada como um modelo inédito de reassentamento rural, e “vendida” como dentro dos padrões do Banco Mundial, referência internacional em reassentamento, contará com cerca de mil hectares.

Segundo as informações divulgadas pelo Grupo EBX em seu site e através de vídeos promocionais do empreendimento, a Vila da Terra foi planejada com ruas pavimentadas, quadra poliesportiva, centro comunitário, iluminação pública, rede de água e esgoto e centro comercial. Os lotes, cujo tamanho variaria entre 2.0 e 10.0 ha, apresentariam 3 diferentes tipologias, com dois, três ou quatro quartos, e áreas de construção que variam entre 68.0 e 109.0 m². No caso dos produtores rurais que possuíssem local de residência anterior com área maior a 109 m², a casa seria construída no tamanho da metragem original. Os proprietários que possuíssem propriedade maior que 10.0 ha receberiam os valores correspondentes às desapropriações. Inaugurada em /outubro de 2011, a Vila da Terra, abrigava no momento da pesquisa de 20 famílias de acordo com dados dos próprios moradores, estando ainda prevista a transferência de um número indeterminado que viriam para o local com o andamento do conturbado processo de desapropriação².

3.4: ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário em uma amostra aleatória entre as populações que ainda residem nas três áreas diretamente impactadas com a construção do CLIPA. As perguntas que compunham o questionário eram semiabertas, buscando maior compreensão da realidade dos entrevistados (Anexo 1). A escolha de três localidades teve por finalidade ampliar o alcance do esforço analítico, levando em consideração as diferenças entre padrões socioeconômicos e realidade de vida que por ventura pudessem existir entre as três localidades.

² O Site do Governo do Estado do Rio de Janeiro fornece informações sobre o processo de Desapropriação: <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeConteudo?article-id=752088>

. Em virtude de algumas perguntas exigirem respostas por vezes mais longas ou complexas, e visando maior fidelidade ao que foi respondido pelos entrevistados, alguns dos questionários foram gravados, mediante autorização prévia. A escolha de gravar ou não a aplicação dos questionários foi feita levando em conta que alguns participantes da amostra expunham mais informações e de maneira mais detalhada a sua percepção do processo de desapropriação, o que poderia dificultar a transcrição fidedigna das informações obtidas na pesquisa de campo. Com relação aos que resistem ao reassentamento na “Vila da Terra”, a coleta de dados tinha como objetivo identificar quais os fatores preponderantes na decisão do atingido em aceitar ou não seu deslocamento das propriedades onde estavam vivendo, identificando também os possíveis temores e expectativas com relação a essa nova realidade de moradia e de vida na Vila da Terra ou em quaisquer outras localidades em que viessem viver, já que nem todos seriam elegíveis para o modelo de reassentamento proposto pela CODIN.

Por outro lado, a pesquisa com os reassentados na Vila da Terra buscou identificar quais as mudanças já observadas no cotidiano das famílias. O objetivo principal foi verificar se esse reassentamento tem sido encarado como um fator positivo ou negativo com relação a sua antiga condição. Neste caso, os dados coletados e as observações feitas tinham como objetivo auxiliar no esforço de análise acerca das condições oferecidas aos agricultores reassentados (e.g.), preparo da terra para o cultivo, qualidade das moradias, oferecimento de serviços (, de modo a se comparar o discurso em torno da qualidade do reassentamento e o que ocorre na prática).

O número total de questionários aplicados foi de 97, distribuídos seguindo a Tabela 1. Levando em consideração que Água Preta teve participação maior na amostra em virtude de já estar passando pelo processo de desapropriação de maneira mais efetiva. Com relação à Vila da Terra, o objetivo inicial era realizar um censo, entrevistando todos os 20 moradores que haviam ali sido reassentados. Entretanto, o número total de questionários aplicados foi de 17, o que ocorreu em função da impossibilidade de encontrar os outros três em suas residências em diferentes tentativas.

Tabela 1: Distribuição da aplicação dos questionários segundo as localidades estudadas

LOCALIDADES	QUESTIONÁRIOS APLICADOS (n)
Água Preta	40
Campo da Praia	20
Mato Escuro	20
Vila da Terra	17
TOTAL	97

3.5: TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados que foi realizada nesta pesquisa se baseou na utilização do chamado “Método de Triangulação” a qual propõe uma combinação de uso dos métodos qualitativos e quantitativos. Os questionários aplicados nos dois grupos maiores de pesquisados foram tabulados de forma separada (Minayo, 2010). Dessa forma, construímos duas bases de dados no programa SPSS. As variáveis abertas primeiramente passaram por um processo de grupamento, padronização das respostas semelhantes e por fim, codificadas para merecer o devido tratamento estatístico.

Após essas etapas, foram construídos gráficos e tabelas como a construção de gráficos e para auxiliar a análise dos dados e posterior construção da dissertação. Os questionários que foram gravados passaram por um processo de transcrição e revisão para certificarmos se o texto transcrito coincidia com a gravação. Após esse processo, passaram pelas demais fases, como os outros questionários.

CAPÍTULO 5.0 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS



Figura 8: Parte da produção de um dos entrevistados

5.1 O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES DO V DISTRITO

5.1.1: Caracterização da População do V Distrito

Os integrantes da amostra obtida nas três localidades estudadas dentro do V Distrito estão em sua maioria acima dos 51 anos, dos quais mais da metade está acima dos 60 anos. Este resultado parece confirmar um tempo maior de permanência naquela área, especialmente quando consideramos que os moradores estudados se estabeleceram ali a partir da presença de outras gerações anteriores de suas famílias, e desde então, construíram sua existência naquela área. Entretanto, apesar da proeminência de pessoas adultas e idosas, a amostra foi composta por indivíduos de todas as idades, de 19 até 76 anos. Tomando as três localidades separadamente, a maior diferença nos padrões de idade aqui verificada ficou por conta de Água Preta, que na faixa de idade entre 41 a 50 anos teve um índice três vezes proporcionalmente maior que o das outras, 10% e 30% respectivamente (Figura 9)

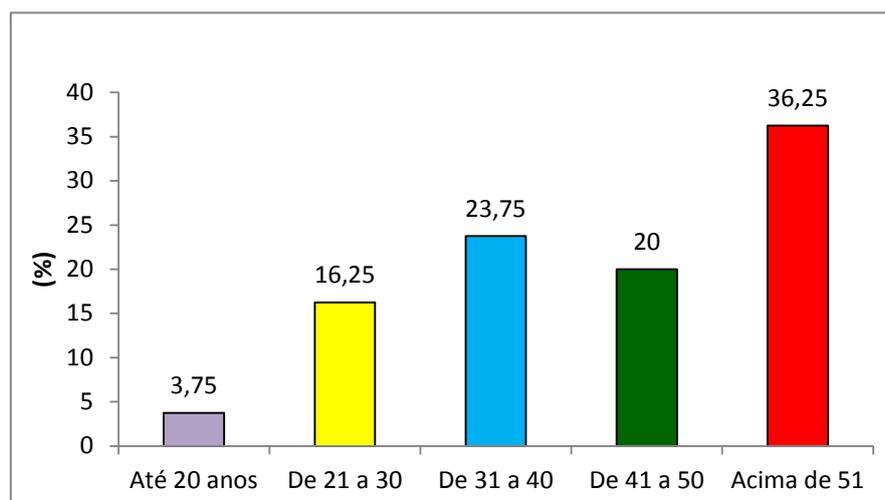


Figura 9: Faixa etária dos moradores pesquisados no V Distrito

No que se refere ao tamanho das famílias, as três localidades apresentam valores similares. Na amostra, os achados indicam a prevalência de famílias contendo de 3 a 4 pessoas indivíduos, um total de 55 famílias (36%). As famílias menores, contendo 2 indivíduos, por sua vez, correspondem a 20% da amostra, formadas principalmente por casais sem filhos. A maior prevalência de famílias numerosas pode ser um indicativo da importância da organização familiar naquelas localidades, chamando atenção para as redes de parentesco e de amizade existente entre os seus moradores. Outro ponto a ser ressaltado é que o número de indivíduos que moram sozinhos não passa de 5% nas localidades de Água Preta e Mato Escuro, sendo mais importante apenas em Campo da Praia, onde corresponde a 15% dos entrevistados, o que corrobora o entendimento de que as localidades sejam formadas em sua maioria por agrupamento de famílias (Figura 10).

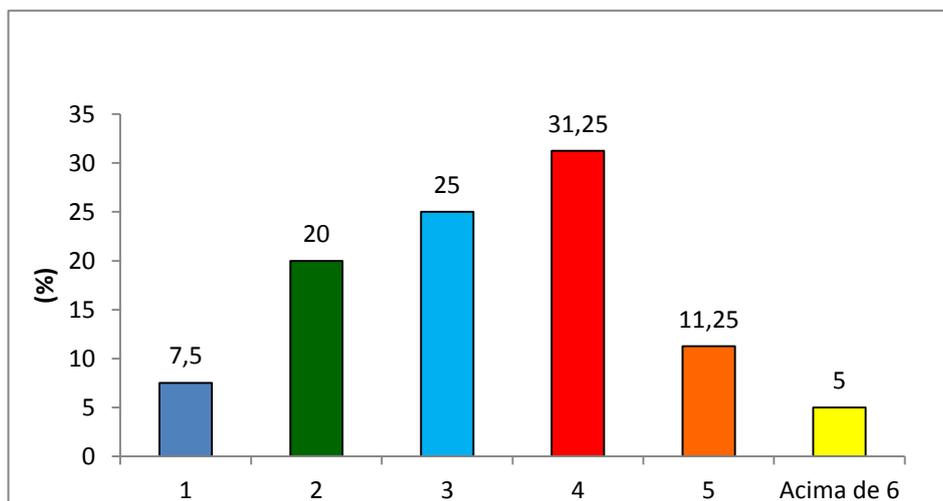


Figura 10: Número de membros das famílias (%)

Com relação à origem dos 80 agricultores pesquisados, apenas 12,5% (n=10) não vieram do V Distrito da São João da Barra. Desses, sete nasceram em Campos dos Goytacazes, município distante cerca de 40 km das áreas estudadas, trecho relativamente próximo e de fácil acesso entre cidades. Os outros têm origem em diversas localidades, todas dentro do V Distrito, e na sede do município, São João da Barra.

Os dados indicam um perfil quase homogêneo no que diz respeito ao lugar de nascimento, e conseqüente identificação dos sujeitos com aquela localidade e com sua comunidade, pois 95% dos entrevistados nasceram no V Distrito ou em municípios próximos. Nesta amostra, a associação dos indicadores idade, tamanho das famílias e local de origem dos entrevistados sugere o grau de importância da localidade para os entrevistados. A forma particular de vivência dentro das localidades e seu ritmo de vida, rural e pacato, pode ser considerada como essencial e parte da vida daqueles indivíduos, devido aos laços criados com o lugar e com as pessoas, dentro e fora das famílias, e a maior parcela de vida estabelecida dentro dessas comunidades, em muitos casos todo o tempo de vida até o presente, identificados pelo perfil etário da amostra, e sua tendência à reprodução e permanência no local (Figura 11).

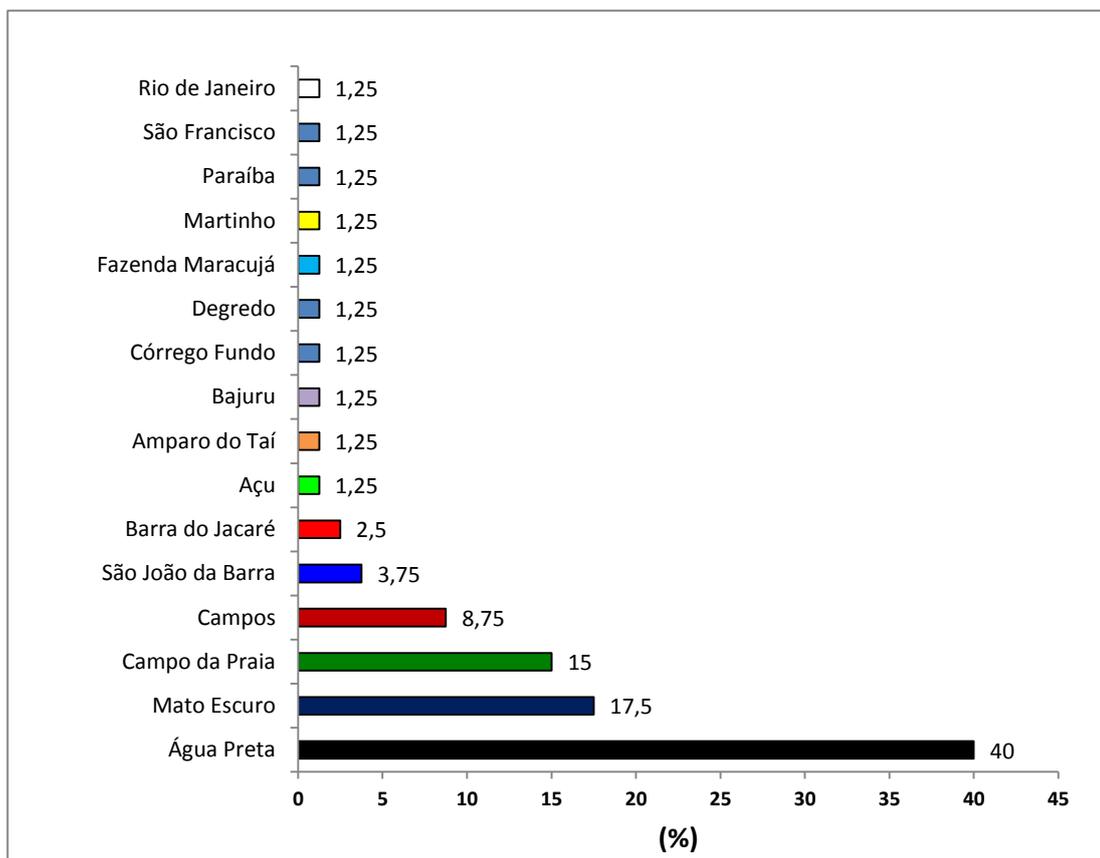


Figura 11: Origem dos moradores do V Distrito (%)

Para elaborar um perfil laboral dos moradores das localidades estudadas, buscou-se dados acerca das atividades desenvolvidas por eles. Dentre as ocupações citadas, mais de 40% dos entrevistados declarou trabalhar exclusivamente com a agricultura ou “lavoura”, não possuindo outra ocupação ou fonte de renda.

Como atividade não exclusiva, a agricultura como fonte de renda está presente em 13 casos (16,2%), concomitante com a criação de gado e renda de aposentadoria, dentre outras. Assim, é importante atentar para o fato que, apesar de trabalharem em diversas ocupações, a agricultura como fonte de renda e modo de vida está presente em quase 60% dos casos (Figura 12).

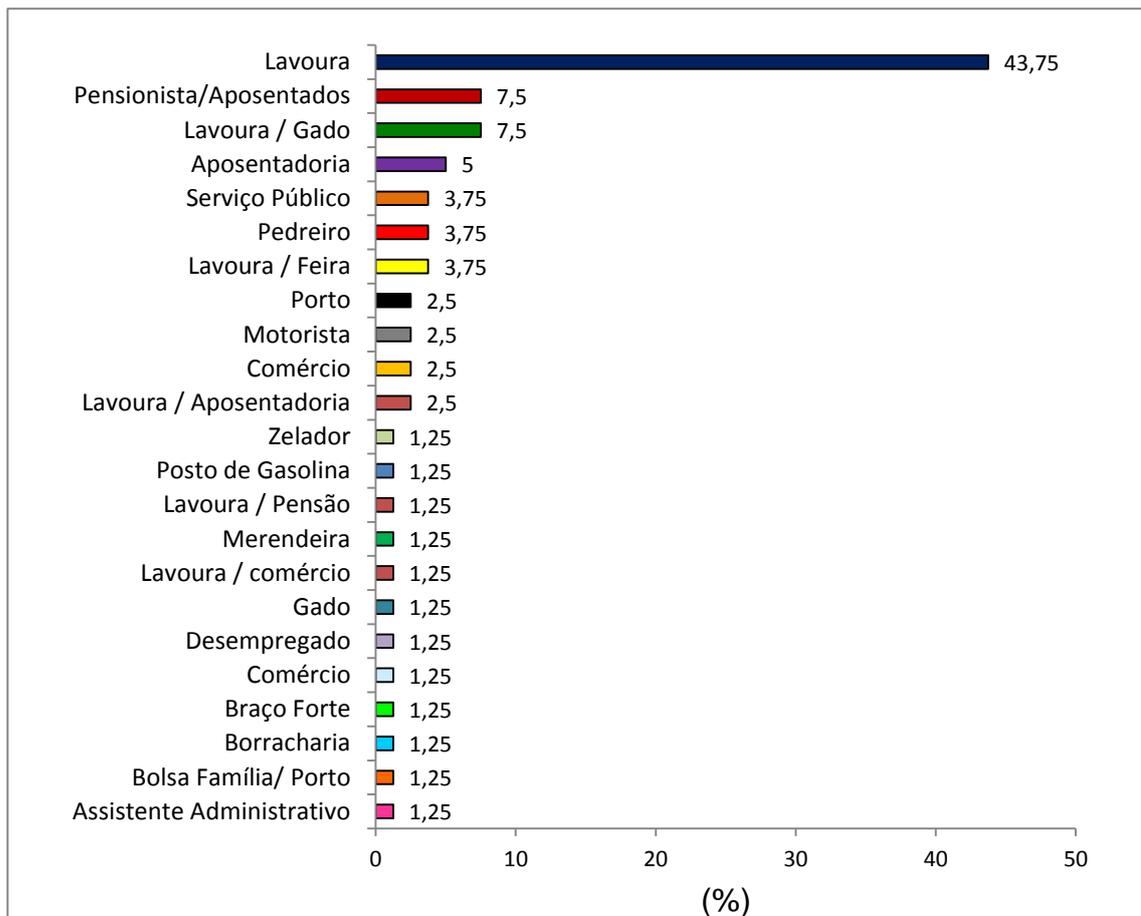


Figura 12: Principais Ocupações dos moradores (%)

De acordo com as características da amostra descritas até aqui, já podemos perceber a importância que a localidade representa para eles. Primeiramente como local de moradia e existência, uma vez que nasceram e se constituíram suas famílias ali. Em segundo lugar, a importância daquele chão está em seu papel de fornecedora de meios de trabalho e condição de subsistência (agricultura). Essa caracterização “rural”, marcada pela relação com a terra, chama a atenção para os impactos que a construção do CIPA está causando na região, uma vez que as rupturas com os espaços tradicionais que historicamente tem condicionado as formas sociais nas localidades, provocadas pela instalação de grandes empreendimentos, serão mais relevantes quanto mais as estratégias de trabalho e condições de existência estiverem associadas ao meio biótico natural (Acserald e Silva, 2010).

A importância da ligação entre os habitantes com o lugar onde vivem foi explicitada quando perguntados se teriam condições de se estabelecer

em outro lugar e exercendo outro tipo de trabalho caso fosse necessário: apenas 12,5% dos entrevistados responderam positivamente, tendo o restante alegado a impossibilidade de tal estratégia. O papel preponderante da agricultura para as localidades pesquisadas é reforçado pelos dados da Pesquisada Agrícola do IBGE, que classificou o município de São João da Barra como o maior produtor de quiabo e maxixe, e o 2º maior de abacaxi do estado do Rio de Janeiro. Dado que 80% dessa produção é proveniente do V Distrito, fica ainda mais claro o perfil produtor da região e sua importância social e econômica para a cidade e estado.

De acordo com os dados desta pesquisa, a produção agrícola no V Distrito é bem diversificada: foram citadas 27 culturas e dentre essas, as mais cultivadas foram exatamente abacaxi, quiabo e maxixe (Figura 13).

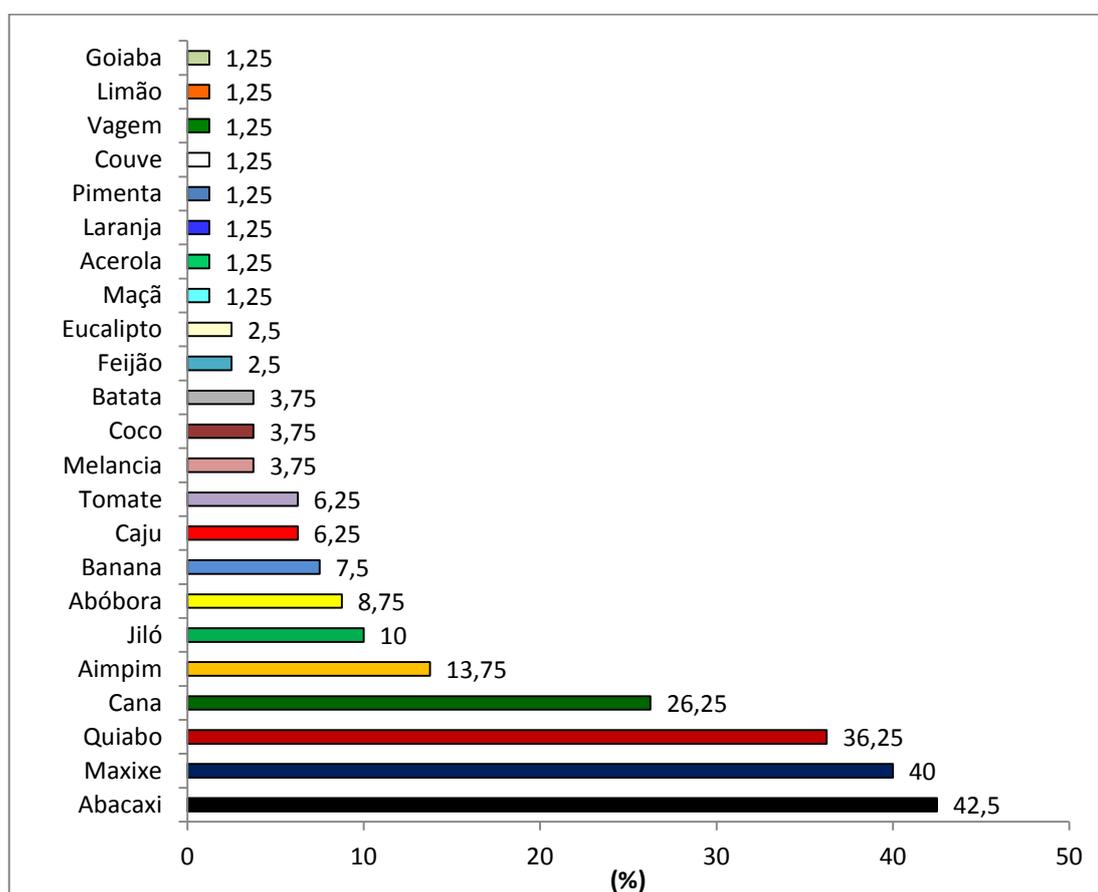


Figura 13: Culturas cultivadas no V Distrito (%)

Os resultados no tocante ao nível de produção agrícola corroboram os questionamentos em torno da oportunidade da construção e instalação do CLIPA em uma região agrícola produtiva. Isto é especialmente verdade em

face do fato de que um dos argumentos para a retirada desses agricultores é o “interesse público” e uma suposta improdutividade das terras do V Distrito. Por outro lado, como já demonstrado por Pires (2009), os habitantes do V Distrito não eram em princípio contrários à construção do Porto do Açú, e viam o empreendimento como uma oportunidade para gerar desenvolvimento econômico.

5.1.2: Os Impactos gerados na comunidade pela construção do CLIPA

Nesta parte, tratar-se-á mais especificamente da implantação do CLIPA na área do V Distrito e dos impactos causados à população, observados pela própria população em sua vida, comunidade e natureza, assim como da visão da população quanto às desapropriações e sobre a disposição em sair ou não de maneira voluntária da localidade onde moram.

Quanto às mudanças em relação ao meio ambiente ocorridas desde o início da instalação do CLIPA, uma parte deles (32,5%) ainda não visualiza nenhum problema, porém alguns incômodos foram citados (Figura 14).

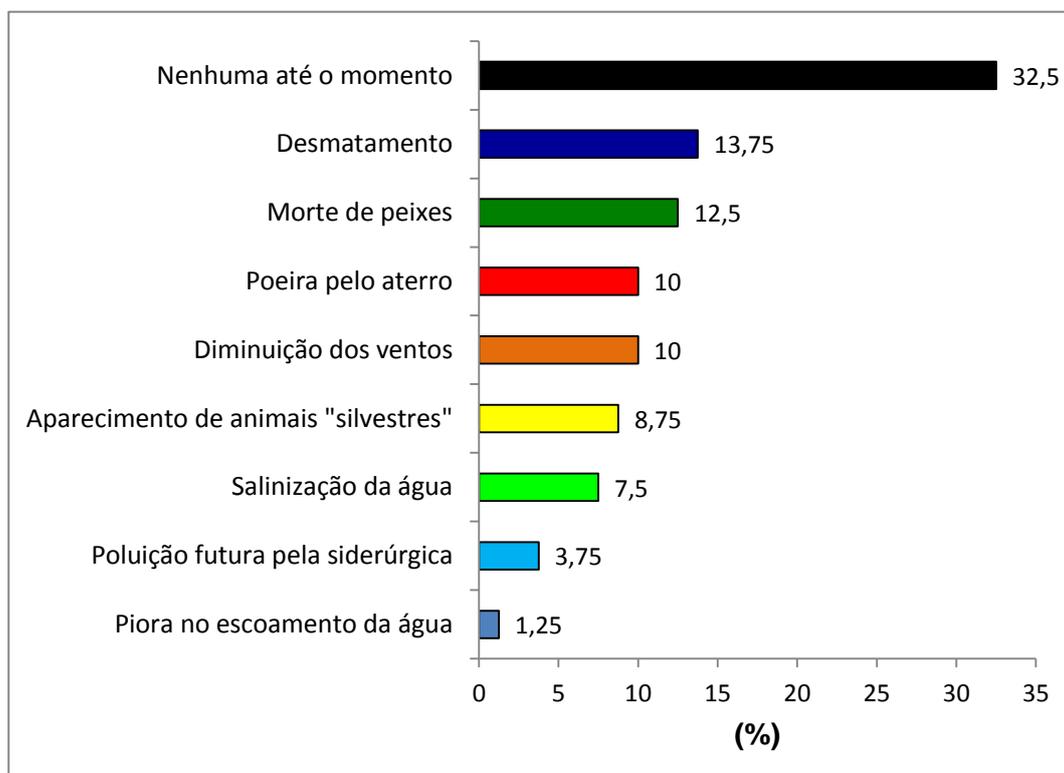


Figura 14: Principais impactos à natureza causados pelo CLIPA (%)

Dentre os itens associados negativamente à construção do CLIPA, o corte da vegetação de restinga foi o mais citado. Outro fato observado, embora menos citado pela amostra, pode ser relacionado: com o desmatamento, a fauna associada a este tipo de vegetação tem sido "banida" de seu habitat natural e muitos animais estariam "fugindo" para áreas vegetadas dentro das localidades estudadas em busca de "abrigo", o que provoca o desconforto da população pela presença de animais considerados "selvagens" próximos de suas moradias. Dentre os animais que estão sendo encontrados pelos moradores foram citados capivaras, cobras e escorpiões.

Outro ponto salientado pela amostra foi o aumento da poeira no local, provocado pela construção de um aterro cuja areia é levada pelo vento até as localidades. Esse aterro, construído pelas diferentes empresas do Grupo EBX que diretamente estão envolvidas na construção das diferentes estruturas do Porto do Açú (i.e., LLX e OSX), tem retirado areia do fundo do mar para a construção de um canal de 13 km de extensão, 300 m de largura e 18 m de profundidade, depositando assim materiais do fundo do mar em outra área no continente, formando uma montanha de areia. Este canal vem permitido a entrada de água salgada para dentro do continente em locais antes inacessíveis, o que pode causar impactos na paisagem pela morte de vegetações, processo que em longo prazo poderá esterilizar a terra e inviabilizar a agricultura, além da contaminação dos lençóis freáticos. As perdas provocadas pelo aterro de areia e a irreversibilidade da situação, no tocante à melhoria ou recuperação ambiental da área aparece na fala de um dos agricultores entrevistados:

"Se você aterrou o solo, quando você vai fazer uma restinga mais? Como você vai retirar aquilo dali para aquilo voltar ao normal? Onde está o Porto, onde está o estaleiro, nós já "matemos" milhões de fome no Brasil. Aquelas terras hoje já não "serve" mais para nada - onde eles aterraram. Não serve para criar um filho de passarinho, porque nem um filho de passarinho vai para lá. Onde milhões já morreram subterrados". Sr. "P", 15 de junho de 2012.

Outro alvo da pesquisa de campo foi identificar as possíveis mudanças ocorridas nas comunidades desde a instalação do CLIPA. Assim, perguntou-se aos entrevistados sobre as principais mudanças que vinham ocorrendo no cotidiano dos moradores e quais delas eram consideradas positivas ou não. Os resultados obtidos indicam que o principal problema apontado pelos indivíduos foi referente às desapropriações em curso, presente em 26% das respostas. Além disso, a análise dos resultados permite relacionar o processo de desapropriação como principal causa de outras mudanças citadas pela amostra, o que aumenta seu grau de importância (Figura 15).

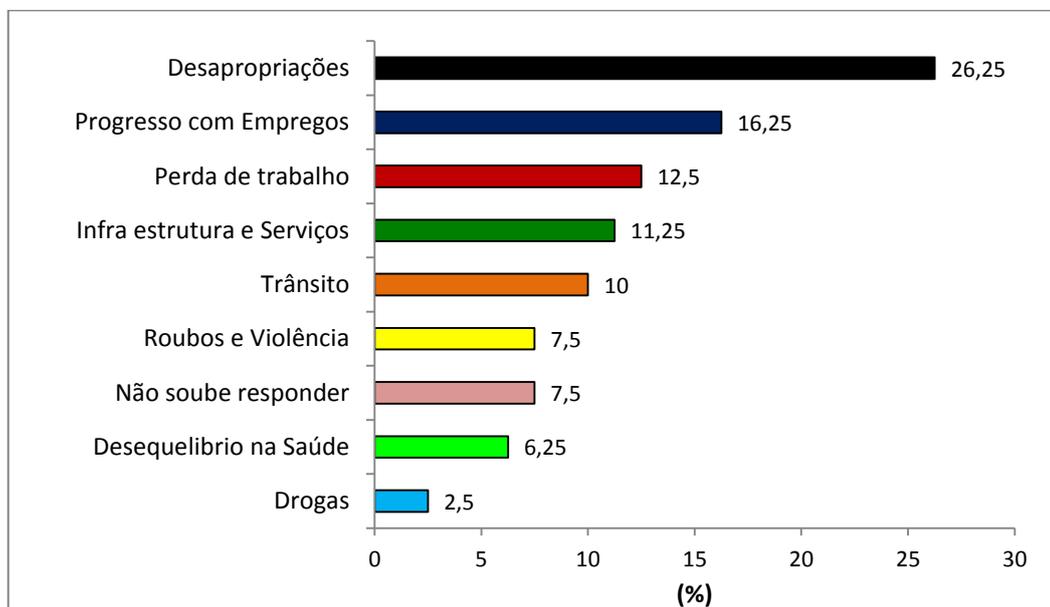


Figura 15: Principais Impactos provocados pela construção do CLIPA na comunidade do V Distrito (%)

Uma das mudanças relacionadas é a perda das condições de trabalho e de vida, e a conseqüente falta de perspectiva de condições dos moradores de se reestabelecerem em outros locais e exercendo outras atividades, caso tenham de sair do V Distrito. Com a expulsão desses agricultores de suas terras, sua forma de trabalho, já histórica e socialmente construída através e sobre aquela terra, tende a desaparecer, sem esperança de que possa ser restabelecida em outra região.

Analisando os resultados à luz da teoria, pode-se identificar um processo de conflito entre duas racionalidades na disputa do espaço do V

Distrito: de um lado, o Capital, representado aqui pelo Grupo EBX, onde construção do CLIPA materializa seu projeto de desenvolvimento e de sociedade próprios. Já de outro lado estão os pequenos agricultores, também com seu projeto de desenvolvimento, centrado nas relações comunitárias, nas tradições geracionais como a ligação a terra e o trabalho na lavoura. Em casos semelhantes já descritos, o passo principal nos grandes projetos de desenvolvimento econômico é justamente a expulsão de famílias que tradicionalmente moram nas áreas onde serão construídos os grandes empreendimentos, seguida ou não pelo reassentamento das comunidades desalojadas.

Entretanto, a oferta de alguma forma de reassentamento ou de indenizações previstas por lei, permite que a remoção dessas famílias atingidas seja tratada como um benefício e não como injustiça ou violência, apesar de serem garantidos por lei, como a Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Os que menos lucram com os projetos são os mais atingidos diretamente pelos ônus das obras, como pode ser observado pelas variadas formas de “mudanças” citadas pelos indivíduos da amostra e que ocorrem justamente sobre os que habitam as localidades próximas (Penido et al, 2011).

Paradoxalmente, tal situação demonstra a certeza, por parte dos empreendedores, de que cabe aos atingidos se adaptarem ao empreendimento, já que este seria o “símbolo do desenvolvimento e do progresso”. Este “paradigma da adequação” tende a inibir discussões acerca da necessidade não só de medidas mais eficazes de compensação, bem como o questionamento sobre a viabilidade de um empreendimento promovido a qualquer custo e que modifica tanto a paisagem natural quanto o modo de vida e trabalho dos que habitam naquele lugar.

As desocupações forçadas geram, em alguns casos, o sentimento de incerteza quanto ao futuro, provocando instabilidade e insegurança ao cotidiano dos agricultores das localidades. Devido à falta de organização que ao lado do não cumprimento da lei tem sido frequentes tanto nas negociações quanto nas remoções, os habitantes do V Distrito tem sofrido problemas psicológicos, emocionais e de saúde, a ponto de transparecer no momento de aplicação dos questionários, através da citação de casos, como

o da família em que dois de seus membros, devido ao estresse e ao choque provocado pela perda da terra, estavam perdendo sua sanidade mental e vigor físico.

Entretanto, apesar de terem consciência dos prejuízos em curso, os agricultores estudados se mostraram sensíveis também às consequências positivas ocasionadas direta ou indiretamente desde o início das obras. O aumento do número de empregos, associados em todos os casos em que foi citado à “chegada do progresso” é um exemplo disso. Este resultado pode indicar que entre os próprios moradores a visão “oficial” que alardeia o grande empreendimento como algo benéfico para a totalidade da sociedade, vide a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico resultante, está sendo difundida e aceita, mesmo que estes não tenham atentado para tal. Este fato, aliás, já havia sido detectado na pesquisa realizada por Pires (2009) em um momento em que as obras do CLIPA não haviam sequer sido iniciadas.

Da mesma forma, o aumento da oferta de serviços, como o número de comércios na área para atender ao afluxo de trabalhadores para aquela área, e a provisão de infraestrutura, como melhorias nas estradas para atender ao fluxo de ônibus com trabalhadores e caminhões com material para as obras, tem sido visto pelos moradores das localidades como sinais do iminente progresso trazido pelo “Porto”. Neste sentido, há de se concordar com a argumentação de Penido et al (2011), quando afirmam que a imagem difundida dos empreendimentos é de que eles são uma grande benesse, capazes de proporcionar formas mais civilizadas de organização de vida nas comunidades. Esse discurso, com forte carga ideológica de progresso e desenvolvimento, a despeito dos impactos negativos que venham incidir sobre as comunidades atingidas, é difundido de tal forma que até os atingidos pelo empreendimento o tem assimilado e aceitado, quando estes aceitam como progresso as melhorias proporcionadas para atender em primeiro lugar aos interesses do próprio empreendimento.

5.1.2: O processo de desapropriação a partir da ótica dos agricultores

Durante as entrevistas foi solicitado aos entrevistados que descrevessem abertamente como se deu o processo de desapropriação,

com a finalidade de identificar os elementos principais que os entrevistados tem relacionado ao processo de desocupação das terras. Essa seção trata dos resultados apontados nessa questão.

Entretanto, antes, há de se destacar o grau de dificuldade encontrado para obter informações mais detalhadas quanto ao posicionamento da população acerca do processo de negociação e tomada de terra efetivamente: na busca aleatória nas residências ou na abordagem de possíveis entrevistados nas vias públicas da localidade, foi grande a resposta de negação em colaborar com a pesquisa, mesmo antes de qualquer pergunta, sob a alegação, na maioria dos casos, de que não queriam se envolver nesse debate. Posteriormente, um facilitador da própria comunidade conseguiu adesão dos primeiros entrevistados, tranquilizando-os e ajudando a esclarecer sobre os interesses da pesquisa, certificando-os também da inexistência de associação com a prefeitura de São João da Barra ou com o Grupo EBX; nas tentativas de entrevistas, foi constante o questionamento acerca disto, até mesmo pelas pessoas indicadas. Neste sentido, os índices de abstenção, aqui identificados por “não soube responder”, podem não reproduzir fielmente a realidade, mas sim demonstrar o receio de se posicionar ou se comprometer dada a situação de conflito em que a amostra está inserida.

Neste sentido, destaca-se que, no quesito referente à descrição das desapropriações, 28 (35%) dos entrevistados abstiveram-se de responder essa questão. Assim, os dados fornecidos nesse subcapítulo estão relacionados à informações prestadas por 52 (65%) dos entrevistados. Desta forma, 13% disseram que as desapropriações têm ocorrido de acordo com um processo legal de negociação e pagamento de indenizações para aqueles que aceitam as propostas do grupo empreendedor.

Por outro lado, elementos como violência, brutalidade e injustiça foram associados de forma considerável às desapropriações, pois 59% dos entrevistados classificaram as desapropriações como “violentas” e injustas. Neste caso, os agricultores fizeram menção específica à condução das desapropriações em horários impróprios e aparentemente ilegais, pois teriam ocorrido durante a madrugada, e à construção de “valas” ao redor das casas nas propriedades cujos donos se negassem a aceitar as condições de

venda propostas pelos empreendedores, para que os mesmos não tivessem acesso a elas.

Um elemento citado por 50% dos entrevistados foi a forte presença policial na tomada das terras. Pelas respostas obtidas, essa presença policial é associada pelos moradores do V Distrito à tomada de terras por força bruta, contra a vontade de seus legítimos donos. Dado que a força policial é um elemento de segurança pública usado pelos aparelhos de Estado, surge neste ponto o questionamento sobre seu uso por empresas como meio de impor seus interesses privados. Nesse caso específico, a Polícia Militar cuja função seria, em tese, zelar pela lei e cuidar dos interesses de toda a população, é vista como a garantia de que a expulsão das famílias de suas terras aconteça da forma desejada por uma empresa privada (Figura 16).

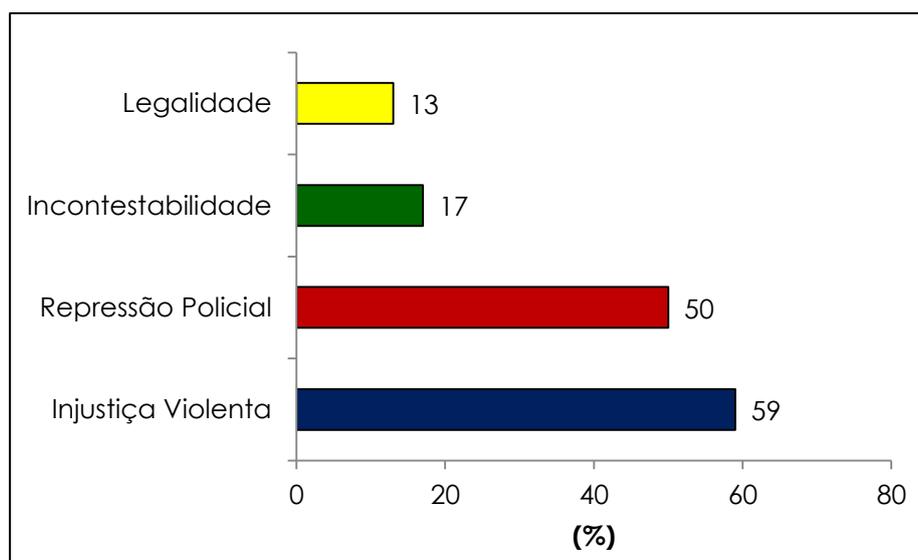


Figura 16: Principais temas associados à descrição das desapropriações (%)

Neste ponto, há de se relacionar este contexto à questão da territorialidade, já que é possível inferir aqui a presença de duas formas de uso do espaço em conflito aberto: o espaço enquanto local de moradia e trabalho, vinculado à família historicamente nele estabelecida, e de outro lado, o espaço como fonte de lucro. Tal conflito em relação ao território se

resolveria via a legitimação de um dos discursos e projetos de desenvolvimento. Neste caso, a difusão do discurso desenvolvimentista e de superação econômica de forma tão eficaz e agressiva permite que, em seu nome, as desapropriações forçadas dos atingidos pelo projeto sejam justificadas em nome das melhorias no espaço onde se instalam e até nos modos de vida dos próprios moradores, mesmo que na realidade isso resulte em destruição nos seus modos de vida tradicionais e em sua relação com a terra. (Acserald e Silva, 2011; Penido et al, 2011). Assim, o que parece estar evidenciado é a ocorrência de um conflito territorial, que dificilmente poderá ser resolvido pela conciliação dos diversos interesses em jogo, uma vez que a perda de um dos grupos em disputa resultará na apropriação do outro e conseqüentemente a perda do seu território e falta de condições para a apropriação material daquela região, seguindo aquilo que foi apontado por Laschefski (2011).

Deste modo, a apropriação do território, mais que apenas um meio de sobrevivência, é representativa de uma racionalidade distinta e particular de cada grupo social; cada modo de ver o mundo e de produzir o espaço podem ser mutuamente conflitivas: capital *versus* trabalho; empreendedores *versus* atingidos; vencedores *versus* vencidos, o que mostra a impossibilidade de coexistência dos dois projetos de desenvolvimento ali evidenciados, e a necessidade de desistência de um deles. Neste sentido, o que ocorre é a manifestação de uma visão de desenvolvimento que ao focar-se apenas na esfera econômica, desconsidera as questões de natureza socioambiental.

Outro elemento ressaltado por 17% dos moradores foi a impossibilidade de se negociar razoavelmente ou mesmo de resistir ao processo de desapropriação, ao afirmarem que em alguns casos a desapropriação e saída da terra são dados como obrigatórios:

“Avisa: vou desapropriar sua terra, e colocam você sem conversa, e pagam o que querem quando eles querem pagar, e só, não tem discussão. Eles fazem tudo desorganizado, não conversam. Fazem o alvoroço todo para depois querem conversar, para dizer o preço.”

“C”, julho de 2012.

“Eles disseram que eu deveria sair, deveria aceitar porque era ordem judicial, e pediram para eu ler ali, e eu chorei, fiquei sem ação. Era eu e Deus!”

Sem ação: eu e Deus, diante de 8 a 10 policiais todos armados, mais uma quantidade de 3 ou 4 carros com pessoa. “Deles, cheios de mourão e arame para dividir minha terra ao meio sem eu saber de nada, assim de surpresa, então eles vieram à ignorância.”

“L”, Outubro de 2012.

A postura dos empreendedores responsáveis pelo CLIPA, presente no conteúdo das falas destes entrevistados, é uma que visa promover o empreendimento a qualquer custo, evitando qualquer possibilidade de negociação ou resistência, uma vez que para o empreendimento é “necessária” a desapropriação.

Um elemento interessante a se observar no conteúdo dessas falas é que, em territórios marcados pelo conflito, como o presente, há uma significativa diferença no acesso aos campos de expressão e difusão entre os grupos. Assim, se por um lado, os atingidos possuem poucos canais abertos para se manifestarem, por outro os grandes empreendimentos tem à sua disposição os espaços de expressão, principalmente na mídia escrita e falada, o que por si só já contribui para a melhor difusão das ideias de desenvolvimento e progresso pautados unicamente na racionalidade econômica (Figura 17).



Figura 17: Matéria publicada no Jornal Folha da Manhã em dia 08/01/2012

Da mesma forma, a percepção dos atingidos tem visibilidade quase nula, a não ser quando são classificados como criminosos marginais ou meros obstáculos para o desenvolvimento. Além disso, o tratamento dado pelo aparato de segurança aos agricultores que insistem em não deixar sua terra é exemplo dessa postura. Esse contexto contribui outra vez para a dominação mental da sociedade acerca das ideias de desenvolvimento e progresso pautados unicamente na racionalidade econômica, (Zhour, 2011)

5.1.3: Participação dos agricultores nas discussões e debates sobre a construção do CLIPA

Nesta seção será tratado do posicionamento encontrado a partir da análise dos resultados obtidos quanto aos debates que teriam sido realizados sobre a construção do CLIPA, a saber: as audiências públicas, as reuniões da ASPRIM, e outras reuniões ou debates citados pelos indivíduos.

De acordo com os resultados obtidos, 53 % da amostra não esteve presente em nenhuma reunião ou debate sobre a implantação do Porto do Açú, independente de quais fossem as instituições promovedoras dos mesmos. Apesar de em um primeiro momento este achado demonstrar certo

desinteresse da população pelo engajamento político, busca por esclarecimento ou falta de vontade em participar da nova dinâmica proposta em seu território, por outro lado poderia também ser significativo de uma descrença de que essa participação possa ser efetiva ou mesmo que a eles seja dado voz, isto é, que sejam considerados de fato como atores nesse processo de mudança territorial. Dentre os entrevistados, 73% deles estiveram presentes em eventos promovidos pela ASPRIM, que se coloca como representante dos pequenos proprietários e agricultores do V Distrito.

Em virtude da luta da ASPRIM em favor dos atingidos pelo CLIPA, ela tem sido considerada como principal fonte de informações sobre o processo pelo qual as localidades vêm passando, sendo assim considerada digna de confiança por parte dos agricultores do V Distrito (Figura 18).

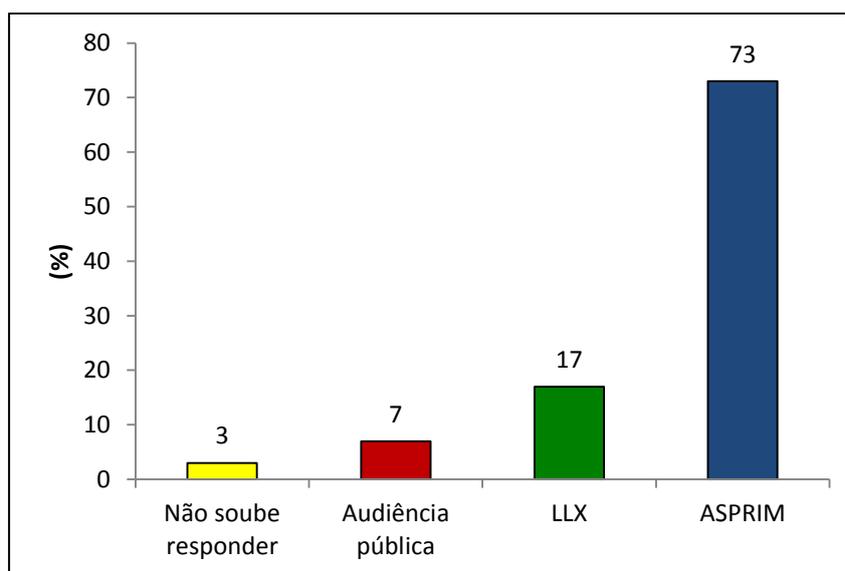


Figura 18: Responsabilidade pela organização dos debates em que os agricultores declararam ter participado(%)

Ainda acerca dos meios de participação proporcionados à população do V Distrito, os moradores foram questionados se a opinião da comunidade fora considerada quando da formulação das medidas compensatórias a serem oferecidas aos atingidos pelo CLIPA. Outra vez, um número considerável de entrevistados (45%) alegou não ter informações sobre o assunto. Do restante, 13,5 % afirmaram que a comunidade teve voz e participação na formulação das políticas compensatórias, enquanto 86,5%

negaram que suas demandas tinham sido consideradas pelos empreendedores, o que pode ser outro indicativo de deslegitimação dos atingidos como sujeitos e atores, primeiramente nos processos de licenciamento e posteriormente, na formulação de proposta de compensação e provavelmente quanto ao reassentamento na Vila da Terra.

Neste aspecto o que parece importante notar que está em jogo não é apenas o direito à terra, mas principalmente a necessidade de desconstrução de uma visão que apresenta os impactados por projetos como o CLIPA como não detentores de direitos, em especial como não detentores do direito de poder interferir e decidir sobre seu próprio futuro, e de ter de fato voz e influência nos processos decisórios quanto aos impactos trazidos sobre a sua reprodução social

No tocante as demandas dos agricultores, questionamos nossa amostra sobre que formas de indenização seriam consideradas como satisfatórias para que deixassem sua terra sem oferecer resistência. De maneira geral, o que identificamos é que não há dentre os moradores uma noção mais concreta, em valores, sobre o que seria de fato, satisfatório ou justo para que saíssem de suas terras. Cerca de 26% do total da amostra não se mostrou disposta a um acordo, alegando que não existiriam condições justas ou compensatórias diante da obrigatoriedade da saída de suas terras. Dentre os 74% que se mostraram abertos a possibilidade de negociação e posterior saída de terra, os índices encontrados acerca dos que não sabiam como responder à pergunta e os que entendiam como “condições satisfatórias” a continuação do modelo de vida e trabalho, - entendendo disso tamanho de terra e condições de moradia semelhantes as atuais, para que fosse possível a continuidade de seu modo de trabalho atuais (agricultura) – somados ultrapassavam 50%, o que corrobora a afirmação de que não haja uma noção concreta de quantia em dinheiro que compense a saída. Observamos ainda, moradores que desejariam receber um alto valor em dinheiro, também não detalhado por eles, mesmo quando pedimos para que fossem mais específicos quanto a quantias, e cerca de 6% que se mostraram abertos a um acordo, aceitando sem mais questionamentos o que fosse proposto em troca de sua terra. (Figura 19)

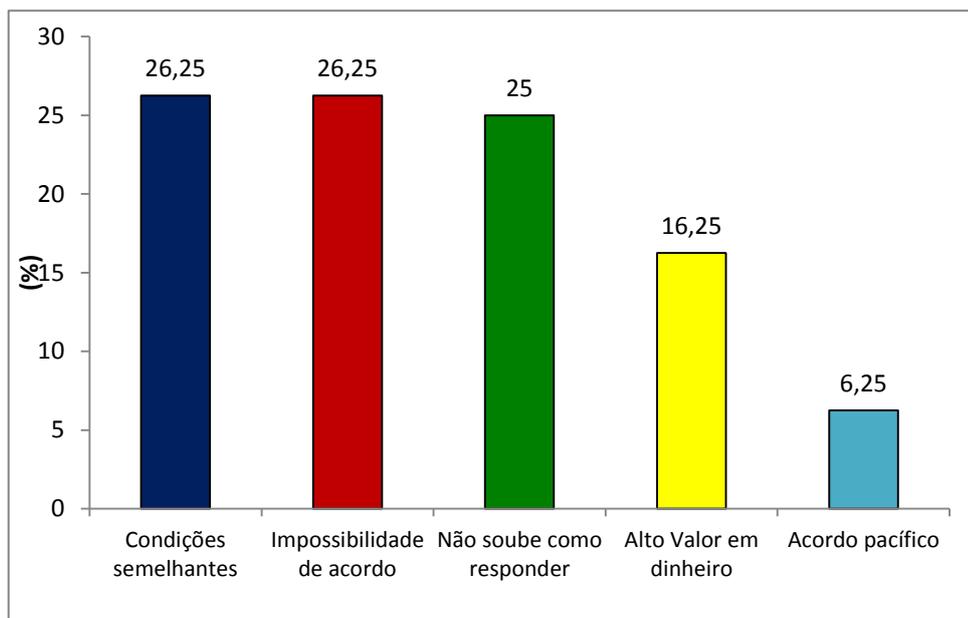


Figura 19: Condições de indenização consideradas satisfatórias pelos agricultores

5.1.4: Alegações para a vontade de permanecer nas localidades

Os agricultores entrevistados também foram inquiridos sobre o seu desejo de sair de suas terras ou, em caso negativo, quais seriam os motivos principais que definiriam a vontade de permanecer em seu lugar de moradia e trabalho. Assim, quando questionados sobre a possibilidade de sair de suas terras de maneira voluntária, sem oferecer resistência, 47,5% afirmaram não ter opinião formada, estando abertos a uma possível negociação, desde que fossem estabelecidos valores e formas justas de compensação pela saída de suas propriedades terra. Por outro lado, 31,5% dos entrevistados afirmaram não querer sair de maneira espontânea. Este número é relativamente maior que o dos que declararam que deixariam suas terras de maneira espontânea sem oferecer resistência (21,2%).

Estes resultados parecem indicar menos um desapego ou vontade de deixar as propriedades e mais uma resignação ou conformação à possibilidade iminente de desocupação das áreas. As razões para tal afirmação podem ser encontradas quando da análise dos efeitos perversos que esse tipo de desenvolvimento tem provocado nesta população, e o receio de serem as próximas vítimas dos problemas que tem afetado vizinhos e familiares. Além disso, mesmo entre os que se colocaram abertos

às negociações ou se mostraram abertos a sair voluntariamente da terra, ninguém manifestou desejo de sair da localidade (Figura 20).

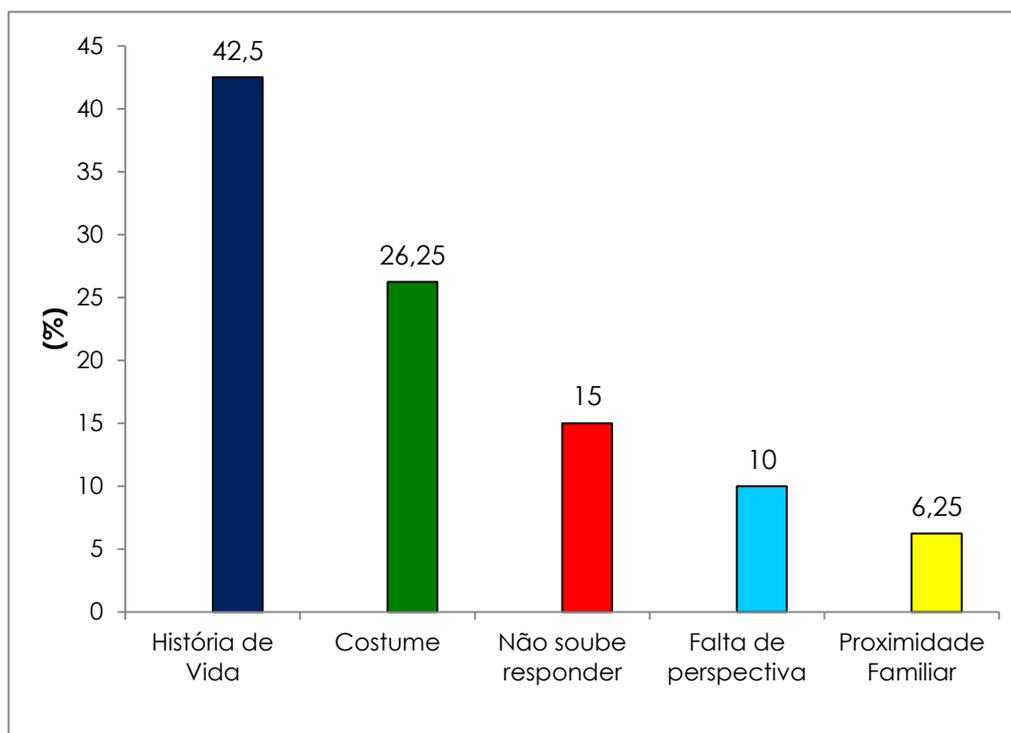


Figura 20: Razões de permanecer em sua terra atual (%)

Este resultado, somado a todo o conjunto de dados já considerados, permite afirmar que essa população de agricultores familiares construiu uma territorialidade identificada com o local, referenciado por alguns como “seu lugar”. Isto se deu pela maneira de apropriação e uso do território, que foi construída a partir das relações ali instituídas; modos de viver aprendidos entre diferentes gerações das famílias que ali se instalaram; e na relação direta com seus vizinhos e sua comunidade. Nesse aspecto, a fala do entrevistado “L” é reveladora:

“Isso aqui é uma terra que foi deixada de meu avô para meu pai e do meu pai quando terminar o inventario será meu e do meu irmão, isso aqui é um bem que não tem preço para se desfeito, não tem oferta, somente sendo expulso, obrigado”. “L”, julho de 2012.

Exemplificando, padrões de respostas que apontam para essa territorialidade são os padrões de resposta que associam a história de vida

do indivíduo com o lugar, em frases como “meu umbigo está enterrado aqui”; ou então aqueles que não visualizam possibilidades de reconstrução de suas vidas, ou utilizando outro termo, de construção de uma nova territorialidade, uma nova relação de pertencimento a outro local. Isto ficou demonstrado em assertivas do tipo “Nasci e fui criado aqui, sou da roça, e não sei fazer nada além disso”.

Do mesmo modo, a ligação com os familiares é representada também pelo receio de que com a saída de suas terras as relações estabelecidas e consolidadas com seus familiares, que em geral moram perto e são companheiros nas atividades com a terra sejam desestruturadas ou inviabilizadas:

“Nada vai me compensar de alguma forma, de forma nenhum, porque isso aqui, eu acompanho desde 8 anos, isso aqui tem mais de 100 anos, desde meus avós, eu acompanho, meu pai, meu avô”.

Desde os oito anos acompanho meu pai na lavoura, foi o que aprendi a fazer cuida da lavoura e dos animais, terei condições de tocar o que na vida mais, a única possibilidade de sobrevivência é na agricultura e dos animais, e também não tem outro trabalho que me de possibilidade, que me condições de sobreviver bem e tranquilo como sobrevivo aqui. Isso aqui era do meu avô, e eu vinha para cá e eu com 8 anos de idade, essa terra foi do meu avô, isso aqui eu conheço cada palmo de terra aqui, conhece o que ela da ou não, sei o que planta ou não plantar. Nada: nem oferta em dinheiro que seja. O dinheiro pode acabar ou alguém me roubar. Agora a terra eu tinha certeza que eu não seria roubado da terra, mas hoje vejo que nem na terra a gente tem segurança.” “L”, Julho de 2012

Nesse caso também é possível identificar novamente um conflito entre as racionalidades que disputam o espaço do V Distrito de São João da Barra. Se de um lado, os agricultores veem nesse lugar o chão onde construíram sua história de vida, sua família e seu trabalho, os empreendedores e o próprio Estado veem essa terra como uma fonte de “progresso”, “desenvolvimento para a nação” a partir do lucro, uma perspectiva estritamente econômica.

Assim sendo, partindo do princípio de que é no território do Estado, enquanto espaço de governança³, que os projetos se desenvolvem, é a ação

³ Segundo Gonçalves (2006), governança é o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo.

do Estado que pode legitimar ou não a apropriação desse espaço. Deste modo, quando o Estado legitima a visão e o projeto de território do empreendedor, ele ignora as diferentes territorialidades que estão sob esse chão, neste caso, as territorialidades tradicionais. Tal opção em prol do empreendedor em detrimento dos habitantes de um dado território acaba negando toda a conflitualidade e disputas de poder a ele intrínsecos desde sua formação.

De modo análogo, o modelo de território está diretamente ligado ao projeto de desenvolvimento pretendido pelo grupo territorializador, consideração deveras importante quando se assume que o modelo de desenvolvimento é essencial na expansão do território. Assim sendo, se o modelo que compreende o desenvolvimento apenas como crescimento econômico e aborta as outras dimensões é considerado legítimo, ações de grupos que propõem outros modelos ou que desejam continuar com o modelo de desenvolvimento já vigente naquela área acabam sendo tratadas como entraves passíveis de negociação, devem se adequar ao que se entende como projeto de desenvolvimento e território hegemônico (Fernandes, 2009; Santos et al, 2010).

5.2: REASSENTADOS NO CONDOMINIO RURAL VILA DA TERRA



Figura 21: Vista da entrada da Vila da Terra

A partir daqui são expostos os resultados da coleta de dados realizada na Vila da Terra. Como já apontado no capítulo de Metodologia, esta coleta foi feita entre 17 moradores da Vila da Terra, sendo que dentre estes, 12 foram considerados moradores “antigos”, pois se estabeleceram ali desde a fase inicial de sua ocupação, e 5 moradores novos, estavam morando ali em torno de uma semana no momento em que participaram da pesquisa.

Antes da realização da coleta de dados ocorrida no último trimestre de 2012 também foram feitas algumas visitas à Vila da Terra no mês de abril de 2012. À época, residiam apenas sete famílias no local, segundo informações fornecidas pelos próprios moradores. Na ocasião, quatro famílias foram entrevistadas com o intuito de obter informações iniciais de como as mesmas estavam vivendo, e se as condições propostas pelos empreendedores estavam sendo cumpridas. Os trechos de entrevistas transcritos abaixo são referentes a essa primeira rodada de visitas, e como condição para que as entrevistas pudessem ser gravadas, eles serão aqui identificados por letras: A, B, C e D.

5.2.1: Caracterização demográfica dos reassentados da Vila da Terra

Dentre a população pesquisada, a média de idade encontrada foi similar àquela que ainda reside dentro das localidades estudadas no V Distrito, ou seja, a maior parte dos indivíduos entrevistados estava na faixa etária acima dos 51 anos. Entretanto, na Vila da Terra mais da metade dos indivíduos corresponde a essa faixa de idade, enquanto que os indivíduos abaixo dos 20 anos estão ausentes na amostra, ou seja, o nível etário da Vila da Terra é ligeiramente maior que a dos agricultores entrevistados que continuam vivendo dentro de suas localidades originais no interior do V Distrito. (Figura 22)

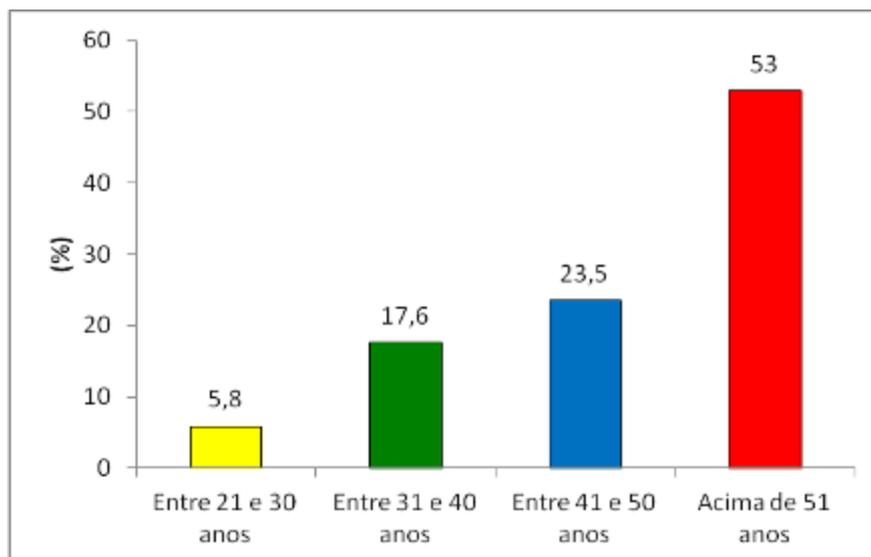


Figura 22: Faixa etária dos reassentados na Vila da Terra (%)

Um elemento particularmente significativo é que todos os indivíduos pesquisados na Vila da Terra informaram que moravam anteriormente na “Fazenda Saco Dantas”, o que pode explicar porque aceitaram ir voluntariamente para a Vila da Terra, enquanto outros resistem ao processo de reassentamento nos moldes impostos pela CODIN. Segundo o relatório preparado por pesquisadores da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2011) a Fazenda Saco Dantas pertencia à falida Usina Baixa Grande, e foi ocupada pelo MST em 1999. Vários entrevistados afirmaram que trabalhavam na Baixa Grande e, com sua falência, tinham com ela dívidas trabalhistas pendentes e, por isso, ocuparam de parte de suas terras como forma de compensação. Apesar de sua ocupação, a Fazenda Saco Dantas não foi desapropriada pelo INCRA, sob argumento de ser uma área inadequada para a criação de um assentamento rural devido aos solos arenosos. Desde então, as famílias permaneceram ali, na condição de posseiros. Entretanto, em 2008 foram impedidos de entrar na área, e os que lá moravam foram transferidos para a Fazenda Pontinha, e os plantavam e/ou criavam animais nada obtiveram. Neste sentido, a situação jurídica atual da fazenda Saco Dantas é uma incógnita, mas informações diversas indicam que fora comprada pelo Grupo EBX, ou que pertença ao Banco do Brasil (AGB, 2011).

Outra informação solicitada aos moradores da Vila da Terra foi referente à sua principal fonte de renda no momento da pesquisa, e no que estavam trabalhando. Dentre as principais ocupações citadas, a segunda mais frequente foi a prática da agricultura, abaixo apenas dos que sobrevivem com pensões ou aposentadorias. No quesito geração de renda, dois pontos interessantes a serem salientados. Ao longo das entrevistas, alguns dos moradores declararam que foram empregados pelo Grupo EBX, sendo que um deles largou seu trabalho de agricultor em terras arrendadas e foi trabalhar para a empresa, visando mais oportunidades de melhoria econômica. O segundo fato é que, mesmo estando trabalhando em outras ocupações, seis dos entrevistados (35,3%) mantiveram a prática de trabalhar na lavoura, mesmo que para subsistência, exercendo as atividades concomitantemente, e em conjunto com sua família dentro da Vila da Terra. Os que continuaram a ter na agricultura sua fonte de renda principal trabalham em outras propriedades fora da Vila da terra, ou então “alugam” seu dia de trabalho em plantações de outros. (Figura 23)

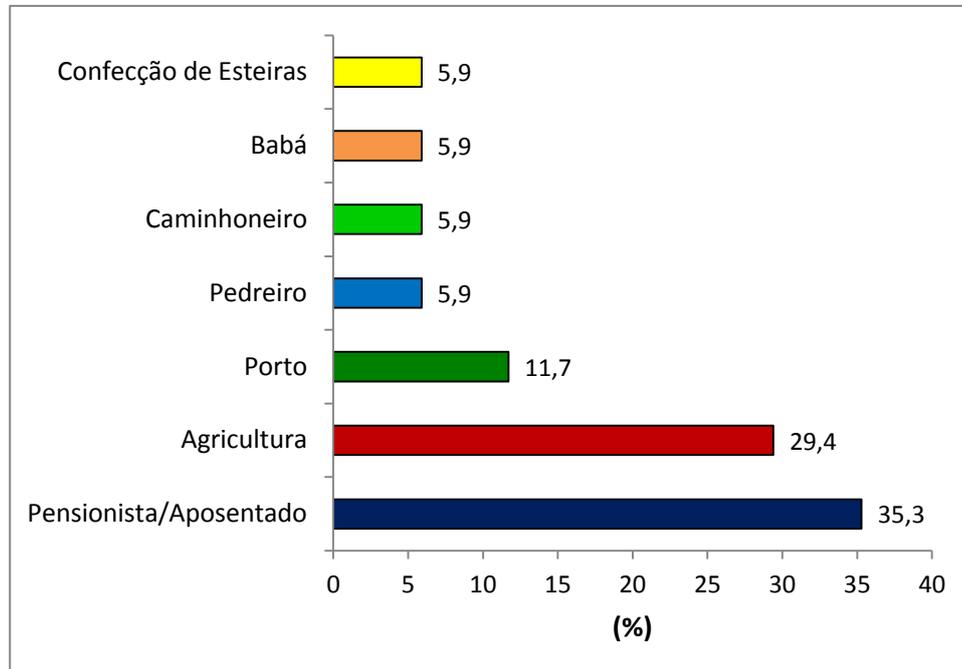


Figura 23: Principais ocupações dos reassentados (%)

A partir deste resultado específico fica demonstrado que, mesmo não sendo considerada como a principal fonte de renda dos moradores da Vila

da Terra, a agricultura tem um papel importante na reprodução social dos entrevistados e de suas famílias.

Os entrevistados também foram questionados sobre ao nível de renda que possuíam antes e depois do reassentamento na Vila da Terra. De maneira geral, as respostas obtidas não indicaram mudanças significativas no total de salários recebidos mensalmente, uma vez que o 'auxílio produção' recebido pela perda de sua produção supriu em parte a defasagem provocada por não poderem sobreviver da sua produção (Figura 24).

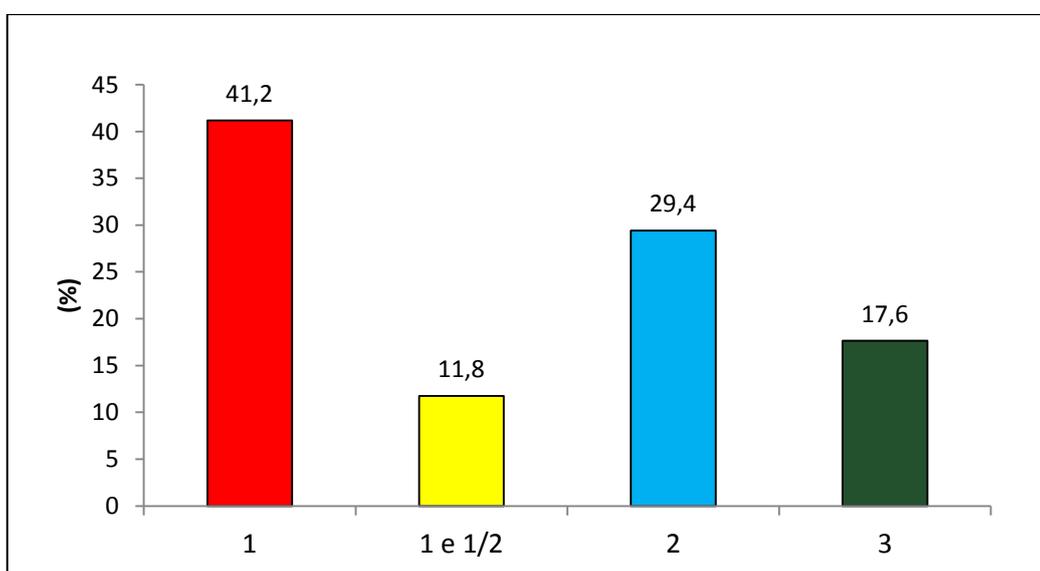


Figura 24: Renda dos reassentados em número de salários mínimos mensais (%).

Entretanto é importante atentar para a dependência financeira que pode estar sendo gerada entre os moradores da Vila da Terra e o Grupo EBX, pois do total de entrevistados, três deles vivem exclusivamente do auxílio fornecido mensalmente. Há ainda que se salientar que o referido auxílio representa cerca de 50% dos rendimentos mensais de outros sete indivíduos pesquisados. Este tipo de dependência financeira é especialmente problemático quando se verifica a situação de dificuldades financeiras que o Grupo EBX vem atravessando a partir do segundo semestre de 2012.

5.2.2: O papel das promessas e o seu descumprimento no estado de ânimo dos reassentados



Figura 25: Moradores da Vila da Terra visitaram o CLIPA.
Fonte: <http://www.superportodoacu.com.br>

Dentre as promessas feitas pelos representantes do Grupo EBX e da CODIN para convencer os agricultores a se reassentar na Vila da Terra estavam incluídas: casa mobiliada, área para agricultura, provisão de sistema de irrigação, adubo químico e fornecimento de sementes para o cultivo. Além destes itens, havia ainda a promessa de que um documento comprovando a posse da terra e da casa seria concedido até no máximo seis meses. Entretanto, nas duas visitas feitas à Vila da Terra, todos os moradores alegaram ainda não ter recebido a “escritura” do terreno. Essa é a principal de suas queixas, já que gera entre eles insegurança quando seu destino.

A fala do reassentado “A” deixa essa insatisfação explícita quando o mesmo afirma que:

“Para eu te dizer que está tudo bom e não tem nada ruim, só falta o documento pra dizer que isso daqui é nosso porque a gente viver em um lugar sem ter documento a gente não sente seguro: não é da gente. Se ele der o documento como eles prometeram, mas cada um fala uma coisa, uns falam que é de usina, outros falam que a gente só pode ficar por 5 anos [...].

Nós temos um documento da LLX⁴ que está aqui guardado só dos móveis da casa que eles deram, do tamanho da terra da casa que eles deram, mas quem tem responsabilidade com a gente é a LLX, nem vocês que trabalha sabe direito o destino disso.”

Reassentado “A”

Da mesma forma, além da falta de cumprimento dos prazos estabelecidos, a falta de informações concretas sobre eles também preocupa as famílias, como descrito acima. Isto é refletido no fato de que, quando questionados sobre as indenizações recebidas, o primeiro morador entrevistado pediu para que o gravador fosse desligado. Isto se deu, segundo o próprio, por temer que pudesse ser prejudicado, ou que não recebesse sua escritura, ou ainda que sofresse algum tipo de retaliação, ainda mais quando se considera que à época o serviço de fornecimento de água tratada e de energia elétrica era precário, esta última oferecida por gerador. Segundo o entrevistado, a promessa feita pelos interlocutores do Grupo EBX que atuavam no local era de que a situação seria em breve regularizada; isso mesmo depois de 6 meses de reassentamento.

Relacionando os dados dos dois períodos de visitas à Vila da Terra, pode-se inferir que existe certo grau de insegurança entre os moradores quanto à sua situação econômica, e com relação à garantia de moradia e trabalho naquele lugar. A falta de documentação sobre a posse da terra, que persistiu na segunda visita, associada ao papel significativo e até dependente do auxílio recebido tem promovido uma espécie de ruptura do modo de vida e trabalho dos moradores, mesmo que o nível de renda não tenha sofrido grande alteração.

Um fato que ficou evidente durante o trabalho de campo é que as condições de trabalho de alguns deles haviam sido diretamente modificadas,

⁴ O Documento referido pelo entrevistado são o “Termo de Aceitação do Programa de assentamento rural” e o “Termo de adesão ao programa de reassentamento e entrega da unidade habitacional e módulo rural”.

dado que os que trabalhavam em sua própria terra, ou em terras de outrem, tiveram de abandonar seus postos, uma vez que a terra foi desapropriada. Da mesma forma, as condições para o estabelecimento do modo de produção já costumeiro dos lavradores não foram proporcionadas de maneira eficaz. Uma evidência deste problema foi que, depois da primeira visita feita, os moradores que já moravam ali há cinco meses alegaram que os acordos referentes ao preparo da terra, sistema de irrigação e provimento de sementes não tinham sido cumpridos como prometidos, não sendo possível o cultivo na terra, fato esse que estava ainda pior porque terra estava desgastada pelo uso incessante do solo através do tempo na monocultura de cana-de-açúcar onde a queima dos campos é feita anualmente para facilitar o processo de colheita.

Da mesma forma, ao oferecer aos reassentados uma casa mobiliada com computador e outros bens de consumo, o empreendedor passou para o público externo uma imagem de melhora nas condições de vida do trabalhador, com mais conforto e comodidade. Tal prática parece ter tido o efeito de inibir os reassentados a questionar as mazelas que esse modelo de reassentamento teve sobre suas vidas. Por exemplo, a incapacidade de pronta reestruturação de seus meios de trabalho e modo de vida, assim como sua independência financeira. Também aqui ficou evidente um processo de dependência financeira em relação aos auxílios financeiros dados pelo Grupo EBX. Mesmo que tenham um caráter temporário, estes auxílios parecem ter gerado nos reassentados um receio de criticar ou explicitar abertamente as condições negativas às quais estavam expostos na Vila da Terra.

Entretanto, mesmo que estejam satisfeitos com sua nova casa, mais bem equipada que a anterior, diversos moradores enfatizaram que ainda não se sentiam confortáveis como em sua antiga moradia, e reclamaram que, em função da falta de assistência e cumprimento das condições prometidas, como explicitado anteriormente, não estariam em condições plenas de poder cultivar a terra.

De fato foi possível observar in loco que alguns moradores estavam cultivando apenas para a subsistência, sem condições de comercializar e viver dessa atividade. A situação era agravada, pela dependência já citada

desses trabalhadores em relação à LLX, particularmente no tocante ao fornecimento do chamado “Auxílio Produção”, que representa perda de autonomia e uma forma de intimidação, e receio de perder algum benefício por parte da empresa. Isto fica evidente na fala do Reassentado “C” quando o mesmo aponta que:

“Rendimento eu não estou tendo não, lá eu plantava, eu tinha tudo preparado eu já vivia da terra a longos anos, e agora estamos dependendo dele. Eu trabalhava na terra, só na terra, quiabo maxixe tudo nós plantava.”

Reassentado “C”

Dentro desse contexto, a agricultura tem representado uma forma de “distração” para os moradores da Vila da Terra. A falta de ocupação e de condições para trabalhar a terra que os permitiria viver da comercialização da produção, não tem impedido que a maioria deles se dedique a plantar na forma de subsistência somente para sua família. Nesse sentido, um argumento que foi apresentado de forma repetida é que a opção por cultivos apenas para subsistência foi causada pela falta de bombas para fazer funcionar os sistemas de irrigação, e da falta de apoio para o preparo da terra que havia sido prometido pelos técnicos da LLX.

Também é importante apontar que segundo depoimentos obtidos junto a diversos moradores, quando do ingresso na Vila da Terra teria ocorrido a promessa de que em até um mês seriam proporcionadas as condições adequadas para o início dos plantios e, que em até seis meses, também seria feita a entrega da escritura da propriedade. Entretanto, passados seis meses após a mudança, tais promessas não haviam sido cumpridas, o que gerou uma forte incerteza quanto ao futuro dentro da Vila Terra. Nesse sentido, o reassentado “B” declarou que:

“Isso aqui eles prometeram de com seis meses dá o documento daqui. E semente, bomba, mangueira, pra fazer da irrigação e muda de abacaxi eles prometeram isso pra fazer pra nós. Vai fazer seis meses dia 29 de março que a gente veio pra cá. (...) Vamos ver se daqui pra frente vai melhorar ou piorar a gente não sabe os planos de cada um só tem um que sabe: Deus, mas o resto...”. **Reassentada “B”**

A reclamação por melhores condições de trabalho se repete no tocante à questão da qualidade das terras onde a Vila da Terra foi instalada. O conjunto dos entrevistados considera que as terras são de qualidade inferior, o que criaria grandes dificuldades para a manutenção de suas atividades tradicionais, sem ajuda para irrigação e o preparo da terra. Nesse sentido o reassentado “D” apontou que:

A terra aqui é fraca, a terra de lá não era igual essa aqui não. Era diferente, essa aqui é barro, terra dura e a nossa lá era areia preta, pra mim a de lá era melhor. Aqui a terra é dura.”. **Reassentado “D”**

5.2.3: A saída das propriedades e a nova relação com a Vila da Terra

Além de indicar que não possuíam as condições adequadas para a reconstrução de suas vidas na Vila da Terra, os agricultores ainda cultivam um forte sentimento de pertencimento à sua antiga comunidade, mesmo conscientes de algumas das melhorias materiais que foram proporcionadas no local do reassentamento. Nesse sentido, diversos moradores da Vila da Terra relataram que gostariam de voltar para o local de moradia anterior, e que ainda se sentiam parte da terra de onde saíram. Uma evidência desse sentimento de alienação em relação à Vila da Terra foram as menções ao “nosso” lugar quando eram perguntados se gostariam de continuar em suas antigas casa vivendo segundo suas condições tradicionais de trabalho e cultivando suas relações sociais já consolidadas.

A ligação com o local pretérito que parece resistir mesmo fora de determinado território é que todos os pesquisados, durante a segunda visita à Vila, disseram que não fosse pela construção do Porto do Açú, não teriam sequer cogitado a hipótese de deixar sua terra por vontade própria. Essa nostalgia em relação ao local de moradia anterior fica explícita na fala da reassentada “B” quando esta diz que:

“Quando eu passo lá as minha lágrimas desce. (...) Num lugar que a gente nasceu e teve essa filharada toda, foi difícil. (...) A gente é acostumada num lugar num é fácil. Eu sinto falta, porque a gente foi acostumada lá eu vivia a maior parte do meu tempo tudo lá (...). Sente falta de tanta coisa, praticamente todo dia eu passo por lá, eu me sinto ali ainda. A gente sente, mas voltar pra lá não volta mais. E o

pessoal da gente que a gente tinha lá também, porque a gente vai lá, mas logo volta”.

Reassentada “B”

Essa relação com o local anterior indica que, apesar de não estarem mais em seu “lugar”, o “lugar” anterior dos reassentados continua presente em sua forma de se relacionar com o local do reassentamento, seja pelo sentimento de pertencimento anterior que continua sendo manifestado, seja pela não identificação com a Vila da Terra enquanto lugar desejável de moradia. Neste sentido, fica explícito que, como afirmava Santos (2002), o território usado é fruto da união entre o chão e a identidade, quando o sentimento de que um lugar pertence a alguém se funde com o sentimento de que esse alguém se sente “pertencendo” a um determinado lugar.

Aqui é importante notar que de maneira mesmo não tão aparente, o reassentamento parece estar provocando mudanças sensíveis nos modos de vida dos reassentados. Nesse sentido, parece pertinente indicar a validade do posicionamento de Acserald e Silva (2011) quando esses autores afirmam que as realocações de populações ao imprimirem novas trajetórias sociais exigem do atingido a construção de estratégias adaptativas de trabalho, pois provocam rupturas sociais que serão tão mais fortes quanto as condições de existência a que os reassentados estejam ligados em seu local de moradia anterior.

Por outro lado, a análise das entrevistas revela que os moradores possuem uma forte ligação com as características naturais do espaço natural em que estão acostumados a viver. Desta forma, não chega a ser difícil de compreender porque a abordagem abstrata do Estado e dos responsáveis privados pela construção do CLIPA, que privilegiam, quando muito, critérios técnicos das características da terra, não permite aos reassentados reconstruir trajetórias de vida semelhantes às anteriores na Vila da Terra, fazendo dela seu território. Isto pode se dar a partir do fato que a territorialidade desse grupo foi construída tomando por base as percepções e concepções do espaço em que viviam anteriormente e, dessa forma, tornando inevitável a ocorrência de um choque entre sua territorialidade construída e a territorialidade que está sendo imposta pelo Estado e pelo Grupo EBX na Vila da Terra.

Entretanto, o que também está em jogo em casos de reassentamento causado pela construção de megaempreendimentos como o CLIPA é a dicotomia entre as funções de “residir” e o “viver” que são proporcionadas pela identidade construída a partir de um determinado território ou lugar. Neste caso, a restrição a o direito dos atingidos pelo reassentamento unicamente à provisão de uma moradia aparece como claramente insuficiente. Os resultados aqui discutidos mostram que os agricultores que foram reassentados na Vila da Terra tinham uma relação direta com seu local de origem, e que valorizam as tradições e histórias de vida lá construídas. Este relacionamento das pessoas com o lugar, bem como os modos de vida e usos são manifestações cotidianas da dimensão social da história desses sujeitos. Deste modo, a prática do reassentamento implica na possibilidade de destruição dos referenciais concretos de sustentação da memória. Segundo Zhouri e Oliveira (2010) isto tende a desencadear processos de desenraizamento e perda de identidade individual e coletiva desses atingidos. Por sua vez, Penido et. al (2011) sugerem que essa nova “cidade” cumpre apenas a função de residir, desvinculado das vidas e das formas de reprodução social dos moradores.

Outra questão importante emergiu quando os moradores da Vila da Terra foram perguntados sobre o tamanho do terreno anterior e daquele que havia sido entregue como “compensação”. Apesar do tamanho das propriedades anteriores variar entre 2.0 e 19.2 ha, o lote entregue na Vila da Terra foi apenas de 2.0 ha (Figura 26).

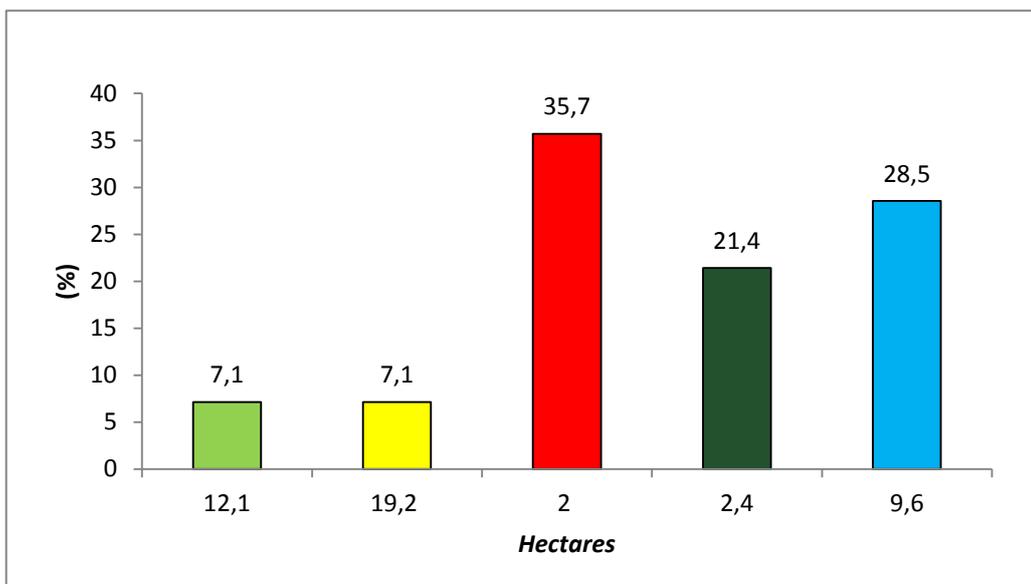


Figura 26: Tamanho da área anterior ao reassentamento (%)

Este procedimento de homogeneizar o tamanho dos lotes parece afrontar diretamente aquilo que está disposto no capítulo 8 da Constituição estadual do Rio de Janeiro de 1990. É que nos artigos 265 e 266 são incluídas várias seguintes exigências para desapropriação e reassentamento das populações de áreas escolhidas para a construção de empreendimentos de interesse do Estado:

- I - pagamento prévio e em dinheiro de indenização pela desapropriação, bem como dos custos de mudança e reinstalação, inclusive, neste caso, para os não proprietários, nas áreas vizinhas às do projeto de residências, atividades produtivas e equipamentos sociais;
- II - implantação, anterior à remoção, de programas socioeconômicos que permitam as populações atingidas restabelecerem seu sistema produtivo garantindo sua qualidade de vida;
- III - implantação prévia de programas de defesa ambiental que reduzam ao mínimo os impactos do empreendimento sobre a fauna, a flora e as riquezas naturais e arqueológicas.

O fato é que, de acordo com os resultados obtidos na pesquisa de campo, nenhuma das medidas acima foi cumprida de forma plena pelos representantes do governo estadual do Rio de Janeiro. Tanto isto é verdade que, quando da primeira visita à Vila da Terra, os reassentados entrevistados afirmaram ainda não ter recebido compensação financeira, ainda que não tenham fornecido detalhes sobre a questão, limitando-se a negar o recebimento de indenização.

Por outro lado, quando da segunda campanha de coleta de dados, realizadas ao final de 2012, dos 12 moradores “antigos”, todos já haviam recebido algum tipo de compensação financeira, apesar de que os valores pagos pela terra desocupada apresentaram variação significativa do valor pago pelo m² (Tabela 2)

Tabela 2. Valores pagos como indenização pelas propriedades desapropriadas no V Distrito de São João da Barra

Tamanho (ha)	Valor total recebido (R\$)	Valor / m ² (R\$)
2,0	45.000,00	2,25
2,0	57.000,00	2,85
2,0	65.000,00	3,25
9,6	80.000,00	1,20
9,6	105.000,00	1,09
12,2	150.000,00	1,23
2,4	196.000,00	8,10
2,4	200.000,00	8,30

Por outro lado, entre os reassentados que declararam estar na Vila da Terra acerca de 1 semana (n=5), nenhum declarou recebido as indenizações devidas. Nesse sentido, não existe o cumprimento da legislação vigente, e quando o cumprimento ocorre isto se dá fora dos padrões determinados por lei.

Em nível de comparação em relação à questão do processo de valorização da terra desapropriada, dados disponibilizados pelo professor Roberto Moraes no seu blog pessoal⁵, o Grupo EBX firmou contratos de aluguel com várias empresas (e.g., Intermmor em uma área 52,3 mil m²; a NKT Flexibles, numa área de 121 mil m², e a Technip, em área de 289 mil m²), onde o valor mensal do m² alugado alcançou R\$ 6,00, o que permitia uma renda de mais de R\$ 5 bilhões ao final de um período de 10 anos. Se os valores encontrados pelo Prof. Roberto Moraes estiverem corretos fica evidente que o valor médio de R\$ 3,50 pago aos agricultores desapropriados implica num ganho financeiro que não possui relação direta com as razões

⁵ <http://www.robertomoraes.com.br/2013/04/valor-da-terra-no-acu-m-de-aluguel.html>
Acesso em 30 de Maio de 2013

declaradas pelo governo do estado do Rio de Janeiro para realizar o processo de desapropriação⁶

Afora as rupturas que vem ocorrendo entre os reassentados e seu modo de vida tradicional também foram oferecidos depoimentos que apontaram para a existência rupturas também nas relações sociais e familiares. Isto teria sido causado pela remoção de alguns agricultores e pela permanência de outros no interior das localidades em que viviam no V Distrito, inclusive entre membros de uma mesma família. Assim, os agricultores se vêem obrigados a construir diferentes relações impostas pela lógica do reassentamento forçado, embora, como pode ser observado na fala abaixo, estes tenham consciência das melhorias materiais. Nesse sentido, a reassentada afirma que:

“Não vou dizer que aqui é ruim, mas foi uma coisa muito grande ‘pros’ moradores, foi pra todos, todos que estão aqui. Os meus filhos um “distriuiu” um pra um canto e outro pro outro por causa da plantação, mas se eles colocar a bomba e colocasse as coisa que prometeu daí meus filhos vinha, eles estão trabalhando, eu tenho cinco trabalhando no Açú, na lavoura. E eu sinto muita falta dos meus filhos e tanto que eles sofrem por mim o tanto que eu sofro por eles. Eu sou muito amorosa, muito apegada aos meus filhos. Todo dia a gente ia trabalha junto, eu sou muito amorosa, muito apegada com meus filhos. Num lugar que a gente nasceu e teve essa filharada toda, foi difícil.” **Reassentada “B”**

Finalmente, é importante notar a existência de pré-estado de resignação frente à inevitabilidade do reassentamento, e que continuou presente nas falas dos moradores entrevistados. Nesse sentido, a maioria se conformada com a situação em que estavam vivendo. Além disso, muitos moradores indicaram que concordaram em ser removidos de maneira “pacífica” por acreditarem não ter outra opção a não ser aceitar essa nova realidade, especialmente no que se refere á transformação que iria inevitavelmente degradar o território em que viviam anteriormente. Nesse

⁶ Essa situação coloca em questão se não está em curso um processo especulativo vinculado à renda da terra mais que ao interesse de desenvolvimento econômico propriamente dito.

sentido, a fala do reassentado “A” é bem reveladora, quando o mesmo afirmou que:

“A gente saiu de lá tranquilo, eles precisava da área lá e nós tivemos que sair. Nós viemos e chegamos aqui. A gente veio porque a firma da LLX fez negócio lá e teve de tirar a gente da onde a gente morava porque a gente não podia fica mais por causa desse negócio de petróleo, ia poluir mais e ninguém ia poder ficar lá e fizeram negócio com a gente lá.”

Reassentado “A”

CONCLUSÕES

O modelo chamado neodesenvolvimentismo tem no PAC um dos principais veículos para suas ações. Entretanto, a propaganda dos benefícios que são divulgados em torno dos empreendimentos que derivam desse modelo tende a ignorar que prejuízos consideráveis têm sido impostos aos habitantes das áreas impactadas (direta ou indiretamente) pela sua instalação. A presente pesquisa procurou estudar a realidade dos moradores do V Distrito de São João da Barra a partir das mudanças causadas pelo início da instalação do CLIPA. Para tanto, um esforço foi realizado para identificar as relações que existem entre uma suposta busca pelo processo de desenvolvimento econômico, os diferentes interesses que estão envolvidos nessa empreitada, e a influência que megaempreendimentos do tipo do CLIPA exercem sobre determinados territórios e, conseqüentemente, sobre as comunidades que ali estão instalados previamente.

No caso do CLIPA, os principais atingidos são agricultores familiares e pescadores que estão passando por um período de insegurança e insatisfação, decorrentes do fato que o processo de desapropriação de terras tem sido feito sem que se considerem os mecanismos legais estabelecidos pela própria constituição estadual. A falta de obediência aos ditames legais por parte do governo do Rio de Janeiro nas desapropriações realizadas também foi verificada na emissão das licenças ambientais relacionadas à instalação do CLIPA.

Por outro lado, se forem consideradas as condições em que se deram as desapropriações e a (falta de) negociações com as comunidades e indivíduos atingidos permite a afirmação de que o Estado como parceiro dos empreendedores privados, provendo investimento direto, melhoria nas estradas de acesso, e agilizando as condições para seu pleno estabelecimento. No entanto, o mesmo não foi observado em relação ao tratamento dispensado a agricultores e pescadores. Este tipo de tratamento desigual acabou contribuindo para o surgimento de conflitos que, em última instância, acabaram contribuindo para atrasos e pendências que tiveram efeitos negativos sobre a própria construção do CLIPA.

De fato, o CLIPA pode ser relacionado a impactos socioambientais e à precarização das condições de trabalho e de reprodução social das

comunidades que existiam previamente no V Distrito. Tal fato corrobora as assertivas existentes na literatura de que o modelo neodesenvolvimentista se baseia no uso intensivo dos recursos naturais, sem que seja feito uma avaliação mais profunda acerca dos seus impactos socioambientais e da falta de alternativas para os que são política e economicamente marginalizados pela sua adoção.

Desta forma, os resultados desta pesquisa mostram que no processo de implantação autoritária de megaempreendimentos como o CLIPA, o que se materializa é uma disputa entre duas racionalidades que colocam em questão de quais modelos de desenvolvimento e progresso seriam mais apropriados. Outro aspecto importante que estudo aponta é para a persistência da força que a ideologia do desenvolvimento possui até entre os que mais tem a perder, na medida em que os atingidos não querem ser considerados como obstáculos ao progresso, apesar de serem os principais prejudicados nas novas relações de poder que são estabelecidas em seus próprios territórios.

Os resultados desta pesquisa também colocam em xeque a noção de desenvolvimento enquanto um mero processo de crescimento econômico, e que para ser plenamente alcançado requer a adoção de medidas que ampliem os mecanismos de participação nos processos decisórios, que sirvam para criar mecanismos de participação efetiva, de modo a que os habitantes dos territórios sendo transformados possam ser ouvidos, em vez de serem tratados como símbolos de formas sociais atrasadas.

Finalmente, esta pesquisa também aponta para a necessidade de que novos mecanismos de apropriação da terra e de relação com a Natureza deveriam ser considerados na construção de megaempreendimentos. A adoção de uma visão mais abrangente sobre a internalização de variáveis socioambientais no processo de desenvolvimento econômico permitiria a realização de um debate democrático acerca do processo de desenvolvimento levar em conta custos socioambientais como os que foram explicitados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGB, Relatório sobre os impactos socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú, 2011.
- ASCERALD, H. SILVA, M DAS G. Rearticulações da Terra e do Trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. In: Zhouri (org). *As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo horizonte, Editora UFMG, 2011.
- ASSIS, W.F.T. “In”visibilizar populações e legitimar iniquidades: Apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor Elétrico. In: Zhouri (org). *As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo horizonte, Editora UFMG, 2011.
- BENVENUTI, P. O Preço do Neodesenvolvimentismo: Vitruines do Governo Federal, Grandes projetos de infraestrutura colecionam críticas e denúncias de violações de direitos. In: *Brasil de Fato*, 2013. Acesso em: 29 de Maio de 2013
- BRESSER-PEREIRA. O *Novo* Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em perspectiva*, v 20, nº 3, p 5 - 24, jul / set 2006
- CAVALCANTI, Clóvis. Características da governança ambiental no Brasil. XXIV Reunião da ABA, FP.27 “Antropologia e a práxis socioambiental”, Olinda, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção- O Brasil Republicano; v.2)
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: Santos, Milton et al. *Território: Globalização e fragmentação*. Ed. Hucite-Anpur, 4ª edição, 1988. São Paulo.
- BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli. *A Difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-liberal*. Editora UFMG: Belo Horizonte-MG, IUPERJ: Rio de Janeiro, 2007.

- ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento” In: Sachs, W. (org), Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder; Tradutores: Vera Lucia M. Joscelyne, Susana Gyalokay e Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.
- ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), PP. 31 – 55, janeiro-março / 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Sao Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 197-216.
- FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)
- GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. Anais do XV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Manaus, 2006.
- GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo enraizado. In: Ser. Soc.; São Paulo – SP, nº 112, p. 637 – 671, out./dez. 2012.
- HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP-SP, 2005.
- IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Editora Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979. Rio de Janeiro – RJ
- IBGE, Censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2010
- JURUÁ, Cecil Vieira. Qual o significado do PAC-Plano de Aceleração do Crescimento. In: Outro Brasil, 2007.
- LASCHEFSKI, K. Licenciamento e Equidade ambiental: As Racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos In: Zhouri (org). As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A Economia política do primeiro governo Vargas (1930 – 1945): a política econômica em tempos de turbulência.

- In Ferreira, Jorge, Delgado, LUCÍLIA de Almeida Neves (Orgs.) O Brasil Republicano - O Tempo do Nacional – Estatismo:Do Início da Década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- LESSA, C. Quinze anos de política econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- KERECKI, M. e SANTOS, M. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho. Revista Historiador, Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009;
- MACARINI, J. P. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000;
- MACHADO, Luiz Toledo. A Teoria da Dependência na América Latina, Estudos Avançados 13 (35), 1999.
- MATTEDI, Cécile Raud. UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais. Política & Sociedade, Florianópolis, ano 01, n. 01, set. 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais)
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- NEVES, G. R. Territorialidade, Desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas) In: Santos, Milton et al. Território: Globalização e fragmentação. Ed. Hucite-Anpur, 4ª edição, 1988. São Paulo.
- PEDLOWSKI, M.A. Mega-Projects and State-driven land grabbing in Brazil: violence and dispossession in the Name of Economic Development. Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing II, Ithaca, NY, 2012

- PENIDO, M DE O, PEREIRA, S.B, E LAGE, A. Contradições e improvisações no trato de atingidos de Novo Soberbo. In: Zhouri (org). As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo horizonte, Editora UFMG, 2011.
- PEREIRA, Jose Maria Dias. Um breve história do desenvolvimentismo no Brasil. Cadernos do desenvolvimento, rio de janeiro, v.6 n. 9, p 121 - 141, jul-dez 2011.
- PEREIRA, José Maria Dias. Uma Breve historia do Desenvolvimento, Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, nº 9, p. 121 – 141, jul-dez. 2011
- PIRES, Beatriz Oliveira. Transformação Produtiva de espaços rurais e seus impactos sobre as populações locais: uma análise da construção do Complexo Portuário e Industrial do Açú no município de São João da Barra, RJ. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009.
- RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. Conestoga-Rovers e Associados, 2010
- ROSTOW, Walt.Witman. Etapas do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- SANTOS, Milton. O Dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et al. Territórios e território: ensaios sobre o ordenamento territorial, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.
- SANTOS, C; COUTINHO, L.R.S.; MARCH, C. PAC: uma orientação neoliberal para as políticas sociais – gestão dos direitos ou dos negócios do social? In: SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 116-146, jan./jun. 2010.
- SANTOS, Theotônio. Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico. 1997. [texto oriundo do grupo de pesquisa sobre economia mundial, integração regional e mercado de trabalho. Texto número 22 da UFF]

- SANTOS, R. F. O crédito rural na modernização da agricultura brasileira. Revista Econ. Sociol. Rural, Brasília, 26(4): 393-404, out/dez, 1988.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceito e temas. Org: I.E.Castro, P.C.C.Gomes e R.L. Corrêa, /rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- SAMPAIO JR, Plinio de Arruda. Desenvolvimento e Neodesenvolvimento: tragédia e farsa. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº112. 2012
- SILVA, Rafael Almeida. Desenvolvimento Capitalista: Evolucionismo de Rostow e a Teoria da dependência de Theotônio dos Santos. Sociais e Humanitas, Santa Maria. V.24, nº 1, jan/jul 2011. P. 75-86.
- SINGER, Paul. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987
- TCE, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. /Estudo Socioeconômico 2011.
- VAINER, C. B.;F.G. ARAÚJO. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- ZHOURI E OLIVEIRA. “Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andreia Zhouri e Klemens Laschefski: (org) – Belo Horizonte-MG, 2010.
- ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: Desafios para a governança ambiental. In: 31o Encontro Anual da Anpocs, Caxambu – MG, 2007.

ANEXO 1

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO ENTRE OS AGRICULTORES “RESISTENTES” AO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

1. Nome do entrevistado
2. Idade:
3. Local de Nascimento:
4. Local de moradia:_____
5. Desde quando mora nesta localidade?_____
6. Qual sua ocupação principal?_____
7. Qual sua principal fonte de renda?_____
8. O Senhor possui outra fonte de renda fora dessa?_____
9. Quantas pessoas compõem sua família?_____
10. Características demográficas do domicílio familiar:
- 11.

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Atividade	escolaridade

12) O senhor possui a posse ou propriedade de áreas de terra no V Distrito de São João da Barra?

1. () Sim (). 0. Não

13) Se sim, qual é área total que o senhor possui?

_____ alqueires

14) E quantas propriedades o senhor possui?

15) O que o senhor planta e cria dentro do seu lote?

15) Em sua opinião, quais são os principais impactos que a construção do Porto do Açú trará sobre a sua vida?

16) Quais mudanças mais significativas que o senhor já observa em sua comunidade desde que começou a construção do Porto do Açú?

17) E na região, o que mudou na questão ambiental?

18) Caso o senhor tivesse de mudar de ocupação, o senhor acha que teria condições de se estabelecer em outra atividade?

19) O senhor participou de algum tipo de discussão sobre a construção do Porto do Açú?

1. Sim Não

20) Se sim, quem organizou esta discussão?

21) Houve participação da comunidade na elaboração de medidas compensatórias para os futuros desapropriados?

1. Sim Não

22) O Senhor já recebeu alguma notificação ou algum ou comunicado acerca da desocupação da sua terra?

1. Sim Não

23) Se sim, de quem partiu essa notificação?

24) O senhor poderia me descrever como são feitas as desapropriações?

25) O que foi oferecido para que o senhor deixe a sua propriedade sem resistir?

26) O senhor está disposto a sair voluntariamente de sua propriedade?

1. () Sim (). 0. Não

27) Se sim, quais condições deveriam ser oferecidas para o senhor sair?

28) Por que o senhor não quer sair/ou quer sair da sua terra?

28) De que forma sua comunidade tem resistido as desapropriações?

29) Tem algo que eu ainda não perguntei que o senhor acha importante falar sobre o que está acontecendo aqui na sua localidade por causa da construção do Porto do Açú?

ANEXO 2

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO ENTRE OS AGRICULTORES REASSENTADOS NA “VILA DA TERRA”

1. Nome _____ do entrevistado: _____
2. Idade: _____
3. Local de Nascimento: _____
4. Local de antiga moradia: _____
5. Morou por quanto tempo naquela localidade? _____
6. Qual sua ocupação principal atual? _____ E anteriormente?
7. Qual sua principal fonte de renda atual? _____ E anteriormente?
8. O Senhor possui outra fonte de renda fora dessa? _____
9. Quantas pessoas compõem sua família? _____
10. Características demográficas do domicílio familiar:

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Atividade	escolaridade

12) O senhor possui (a) a posse ou propriedade de áreas de terra no V Distrito de São João da Barra?

1. () Sim (). 0. Não

13) Se sim, qual é área total que o senhor possui (a)?
_____ alqueires

14) E quantas propriedades o senhor possui (a)?

15) Atualmente qual o tamanho de sua propriedade na Vila da Terra?
_____ alqueires

15) O que o senhor plantava e criava dentro do seu lote? E hoje?

16) E hoje, o senhor planta e cria dentro de seu lote?

15) Em sua opinião, quais são os principais impactos que o construção do Porto do Açú trará sobre a sua vida?

16) Quais mudanças mais significativas que o senhor já observa em sua comunidade desde que começou a construção do Porto do Açú?

17) E na região, o que mudou na questão ambiental?

18) A Mudança para a Vila da Terra culminou em algum tipo de mudança na sua forma de vida e ou/ trabalho ?

1. () Sim (). 0. Não

19) Se sim, quais as mais significativas ?

20) O Senhor considera essas mudanças como positivas ou negativas? Por quê?

21)

19) O senhor participou de algum tipo de discussão sobre a construção do Porto do Açú?

1. () Sim (). 0. Não

20) Se sim, quem organizou esta discussão?

21) O senhor participou da elaboração das medidas compensatórias quando o senhor foi desapropriado?

1. () Sim (). 0. Não

22) como foi o processo de negociação? As etapas?

22) O Senhor recebeu alguma notificação ou algum ou comunicado acerca da desocupação da sua terra?

1. () Sim (). 0. Não

23) Se sim, de quem partiu essa notificação?

24) O Senhor poderia me descrever como foi feita a desapropriação de suas terras ?

25) O que foi oferecido para que o senhor deixasse a sua propriedade sem resistir?

26) O senhor saiu voluntariamente de sua propriedade?

1. () Sim (). 0. Não

27) As condições oferecidas para o senhor sair foram satisfatórias?

1. () Sim (). 0. Não

28) Se não, quais condições deveriam ter sido oferecidas para que o senhor sair mais "satisfeito" ?

28) O Senhor cogitava a hipótese de deixar sua antiga localidade, caso não tivesse de sair em virtude da construção do Porto ?

1. () Sim (). 0. Não

29) Por que o senhor não gostaria (ou não) de sair da sua antiga terra?

29) Tem algo que eu ainda não perguntei que o senhor acha importante falar sobre o que está acontecendo aqui na sua localidade por causa da construção do Porto do Açú?

ANEXO 3: FOTOGRAFIAS



Figura 27: Caminhão de Mudança chegando à Vila da Terra



Figura 28: Lavoura de abacaxi



Figura 29: Placa fixada pela CODIN em uma propriedade desapropriada



Figura 30: Lavoura de Quiabo

T 73 P - REINADO TOLEDO
BENFEITORIAS
REPROFITIVAS → R\$ 144,00
NÃO REPROFITIVAS → R\$ 44.259,12
TERRENO → R\$ 32.100,34
Valor TOTAL → R\$ 76.458,45
ÁREA ~~de~~ → 934,28 m²

Figura 31: "Declaração" recebida por um agricultor de um técnico da CODIN sobre os valores que deveriam ser pagos por sua terra



Figura 32: Lavoura de Abóbora



Figura 33: Lavoura de aimpim



Figura 34: Lavrador cuidando de seu gado



Figura 35: Residência visitada em Água Preta



Figura 36: Reportagem sobre polêmicas envolvendo o reassentamento



Figura 37: Placa fixada pelo Grupo EBX em terra desapropriada



Figura 38: Pequeno pomar a frente de residência de um agricultor